

CLÁUDIA HERTE DE MORAES

RIO+20 ENTRE O CLIMA E A ECONOMIA

ENQUADRAMENTOS
DISCURSIVOS NAS
REVISTAS BRASILEIRAS



canal6 editora

RIO+20 ENTRE O CLIMA E A ECONOMIA

CLÁUDIA HERTE DE MORAES

RIO+20 ENTRE O CLIMA E A ECONOMIA

ENQUADRAMENTOS DISCURSIVOS NAS
REVISTAS BRASILEIRAS

canal6 editora

1ª edição 2016
Bauru, SP

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Janira Fainer Bastos

Prof. Dr. José Carlos Plácido da Silva

Prof. Dr. Luís Carlos Paschoarelli

Prof. Dr. Marco Antônio dos Reis Pereira

Profa. Dra. Maria Angélica Seabra Rodrigues Martins

canal6 editora

Rua Machado de Assis, 10-35
Vila América | CEP 17014-038 | Bauru, SP
Fone/fax (14) 3313-7968 | www.canal6.com.br

M8275r Moraes, Cláudia Herte de
Rio+20 entre o clima e a economia: enquadramentos
discursivos nas revistas brasileiras / Cláudia Herte de
Moraes. - Bauru, SP: Canal 6, 2016.
212 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-7917-359-2

1. Jornalismo (Brasil). 2. Jornalismo (Revista). 3. Análise do
discurso. I. Moraes, Cláudia Herte de. II. Título.

CDD: 070.44

Copyright© Canal6, 2016

Aos meus pais, Arlindo (in memoriam) e Izaura, pelos seus ensinamentos e exemplos.

Ao meu amor Carlos e aos nossos queridos Giuseppe, Giorgio e Giordano, que fazem a vida valer a pena!

Àqueles que militam na causa da vida.

AGRADECIMENTOS

A todos amigos e familiares, pelo apoio na jornada de pesquisar e ensinar.

À professora Dra. Ilza Tourinho Girardi que me acompanhou e orientou na caminhada, me permitindo conhecer um pouco melhor o Jornalismo Ambiental.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pela bolsa na modalidade Pró-Doutoral, que oportunizou a realização da pesquisa que deu origem a este livro.

*“Quando lutamos pelo meio ambiente,
o primeiro elemento do meio ambiente se chama
a felicidade humana”*

(José “Pepe” Mujica, Rio+20)

APRESENTAÇÃO

Pela primeira vez, em dezembro de 2015, todos os países do mundo assinaram um acordo e concordaram em agir com urgência para conter a mudança do clima. A estabilização da temperatura global abaixo de 2° é o objetivo de longo prazo do Acordo de Paris. Indica ainda a neutralização das emissões de gases, meta a ser atingida entre 2050 e 2100, e amarra um compromisso financeiro dos países mais ricos para a criação de um fundo de transição da economia mundial. São 100 bilhões de dólares ao ano para minimizar os efeitos já sentidos pela mudança do clima e para a implantação de medidas de adaptação em países atingidos.

A redução do aquecimento visa a evitar fenômenos extremos como ondas de calor, secas, cheias ou subida do nível do mar. Espera-se, enfim, que os países busquem outras vias de desenvolvimento que não estejam baseadas no uso de combustíveis fósseis, enquanto que as florestas são consideradas cruciais para a preservação do clima global.

No entanto, em junho de 2012, em outra conferência da ONU, a urgência desta alteração de rumo não teve o mesmo espaço. É isso que demonstramos neste livro, com a análise do discurso jornalístico sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a partir de um estudo minucioso das reportagens das revistas de circulação nacional e de informação geral, as semanais *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*.

Discutimos como o lugar de enunciação, legitimado socialmente pelo próprio relato dos acontecimentos, faz do Jornalismo um importante mediador do debate público. Aproxima-se do seu público leitor, a partir de uma relação imaginária e de credibilidade. Deste lugar privilegiado, entendemos que o Jornalismo flexiona o enquadramento discursivo, noção desenvolvida no presente trabalho, colocando lado a lado tanto o agendamento e a noticiabilidade, quanto os sentidos construídos e suas respectivas formações discursivas.

O livro está organizado em parâmetros clássicos para apresentação de suas partes, pois se trata de um relato de pesquisa acadêmica. Desta forma, na “Introdução”, apresentamos o delineamento do estudo, seus pressupostos e justificativas, destacando o papel do Jornalismo na divulgação dos temas de interesse público, e a emergência do debate ambiental e climático no cenário mundial. Apresentamos nosso objeto de pesquisa e nossos objetivos.

“Meio ambiente, clima e economia” é o título do primeiro capítulo, quando apresentamos as principais correntes de pensamento sobre as relações homem-natureza, oriundas especialmente das Ciências Sociais e da Sociologia Ambiental. Com isso, discutimos a base dos conhecimentos que estão sendo repercutidos na academia e que fazem parte também da disputa de discursos, na circulação de conhecimentos e da construção da realidade social. O capítulo aborda as tensões da modernização reflexiva e da sociedade de risco, inserindo a mudança climática nos discursos globais, bem como as correntes do pensamento ambiental que buscam alternativas ao modelo hegemônico.

No segundo capítulo, “Jornalismo e meio ambiente”, discutimos de que forma o Jornalismo está sendo convocado a falar sobre meio ambiente. Apresentamos as principais características das revistas impressas, ainda hoje um dos principais espaços públicos para a reverberação de conceitos sobre o modo de vida contemporâneo. A seguir, colocamos o foco na cobertura sobre meio ambiente, dando destaque para o caso das revistas brasileiras. Neste capítulo, ainda dialogamos com estudos em que o tema da mudança do clima está no centro das preocupações do campo jornalístico. Por fim, desenvolvemos o conceito de Jornalismo Ambiental e suas contribuições para o entendimento da crise ambiental e para uma atuação mais consistente e cidadã.

O capítulo 3 “Teorias do Jornalismo e do Discurso” começa com o destaque às correntes que mais se aproximam com nossa abordagem, num breve histórico teórico. Discutimos como a construção do acontecimento sobre meio ambiente

pode ser entendido pelo Jornalismo e quais suas repercussões. Também fazemos a leitura do Jornalismo enquanto discurso, com aporte das teorias do discurso, aprofundando as noções de enquadramento que estão implicadas no contexto da análise empreendida. A noção de enquadramento discursivo é discutida em detalhe, apresentada como “um processo no qual as interpretações, construídas simbolicamente pelo campo jornalístico, organizam discursivamente o conhecimento sobre o acontecimento, com marcas de seleção, ângulo e ênfase”.

No capítulo 4, “Enquadramentos discursivos nas revistas”, fazemos a exposição do percurso metodológico e as análises dos enquadramentos discursivos. As reportagens e capas analisadas são descritas, sendo que as marcas e sequências discursivas são destacadas para a identificação dos enquadramentos discursivos, relativos a cada uma das quatro revistas estudadas: *Veja*, *Isto É*, *Época*, *Carta Capital*.

Nas considerações finais, cujo capítulo intitula-se “Um novo lugar para as notícias”, destacamos a articulação entre discursos (formações discursivas), enquadramentos discursivos e Jornalismo Ambiental, propondo uma reflexão crítica, com a esperança de que tanto a sociedade, quanto o Jornalismo, passem a incorporar o saber ambiental para a tomada de posição quanto ao futuro do planeta. Que façamos a opção ética pela sustentabilidade.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	15
1	
MEIO AMBIENTE, CLIMA E ECONOMIA	27
1.1 Modernização reflexiva na sociedade de risco	32
1.2 Modernização ecológica e o advento do desenvolvimento sustentável	34
1.3 Mudança climática em discursos globais	38
1.4 O “futuro que queremos” e o saber ambiental	46
2	
JORNALISMO E MEIO AMBIENTE	55
2.1 Jornalismo modo revista	57
2.2 Pautas ambientais nas revistas brasileiras	62
2.3 Mudança climática no Jornalismo	67
2.4 A proposta do Jornalismo Ambiental	70
3	
TEORIAS DO JORNALISMO E DO DISCURSO	79
3.1 Referências históricas nas Teorias do Jornalismo	80
3.2 Jornalismo e acontecimento ambiental	87
3.3 A construção discursiva do/no Jornalismo	92
3.4 Do agendamento ao enquadramento: condições de produção	97

4

ENQUADRAMENTOS DISCURSIVOS NAS REVISTAS. 105

4.1 Veja: prioridade às necessidades humanas, discurso antropocêntrico109

4.2 Isto É: A quem vamos salvar?129

4.3 Época: O futuro a quem pertence?146

4.4 Carta Capital: uma gota de expectativa?171

5

UM NOVO LUGAR PARA AS NOTÍCIAS 193

REFERÊNCIAS 201

INTRODUÇÃO

A crise ambiental se faz cada vez mais relevante para a humanidade e esta condição a torna possível como pauta dos meios de comunicação. Podemos dizer que há, por um lado, uma “emergência” no sentido de se tornar uma questão pública, precedida por amplo debate no campo da ciência e, por outro, uma urgência, devido à gravidade dos problemas, para o debate e a tomada de decisão efetiva em direção às ações que possam modificar o rumo do “desenvolvimento”¹.

O estudo observa o tema da mudança climática, considerado o maior problema ambiental a ser enfrentado globalmente, e ao que parece, o maior em todos os tempos. Apontada como questão ambiental há mais de duas décadas, somente no ano de 2007 a crise climática ganha maior projeção mundial. Ao final de uma reunião de especialistas, em Valencia (Espanha), o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, afirmou categoricamente a importância da mudança climática nestes termos: “reduzir e inverter estas ameaças é o desafio que define nossa época” (DRAGO, 2007, online). Esta declaração posteriormente se confirmou com dezenas de outras reuniões e documentos do órgão.

1 Desenvolvimento aqui é usado a partir de uma noção corrente do pensamento ocidental, que se aproxima da ideia do crescimento econômico como matriz fundamental da sociedade. No entanto, criticamos este conceito, já que é limitado aos aspectos econômicos e nocivo à vida no planeta.

Associamos a este clima de necessário debate, o importante papel ocupado pelo Jornalismo, problematizando e apontando possíveis escolhas a serem feitas pela sociedade, desde as mais cotidianas — que envolvem o consumo de produtos não poluentes, por exemplo, até as negociações de fóruns internacionais e cúpulas, na definição de metas de redução de gases de efeito estufa² ao redor do mundo.

Em geral a divulgação mais comum é de previsões de eventos dramáticos e situações trágicas decorrentes deste fenômeno. Por isso, a perspectiva é entender a *organização do discurso sobre mudança climática* a partir dos contextos discursivos organizados socialmente.

Cientistas, autoridades, sociedade civil, empresas, Organizações Não governamentais: todos se mostram preocupados com as consequências do aquecimento global. Grande parte do campo científico já confirmou que, apesar de haver ciclos de aquecimentos históricos, desta vez o papel das atividades humanas está sendo decisivo no acúmulo de gases na atmosfera e, ao mesmo tempo, no uso feroz de recursos (ou bens) naturais principalmente pelas grandes economias mundiais.

Acompanhando a temática definida pela Rio+20, “Economia verde, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza”, o termo “economia verde” esteve em alta durante esta cobertura jornalística. Porém, numa análise dos principais portais de notícias brasileiros, percebemos a falta de exatidão na explicitação do termo economia verde. Houve alguma mobilização e maior número de reportagens sobre o tema da mudança climática, muito embora o termo nem sempre seja claro, esclarecido e preciso. Ou seja, nem sempre a quantidade traz qualidade na informação.

Nas teorias construcionistas, encontramos diferentes formas de apresentação dos limites do Jornalismo. Em relação ao meio ambiente, a crítica é de ser um tema um tanto invisível, exceto ao tempo da cobertura dos desastres. Isso poderia ser explicado pela tendência apontada pelas Teorias do Jornalismo de que o acontecimento jornalístico se volte para o inesperado, àquilo que rompe com a normalidade e que precisa ser recomposto dentro das representações culturais já consensuais na sociedade. Um exemplo recorrente é a cobertura de grandes

2 Os principais gases de efeito estufa são o dióxido de carbono (CO₂) e o gás metano (20 vezes mais potente que o CO₂). Outros gases que atuam no aquecimento global, em menor escala, são o óxido nitroso e o ozônio, além dos clofluorcarbonetos, estes últimos abandonados para proteção da camada de ozônio (PEARCE, 2002).

enchentes em metrópoles mal planejadas, em que há uma simplificação do problema, apresentado como uma novidade ou como sendo a natureza uma vilã ou vingadora (MORAES, 2010; MORAES & GIRARDI, 2012).

A seleção do fato que gera a notícia, bem como a interpretação do acontecimento a ser relatado tem em sua base a exclusão de outros ângulos. Quando o Jornalismo posiciona-se em relação aos acontecimentos e até mesmo no uso das fontes, outras posições e sujeitos são deixadas de lado. Esta omissão, do ponto de vista do discurso, podemos entender como uma informação em si. O vazio informa sobre a não necessidade ou não relevância na abordagem de determinado tema. Esta omissão pode gerar, ainda, uma simplificação do tema, pois procura um horizonte mais rápido, linear, para o qual o leitor é direcionado. Ao contrário, a partir de suas escolhas, o Jornalismo joga luz sobre determinados assuntos, indicando uma forma de percepção das questões públicas para a sociedade.

Considerando que o Jornalismo realiza seu discurso na mediação complexa de outros discursos, buscamos pensar sobre “de que forma” são construídos tais acontecimentos. A partir disso, propomos responder, com a pesquisa: *Quais são os enquadramentos discursivos do tema mudança climática e como são articulados nas reportagens de Veja, Isto É, Época e Carta Capital na cobertura da Rio+20?*

O objetivo geral da pesquisa é compreender o enquadramento discursivo sobre a mudança climática, a partir do discurso das revistas de informação geral brasileiras. Para alcançá-lo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar os enquadramentos dados às mudanças climáticas pelas revistas *Veja, Isto É, Época e Carta Capital*;
- b) observar as regularidades discursivas nos enquadramentos das revistas, bem como as diferenciações presentes nas narrativas jornalísticas no período estudado;
- c) analisar o discurso destas revistas visando à compreensão dos sentidos construídos sobre o tema.

Sobre esta construção discursiva a partir dos enquadramentos, apresentamos nossa hipótese de trabalho:

Os discursos sobre mudança climática nas revistas semanais brasileiras são oriundos de uma formação discursiva³ hegemônica, de viés econômico, enquanto

3 Formação Discursiva (FD) é uma das principais noções da AD, sendo considerado aquilo que pode – ou não – ser dito em uma determinada conjuntura histórica, afetada pela ideologia.

que o enquadramento discursivo é um ponto de diferenciação entre as publicações e pode indicar deslizamentos de sentido emergentes, de viés ambiental.

Uma parte da pesquisa é de tipo descritiva e analítica, pois observa e descreve as características do Jornalismo sobre mudança climática nas revistas impressas brasileiras, durante o período. A observação foi aprofundada sobre o fenômeno do enquadramento jornalístico e suas relações com a noticiabilidade jornalística, apoiada pela Análise do Discurso (AD).

A origem deste livro é a realização da pesquisa de doutorado “Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*”, defendida em 2015. O *corpus* foi formado pelas reportagens publicadas no mês de realização da Rio+20.

A escolha das revistas como suporte midiático do objeto discursivo em análise, ocorreu por serem consideradas de grande credibilidade e tiragem no meio jornalístico brasileiro. Cada qual com sua linha editorial, porém todas são consideradas de informação geral, não especializada, focadas especialmente nos temas da atualidade que envolvem política, economia e cultura.

Cada revista apresenta uma cobertura ambiental particular, em que constrói notícias⁴, a partir de processos estudados pelas Teorias do Jornalismo, para as quais a organização/seleção, significação/valorização e publicização dos temas ambientais fazem parte de uma forma específica de organizar a representação dos fatos.

Importante ressaltar que cada revista ocupa posição distinta no campo político e de disputa do poder, fato que se apresentou poroso aos discursos analisados, que observamos, como analista do discurso, justamente pela forma como cada uma organiza o enquadramento sobre a mudança climática.

Veja é a segunda revista de informação no mundo, com tiragem de 1.130.148 exemplares, sendo 906.194 assinaturas, com um total de 8.973.000 leitores estimados (GRUPO ABRIL, 2014). Pode ser considerada uma revista feita para a elite,

4 O termo notícia é utilizado aqui, prioritariamente, não como um gênero jornalístico que estaria em contraponto à reportagem, por exemplo, mas sim como o acontecimento jornalístico (a notabilidade dos fatos sociais) a partir das Teorias do Jornalismo discutidas no capítulo 3. Deste ponto de vista, a notícia pode ter várias formas de apresentação narrativa e constituir-se nos gêneros jornalísticos. O estudo apresenta análises do gênero jornalístico reportagem, cujo foco seja a notícia ambiental.

caracterizada por amplo acesso a bens de consumo em geral e de informação e cultura. É um dos veículos mais influentes no país, pois atinge cerca de 10 milhões de leitores. Do ponto de vista acadêmico é objeto recorrente de monografias, dissertações e teses de inúmeras áreas do conhecimento, especialmente no campo da comunicação e do Jornalismo.

Criada em 11 de setembro de 1968 pela Editora Abril, *Veja* teve sua força ampliada com a extinção da revista *O Cruzeiro* em 1975, tornando-se líder do mercado e, nos anos 1980, com o fim de *Manchete*, expandiu seu domínio até a atualidade. Com o fechamento de *Realidade* em 1976, que era editada também pela Abril, *Veja* passa a ter maior investimento (SCALZO, 2003).

Em outros países, revistas semanais de informação vendem bem, mas nenhuma é a mais vendida — esse posto geralmente fica com as revistas de tevê. Lançada em 1968, nos moldes da norte-americana *Time*, *Veja* lutou com dificuldade, durante sete anos, contra os prejuízos e contra censura do governo militar, até acertar sua fórmula. As vendas começaram a melhorar quando a revista passou a ser vendida por assinaturas, em 1971. Hoje, as assinaturas correspondem a 80% da venda dos cerca de 1.200.000 exemplares semanais (SCALZO, 2003, p.31).

Os leitores são mapeados por perfis que são oferecidos aos anunciantes da revista. O público leitor de *Veja* é apresentado como de maioria feminino (55%), 69% pertencentes às classes A e B e 59% com idades entre 25 e 54 anos, faixa considerada ideal para “consumo”. *Veja* se autodefine, no documento *Mídia Kit*, apresentado aos seus anunciantes, da seguinte forma: “A maior revista do Brasil e segunda maior revista semanal de informação do mundo. 14 vezes premiada como o veículo mais admirado do Brasil (M&M)” (GRUPO ABRIL, 2014, p.6).

No *site* da editora, a referência é a definição de objetivo da revista, de ser a maior e mais respeitada publicação, declaração feita pelo fundador Roberto Civita: “Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil” (CIVITA, 2014).

A revista *Época* tem uma tiragem de 398.628 exemplares, sendo que 89% deste número são direcionados aos assinantes, com projeção de 4.374.000 leitores. É uma publicação bem mais recente que *Veja*, mas já tem tradição por ser da editora

Globo e estar no mercado há 12 anos. “ÉPOCA se consolidou, em apenas 8 anos, como a segunda revista mais lida do país. Com abordagem inovadora e informações precisas, abre espaço para todas as correntes de pensamento. ÉPOCA fornece um jornalismo de primeira [...]” (ÉPOCA Mídia Kit, 2007).

O perfil de leitores é formado por 51% mulheres; classe A soma 23%, classe B são 39% e, classe C, chega a 30%. A faixa etária entre 10 e 19 representa 21% dos leitores; entre 20 e 29 o índice é de 27%; entre 30 e 39 anos o número chega a 20%; e de 40 a 49 são 16%, o mesmo número da faixa maiores de 50 anos. A instrução apontada é de que 40% cursaram o Ensino Médio e 32% possuem curso superior. A circulação é grande no Sudeste, com 63% da distribuição.

A Editora Três publica a revista *Isto É* há 35 anos. Com uma tiragem de 374.166 exemplares, direcionando 91% para assinantes, atinge 1.513.237 de leitores estimados. No conceito da revista no site da Editora, está a definição de “revista de informação geral, voltada para o público adulto”. Na sua apresentação ao mercado, a revista afirma que se consolidou como um dos veículos mais influentes do Brasil. “Foi protagonista de importantes fatos políticos e sociais e teve participação de destaque na redemocratização do Brasil — aliás, um dos pilares da ISTOÉ é a defesa do Estado Democrático de Direito. A revista caracteriza-se por uma linha editorial independente” (EDITORA TRÊS, 2014).

O posicionamento expresso de *Isto É* pelo Midia Kit 2014 é de “a mais combativa revista semanal do país”. Os leitores são maioria de mulheres (53%), classes A (19%) e B (55%) somando 74% e com idades variando entre 20 e 29 anos (24%), entre 30 e 39 anos (24%). Leitores entre 40 e 49 anos chegam a 19% e com mais de 50 anos somam 26%. A instrução é de 31% de nível superior e 21 % continua estudando.

A quarta revista que faz parte do estudo é *Carta Capital*, com tiragem de 65 mil exemplares e 320 mil leitores estimados. Publicada pela editora Confiança há 16 anos, começou em edições mensais, depois quinzenais e desde 2001 é semanal. A revista é criação do jornalista Mino Carta (também criador de *Veja* e outras revistas brasileiras)⁵, com um propósito de trazer visão mais crítica dos acontecimentos das áreas da política, da economia e da cultura. Auto define-se como “alternativa ao pensamento único da imprensa brasileira”, pois “nasceu calçada

5 Mino Carta participou ainda da criação da revista *Isto É*, e foi o mentor de *Carta Capital*, conforme veremos adiante. Além disso, criou a revista *Quatro Rodas* e o *Jornal da República* (já extinto).

no tripé do bom jornalismo baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder onde quer que se manifeste” (CARTA CAPITAL, Midia Kit, 2014).

A revista assinou, em 2008, uma parceria com a *The Economist*, considerada uma das mais influentes publicações mundiais. Outra parceria importante a salientar é com a Envolverde, revista digital especializada em sustentabilidade, que passou a fornecer alguns conteúdos especiais da cobertura sobre meio ambiente. A parceria começou em 2009, segundo o diretor executivo do Instituto Envolverde, Adalberto Marcondes (conhecido como Dal Marcondes), em comunicação pessoal à autora:

A parceria entre a Envolverde e a Carta Capital vem de 2009, quando a publisher da CC, Manuela Carta, nos procurou para construirmos uma publicação sobre sustentabilidade que circularia encartada na revista semanal. Essa publicação chamou-se Carta Verde. Fizemos 7 edições mais ou menos trimestrais e alguns especiais temáticos sobre água, energia, Amazônia etc. Também trabalhamos juntos na construção de eventos e debates sobre temas relacionados à sustentabilidade. O mais recente aconteceu em 23 de agosto [de 2013], e foi sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e sobre Tecnologias Sociais. O argumento da Carta Capital para a parceria é que eles não queriam reinventar a roda, eles não têm no corpo editorial da revista profissionais especializados em sustentabilidade, uma área do conhecimento na qual a Envolverde se movimenta com alguma desenvoltura. Para a Envolverde essa parceria significa ganhar abrangência na difusão do jornalismo comprometido com a sustentabilidade. Além dos materiais produzidos para a revista impressa, eventualmente (deveria ser semanalmente), aportamos textos no site da Carta Capital, que tem um grande volume de leitores on line (MARCONDES, 2013, informação verbal).

Quanto aos leitores, *Carta Capital* se dirige a um público altamente qualificado, conforme comparação feita pela revista (*Quadro 1*) na qual se demonstra que a maioria dos seus leitores pertence às classes A e B (com 88% do total) e com 68% de pessoas formadas em universidades. Na comparação com as demais revistas, *Carta Capital* é lida por pessoas da elite tanto econômica quanto intelectual.

Quadro 1 – Qualificação de leitores das revistas semanais

Qualificação	Carta Capital	Veja	Época	Isto É
<i>Classes A e B*</i>	88%	72%	69%	72%
<i>Educação Nível Superior</i>	68%	42%	38%	40%
<i>Pós-Graduado</i>	13%	8%	7%	8%

Fonte: Ipsos Marplan consolidado 2007, *Carta Capital* Midia Kit, 2007

*dados atualizados Midia Kit 2014

A partir do *Quadro 1* pode-se afirmar que a elite intelectual e também socio-econômica é público disputado pelas quatro revistas semanais. Desta forma, mesmo que tenham tiragens e históricos diferenciados, as publicações se tornam um suporte midiático consistente para nossa análise, o que legitima nossa pesquisa do ponto de vista metodológico. Salientamos que o posicionamento direcionado ao público mais elitizado é acompanhado de um grande papel de reverberação social, sendo que os temas abordados por estas são refletidos, reapropriados ou retrabalhados em outras instâncias midiáticas e, por conseguinte, atingem as demais classes sociais.

Além das estratégias já utilizadas por outros pesquisadores de Análise de Discurso de linha francesa, que certamente contribuíram para a organização do estudo, importa compreender que a trajetória de análise depende de vários fatores: os próprios textos encontrados; a maneira como a linguagem é empregada; e especialmente o rigor na discussão dos seus sentidos (que em verdade são efeitos de sentido) e levam em conta os silêncios, apagamentos, isolamentos. Também, destacamos que a prática da AD trata tanto a descrição quanto a interpretação de forma simultânea.

As questões teórico-metodológicas reaparecem em outros pontos deste livro, já que a construção da análise do discurso se organiza fortemente neste ir e vir entre teoria e o discurso observado. Neste primeiro momento, importa descrever brevemente alguns caminhos percorridos durante a organização da pesquisa.

No método de análise, as categorias de codificação do discurso são organizadas de acordo com o próprio texto, depois de sua leitura que proporciona o estranhamento do que possa ser considerado natural. A análise foi realizada em

fases, na qual a primeira diz respeito a uma aproximação, com leituras e releituras dos textos do *corpus*, estudados para a busca de seu funcionamento e, portanto, de prováveis categorias.

Com o aporte da AD, fizemos o mapeamento das marcas discursivas a respeito do meio ambiente e da mudança climática; identificamos e analisamos as Sequências Discursivas e as relações com as Formações Discursivas; identificamos os sentidos indicados pelo enquadramento e buscamos a compreensão dos enquadramentos noticiosos e seus efeitos de sentido.

Ainda ao delinear a pesquisa, em 2011, pareceu que o tema da mudança climática estaria no foco dos debates na Rio+20, por conta da necessidade e expectativas de substituição ou renovação do Protocolo de Kyoto, acordo internacional para a redução de emissões de gases de efeito estufa de países desenvolvidos e para a busca de um modelo de desenvolvimento limpo para os demais, com validade até 2012. Esta perspectiva se abria no horizonte também a partir da observação do histórico dos processos de divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC – sigla de *Intergovernmental Panel on Climate Change*) com boa visibilidade midiática, especialmente em relação ao 4º Relatório, divulgado em 2007.

Entretanto, o acompanhamento das Conferências das Partes (COPs), órgão supremo decisório no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), apontava que o tema “mudança climática” estava perdendo força. Percebemos que as formulações discursivas sobre a mudança climática, do início da década de 2000, tinham suas condições de produção associadas aos fatos marcantes e acontecimentos discursivos de forte impacto e reverberação social, entre eles o já citado 4º Relatório do IPCC, e o material de divulgação do ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, “A verdade inconveniente”, em livro e documentário que percorreram o mundo.

Em 2007, constatamos que havia um movimento de mobilização em torno das questões climáticas. O relatório de 2007 foi preparado para ter divulgação e midiatização mundial, atingindo um grande número de pessoas no mundo de forma impactante. Isso levou a imprensa, em vários locais, a ter um comportamento alarmista em relação à mudança climática, o que sacudiu a opinião pública, favorecendo que a mensagem do IPCC tivesse um alcance ainda maior.

No entanto, o movimento iniciado pelo IPCC de 2007 não conseguiu se manter no topo da pauta ambiental, porque já no ano de 2008 eclodiu nos Estados

Unidos e se irradiou para outras partes do mundo, especialmente na Europa, as questões financeiras de uma grande crise econômica mundial, que atingiu outros países em maior ou menor grau e, perdura até os dias atuais.

Em 2009, em Copenhague, e em 2010, em Cancún, as COP 15 e COP16 tiveram coberturas diferenciadas, por parte da imprensa em geral. Em 2009, houve grande expectativa com poucos resultados. Em 2010, a COP saiu em desvantagem, porque a crise havia atingido os países que deveriam ter maiores investimentos para atuar na mitigação da mudança do clima — os desenvolvidos. Especialmente na Europa o tema já não tinha tanto apelo.

Quando pensamos na Rio+20 como foco de nossa reflexão, projetamos a possibilidade de um retorno do tema à pauta dos grandes eventos ambientais, em 2012. Porém, nos discursos sobre o clima percebemos que o debate ambiental foi deslocado para o campo econômico e político, que passaram a ser mais legitimados do que os campos ambiental e científico. No levantamento do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental, do PPGCOM/UFRGS, analisamos a cobertura da COP15 e COP16 e isso ficou constatado. Nos discursos das revistas brasileiras, a mudança climática passa a ser entendida com ênfase nos acordos políticos globais — a governança global — e também na questão econômica — ou seja, os custos para implantar uma nova forma de economia.

Neste ponto do debate, cabe colocar que o termo economia, não está relacionado a qualquer economia, mas surge no horizonte do debate global como Economia Verde (EV), baseada no conceito de desenvolvimento sustentável⁶. A EV se coloca como operadora de um sistema capitalista para uma mudança leve do sistema econômico em direção a uma economia chamada de “economia limpa”. Como podemos observar, ao chegarmos em 2012, a Economia Verde está estabelecida como um princípio norteador do debate ambiental global.

Esta digressão cronológica se fez necessária para dizer que nossa pesquisa, embora tenha partido da ideia de analisar como o tema da mudança climática seria abordado nas revistas em 2012, quando da coleta de dados dos textos analisados para o *corpus*, ficou evidente a transição entre as escolhas de pauta voltadas ao campo político e econômico, que conseguiram dar, à sua maneira, uma resposta

6 A noção de desenvolvimento sustentável será melhor discutida no próximo capítulo. No entanto, já adiantamos que a sua inconsistência prática em relação à sustentabilidade abre a possibilidade de ser apropriada pelo discurso econômico capitalista da Economia Verde.

ao tema da mudança climática. Esse caminho foi reforçado devido à própria crise econômica pela qual passam os países ricos e as forças do mercado, que procuram responder às crises ambiental e financeira com a perspectiva da Economia Verde.

A partir disso, tomamos como definição analisar o *corpus* da própria conferência, pois entendemos que, mesmo quando os termos “mudança climática”, “mudanças do clima”, ou “aquecimento global” não estão presentes, os textos da Rio+20 relacionam-se diretamente com as discussões entre ambiente, economia e política, a partir desta proposta de transição para a Economia Verde.

Este é o contexto em que identificamos os enquadramentos e as condições de produção de um discurso que vão se fazer presentes, a partir da ideologia⁷ dominante e hegemônica do grande capital, tal qual ele se coloca globalmente. O que apresentamos, portanto, como *corpus*, é já uma interpretação discursiva realizada a partir deste contexto, relacionando desta forma o recorte da mudança climática com o seu reverso discursivo, ou seja, a Economia Verde, que tenta se impor como resposta à crise ambiental global.

7 A definição discursiva de ideologia envolve a questão da interpretação, pois é a ideologia que dota o mundo de sentidos e, ao mesmo tempo, nega o processo da interpretação. “Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico” e coloca o homem “na relação imaginária com suas condições materiais de existência”. (ORLANDI, 2010, p.46)

MEIO AMBIENTE, CLIMA E ECONOMIA

Geralmente, ao falar sobre a questão ambiental muitos a vinculam apenas à Ecologia. Isso decorre da constituição do problema em si, pois a Ecologia se apresentou “[...] tanto como uma disciplina científica especializada nos estudos de ecossistemas naturais, quanto como um fenômeno marginal, cuja sensibilidade tinha como eixo a natureza, a defesa do meio ambiente e das espécies vivas ameaçadas de extinção” (GUATTARI, 2000, p.15). Significa dizer que, entendida desta forma, a política não encarava a ecologia como um problema humano, mas no sentido de “retorno à natureza”.

Destacamos que o meio ambiente é uma noção que, por si mesmo, traz uma avalanche de conceitos e representações associados. O discurso sobre ele se dá em diferentes esferas e com alcances diferenciados, seja produzido por indivíduos ou instituições, entidades sociais, governamentais ou não-governamentais. Justamente é nesta relação do homem com a natureza que o homem toma conhecimento do meio ambiente, ou dele faz a sua representação:

Em suma, no coração das relações materiais do homem com a natureza aparece como parte ideal, não-material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de

seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente (DIEGUES, [1994] 2001, p.63).

Assim, afirmamos que a representação social sobre o meio ambiente está relacionada diretamente à compreensão que o ser humano desenvolve sobre sua relação com a natureza, em determinadas sociedades e épocas. Por isso, o ambientalismo e o movimento ambiental passam a ser entendidos como uma “questão social” e globalizada somente a partir dos anos 1970. Tidos como objetos de parte das pesquisas sociais, fazem surgir seções específicas para a Sociologia Ambiental nas associações sociológicas norte-americanas e na Europa (HANNIGAN, 1995; BUTTEL, 1992).

Destá maneira, há vários tipos de ecologismos e ambientalismos. No seu percurso para se tornar um movimento global, em cada país se manifesta de acordo com as condições socioculturais. As diferenças entre os Estados Unidos, a França e a Alemanha, para ficar nos exemplos históricos mais conhecidos das mudanças culturais dos anos 1960, criaram caminhos diferenciados para os movimentos ambientais. “A civilização ocidental foi o berço do moderno ambientalismo, na década de 1960. [...] expandiu-se na civilização japonesa na década de 1970, na latino-americana na década de 1980 e progressivamente nas outras na década de 1990” (VIOLA, 2008, p.185).

Nos Estados Unidos, o ecologismo foi inspirado pelos escritos de Henry D. Thoreau, pelo poeta Gyay Snyder — o poeta do “poder verde” — para quem as árvores e as águas eram classes tão exploradas como o proletariado. E, ainda por Barry Cammoner (1971) que responsabilizava a tecnologia moderna pela crise ambiental, por Rachel Carson (1962) em sua denúncia contra o uso dos biocidas, pelo debate sobre a questão populacional proposto por Ehrlich (1971). Ele também recebeu uma grande influência da contracultura, vigorada nos anos 60 e que constitui uma das inspirações do movimento hippie (DIEGUES, 1996, 2001, p 40).

O livro-denúncia *Primavera silenciosa*, de Rachel Carson, publicado em 1962, é aclamado pelos ambientalistas pelo alto grau de impacto que teve sobre o imaginário social, ajudando a construir o sentido de que era necessário repensar o tipo de “desenvolvimento” a que estamos implicados. A autora detalhou os efeitos dos

pesticidas sobre o meio ambiente e os custos para a humanidade. “Submetemos quantidade enorme de gente ao contato de venenos, sem o consentimento dessa gente, e, com frequência, também sem o seu consentimento” (CARSON, 1969, p.22). Além disso, o uso indiscriminado destas substâncias, sem suficiente conhecimento de seus efeitos, comprometia tanto solo, água, ar, quanto vidas de animais e de humanos.

Os anos 1960 marcam o aparecimento de um novo ecologismo, que surge em contraposição ao pensamento de “proteção da natureza”, oriundo de sociedades protetivas do século XIX (DIEGUES, 1996/2001). O Maio de 1968 é palco para a militância pacífica, antimilitar, de cidadania e de minorias, bem como da ecologia. A “marca da recusa” dos ecologistas era dirigida ao progresso armamentista e o consumismo, questões que já aportavam na lista dos ambientalistas da época (MINC, 1997).

Também verificamos a emergência dos “verdes” como força política. Além disso, entre os anos de 1970 e 1980, os processos de degradação ambiental, tanto locais e regionais quanto globais ganham atenção e popularidade. Diante disso, passam a ser uma preocupação central na compreensão dos processos de desenvolvimento (MINC, 1997; BARRY, 1999, PORTO-GONÇALVES, 2006). Com a intensificação da globalização e da crise ambiental, a Sociologia Ambiental é tocada pelos fenômenos de ordem global por uma nova dimensão: a ecológica.

Para a mundialização da questão ambiental tornou-se marcante o ano de 1972. Contra a crença do crescimento ilimitado, o Clube de Roma faz a publicação do relatório *Os limites do crescimento*⁸. E no mês de junho, ocorre a Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano), na Suécia. Nesta primeira grande reunião internacional, foi aprovada a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano e incentivaram-se países e organizações internacionais para a luta ambiental. A Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que gerou, além

8 “Em 1968, um pequeno grupo de profissionais de todo o mundo das áreas de diplomacia, indústria, academia e sociedade civil se reuniram em Roma para discutir as suas preocupações com relação ao crescimento econômico e o consumo dos recursos ilimitados num mundo a cada vez mais interdependente.” As preocupações do Clube de Roma foram registradas neste primeiro relatório, *Os limites do crescimento*, feito por um grupo de cientistas do Clube, no Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Disponível em <http://www.clubofrome.org/?p=4764>

da Declaração, um Plano de Ação Mundial. E ratificou-se a importância da informação como instrumento de combate à crise ambiental.

Com os impactos da exploração humana sendo trazidos a público, a descoberta da camada de ozônio foi amplamente publicizada e a existência do “buraco” apontada por pesquisas ainda na década de 1970, aumentava gradativamente a consciência ambiental a propósito de uma crise de âmbito global (MINC, 1997; VILLAR, 1997; CARVALHO, 2011).

A questão de uma “estruturação” no pensamento sobre a economia leva Braudel a refletir sobre como as representações se legitimam ao longo do tempo. Segundo Braudel, há muita dificuldade em se quebrar certos quadros geográficos, ou realidades biológicas e “até mesmo estas ou aquelas coerções espirituais: os quadros mentais também são prisões de longa duração” (BRAUDEL, 1978, p. 44 apud IANNI, [1995] 2008, p.35)⁹.

Outros fatos marcantes nesta trajetória foram a Convenção de Viena nos anos 1980 — que estabeleceu a proteção da camada de ozônio — e o Protocolo de Montreal (1987), que propôs a redução das emissões dos gases clorofluorocarbonos (CFC) prejudiciais à camada de ozônio.

[...] a ecologia só deixou de ser assunto de alguns poucos círculos a partir do momento em que as agressões ao meio ambiente, como a poluição atmosférica, a destruição das florestas, a ameaça à camada de ozônio, os acidentes nucleares, apareceram para a opinião pública como importantes atentados à sobrevivência da humanidade. Nos anos 80, uma reviravolta nas mídias de massa, já então sensibilizadas por estas questões, contribuiu para o aumento do público dos movimentos de ecologia política (GUATTARI, 2000, p.15).

Na década de 1990, um novo impulso institucional se dá com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) e com a crescente preocupação internacional de grupos de pesquisadores-sociólogos ambientais (HANNIGAN, 1995).

9 BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Social: a longa duração”. In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Trad. J. Huineburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. SP: Ed. Perspectiva, 1978.

Acompanhando os acontecimentos históricos, a teoria social preocupa-se em decifrar a relação do homem com a natureza e, diante disso, tece conclusões a partir da identificação das dicotomias entre ambiente/natureza como oposição à sociedade humana/cultura; natureza (não-humano) oposto ao humano e, natureza oposto a artificial: “Uma das primeiras coisas que devemos observar sobre a ‘natureza’ e ‘Ambiente’ (quando usado como referência para o mundo não-humano ou processos) é que eles são vistos em oposição à sociedade humana e cultura” (BARRY, 1999, p.17). Ou seja, o ambiente é compreendido como algo separado e independente da sociedade humana.

Esta dimensão que coloca o ambiente natural contrastante ao humano, define ainda o que é “humano”, e passa a ser conceito fundamental para a teoria social, sendo o ambiente considerado como algo que ocorre “naturalmente”, sem intervenção humana. Segundo Barry (1999), esta é uma das maneiras centrais do pensamento sobre o meio ambiente caracterizado por entidades (como rochas, rios e montanhas) ou por espécies e processos (tal como o ciclo de carbono e outros) que não são produtos da sociedade humana.

Nesta mesma linha também podemos citar a clássica visão do Iluminismo, indicativa de que o homem tem condições de moldar a história, de buscar via “racionalidade” cada vez mais conhecimento e, desta forma, controlar o futuro. Isto é, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia teria como consequência um mundo ordenado e estável. Porém, o mundo contemporâneo “[...] não se parece muito com o que previram. Em vez de estar cada vez mais em nosso comando, parece um mundo em descontrole” (GIDDENS, 1999, p.14).

Mais cruel do que vivermos em um mundo sem controle, é o fato de que a ciência e a tecnologia, por vezes, foram geradoras desta instabilidade. Assim, nossa fé na ciência passa a estar ameaçada. Pelo menos em parte.

Para Schmidt (1999, p.177), a sociologia contemporânea aborda as questões ambientais especialmente por duas vias diferentes: a primeira representada por autores como Dunlap e Catton, norte-americanos, que buscam a relação entre homem e natureza como objeto específico de uma sociologia do ambiente e, outra, como Giddens e Beck, para os quais a sociologia do ambiente manifesta criticamente os problemas da modernidade, em articulação com a mediação da vida social.

As teorias da sociologia ambiental ajudam na compreensão dos discursos analisados. São concepções que circulam socialmente e aparecem nas revistas ora reforçados, ora refutados ou silenciados. Ideias sobre a modernização reflexiva e

da sociedade de risco, especialmente a partir de Giddens (1991, 1997, 1999, 2010) e Beck (1997), provocam questionamentos sobre a validade do conhecimento tal como foi concebido na era moderna. Questões da modernização ecológica, descritas por Mol (2000), Buttel (2000) e Hajer (1996), pautam uma série de discursos que apontam soluções tecnológicas para a crise ambiental. Também é importante entendermos alguns ares diferenciados, vias que se contrapõem ao pensamento tradicional, por isso visitamos contribuições ao pensamento ecológico e ambiental da ecologia profunda, a complexidade, o pensamento sistêmico e o saber ambiental com os autores Fritjof Capra (1982), Edgar Morin (1990, 1997) e Enrique Leff (2001, 2009, 2010a, 2010b). A seguir, aprofundamos as reflexões dos autores destas correntes do pensamento sociológico sobre a questão ambiental, destacando o papel da economia nas percepções e decisões sobre a crise climática.

1.1 MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA NA SOCIEDADE DE RISCO

Na modernidade reflexiva, a relação das pessoas com a ciência e a tecnologia se modifica. Os dados científicos não são simplesmente aceitos, até mesmo pela ocorrência de controvérsias entre os cientistas. No entanto, pequenas decisões cotidianas são feitas com base no contexto de informações científicas e tecnológicas conflitantes e mutáveis. Outra ideia importante é o “fim da natureza”, definida por Giddens (1997) para significar que poucos aspectos da natureza deixam de ser afetados pelo homem, e não mais é possível distinguir onde esta intervenção é mais ou menos efetiva. Para ele, o meio ambiente “[...] parece não ser mais que um parâmetro independente da existência humana, realmente é o seu oposto: a natureza completamente transfigurada pela intervenção humana” (GIDDENS, 1997, p.97).

Beck propõe a distinção: na primeira modernidade temos a modernidade simples ou industrial e, na segunda modernidade, a modernização da modernização ou, modernidade reflexiva. Na modernidade simples, os marxistas e funcionalistas previam a revolução, mas a nova sociedade (reflexiva) nasce de várias situações: a partir da pobreza e riqueza crescentes, a perda da rivalidade capitalismo-socialismo, a tecnificação rápida, intenso crescimento econômico, insegurança no emprego, etc, produzem mudanças nos tipos de problemas, “[...] no escopo

da relevância e na qualidade da política” (BECK, 1997, p.13). Essa modernização implica inseguranças de toda uma sociedade, difíceis de limitar e envolve dinamização do desenvolvimento com diferentes consequências.

Segundo Florit (1998), há três características importantes na teoria social de Giddens na relação sociedade — natureza. Primeiro, estamos vivenciando a radicalização da transformação da natureza pelo industrialismo, com efeitos desejados e não desejados (entre os últimos estão os riscos ambientais de grandes consequências). Segundo, a radicalização diferencia a modernidade simples e desfaz a ideia de controle, via conhecimento, dos processos sociais e naturais. Por último, a capacidade de reflexão generalizada produz rupturas em relação à tradição e a natureza.

A globalização do risco ecológico e a desigualdade passam a ser os principais problemas da sociedade global. Giddens (1999) afirma que os estados-nação continuam firmes com líderes fortes. Mas há mudanças, pois as nações enfrentam riscos e perigos, e não mais inimigos. Este cenário está criando o que o autor chama de “sociedade cosmopolita global”.

De acordo com Goldblatt (1998), risco é probabilidade de acidente mensurável, um perigo cuja ocorrência pode ser calculada. O emprego da palavra procura indicar que se trata de consequências ao futuro produzidas pelas próprias decisões. Guivant (2000) diferencia as estratégias: nos anos 1960 o risco constitui um atributo físico que pode ser medido (estatísticas, probabilidade, etc), surgem as análises quantitativas como toxicologia e epidemiologia, entre outros, que buscam estabelecer estimativas, administrar e comunicar o risco; nos anos 1980, as estratégias analíticas surgem pelas Ciências Sociais, que enfocam as dimensões sociais e culturais do risco com o objetivo de determinar quais os dispositivos sociais operam nos processos de seleção e aceitação dos riscos.

Giddens (1999, p.36) faz uma distinção entre risco externo e risco fabricado. O primeiro viria de fora, da tradição ou da natureza e o segundo é “[...] criado pelo próprio impacto de nosso crescente conhecimento sobre o mundo”, ou seja, ele surge pelas mãos da modernidade reflexiva. Na categoria do risco fabricado, encontram-se a maior parte dos riscos ambientais, especialmente o aquecimento global e são influenciados pela globalização. A percepção do risco fabricado é sentida por todos igualmente, ricos e pobres enquanto que os externos, diferentemente, ainda são sentidos em países pobres.

Para lidar com o crescimento do risco fabricado, surge a questão do “princípio de acautelamento” (ou de precaução). Surgido no início dos anos 1980, no contexto das discussões ecológicas da Alemanha, o princípio da precaução, como também é conhecido, propõe que se deva agir, no caso de questões ambientais, mesmo que exista incerteza científica em relação a elas. Neste ponto, pode-se perceber como a incerteza do mundo é também baseada fundamentalmente na incerteza sobre os dados científicos que se tem à disposição.

Beck (1997) sugere que o conceito sociedade de risco permite a compreensão da modernização reflexiva e um caminho para as soluções dos impasses da sociedade industrial. A sociedade de risco é uma fase do desenvolvimento da sociedade moderna, “[...] em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial” (BECK, 1997, p.15). Na primeira fase, o risco é individual e legitimado ainda dentro dos padrões da sociedade industrial; na segunda, os riscos dominam o debate e conflito públicos, políticos e privados: a sociedade ainda toma decisões baseada na sociedade industrial, por outro, organizações de interesse, sistema jurídico e político são obscurecidos por debates que se originam do dinamismo da sociedade de risco.

O conceito de modernização reflexiva significa auto confrontação com os efeitos da sociedade de risco. “No sentido de uma teoria social e de um diagnóstico da cultura, o conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade” (BECK, 1997, p.17), ou “[...] no autoconceito da sociedade de risco, a sociedade torna-se reflexiva (no sentido mais estrito da palavra), o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para ela própria” (BECK, 1997, p.19).

1.2 MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA E O ADVENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A modernidade ecológica produz um diálogo com as questões da modernidade reflexiva, contudo aponta em outra direção. O principal foco das pesquisas diz respeito à possibilidade de uma reforma institucional, especialmente levada a cabo pelos agentes estatais, constituindo-se uma terceira via entre a política ambiental de governos e os movimentos ambientais mais radicais, os quais chegam a pregar a desindustrialização como saída para a crise ambiental.

Uma questão salientada por Buttel (2000) é a de que a qualidade ambiental deve estar integrada à qualidade de vida. E, neste ponto, alega que a Sociologia Ambiental não contribui de forma adequada, pois não apresenta estratégias políticas de resolução dos problemas ambientais com vistas à melhoria da qualidade de vida. A Sociologia Ambiental surge como reação à falta de atenção por parte da sociologia dominante aos fenômenos biofísicos, mas também no rastro dos emergentes movimentos ambientalistas e como consequência da intensificação dos impactos socioambientais negativos resultantes da expansão econômica.

A modernização ecológica surge em meados da década de 1980 e ganha espaço acadêmico em países desenvolvidos, especialmente do norte europeu. Esta localização bem definida, de caráter ocidental, traz os elementos para uma análise e também para uma crítica.

A teoria de modernização ecológica é baseada em certos pressupostos, que não são sempre válidos para estas regiões em desenvolvimento, como, por exemplo, a existência de um estado de bem-estar com tarefas ambientais articuladas e institucionalizadas, desenvolvimento tecnológicos avanços em sociedades industriais altamente avançadas, um Estado regulado pelo mercado econômico cobrindo todas as fronteiras da sociedade e de modo bem próximo conectado ao mercado mundial globalizado, e uma consciência ambiental institucionalizada relativamente ampla e profunda (MOL, 2000, p.274).

A partir da falta de encaixe de outras regiões a estes pressupostos, concordamos com Mol (2000) na afirmação de que a teoria da modernização ecológica é relevante para uma área geográfica restrita, especialmente aos países da comunidade europeia. De outro lado, pode-se dizer que a modernização ecológica contraria a utopia de alguns movimentos ambientalistas, que propunham a desindustrialização.

Hajer (1996) argumenta que a política ambiental está dominada pela modernização ecológica, pelo menos desde meados dos anos 1980 e que este discurso se articula a outras formas de mudança social. Propõe, assim, três tipos ideais que são três diferentes interpretações da modernização ecológica. Para o autor, eles ajudam a definir as questões em relação ao predomínio da perspectiva social no discurso da modernização ecológica.

O primeiro tipo, “Modernização ecológica como aprendizagem institucional”, é fundado a partir da ideia de que o homem perdeu o controle sobre a natureza. Para Hajer (1996), aparece como momento histórico importante o relatório *Limites do Crescimento* (1972) que, mesmo que baseado em premissas falsas, é tomado como causa para que o Clube de Roma passasse a propor levar o meio ambiente a sério. Disso, passou-se a produzir um novo consenso em torno da modernização ecológica, para dar respostas a problemas globais de forma institucionalizada, como uma maturação do movimento ambiental, que passa a integrar o espaço institucional e de conselhos. “Da mesma forma, o novo consenso em torno da modernização ecológica tornou possível que os argumentos de cientistas que gritavam individualmente no escuro durante a década de 1970 agora são canalizados para o processo de formulação de políticas” (HAJER, 1996, p.251).

Essa interpretação serve como base para os projetos de aperfeiçoamento dos modelos de gestão pública de meio ambiente, nas legislações ambientais que se colocam, em grande medida, como pactos sociais pelo desenvolvimento sustentável. A aprendizagem institucional é também recorrente nos debates sobre o aquecimento global e as medidas em relação à mudança climática. Isto é, a modernização ecológica, na interpretação de uma aprendizagem institucional, compõe o cenário a partir de uma concepção de controle da natureza. Assim, o homem passa a buscar respostas às questões globais de forma institucionalizada, por exemplo, com a atuação de movimentos ambientais em conselhos. Para a mudança climática, o expoente maior desta institucionalização é o próprio IPCC.

Falar em controle da natureza significa dizer que a cultura ocidental, ao separar homem e natureza, também separou a “natureza vivida” de uma “natureza científica”. Esta última está sob as rédeas da racionalidade e expansão ilimitada da produção, segundo Olivieri (2009).

Desta forma entendemos que o controle da natureza está presente em todas as áreas: da natureza humana — seus comportamentos e emoções, à produção de alimentos, da biotecnologia à manipulação e controle genético, entre tantas outras. A partir desta “natureza científica”, controlada, o homem é capaz de alterar, diminuir ou acelerar processos biológicos, inclusive em escala industrial.

Apresentando o segundo tipo ideal, a “Modernização ecológica como um projeto tecnocrático”, Hajer (1996) afirma que esta interpretação se fundamenta em termos de que a tecnologia (e não a natureza), está fora de controle. A narrativa histórica, neste caso, é o surgimento da contracultura, nos anos 1960, que faz a

crítica, salientando as dicotomias entre dominante/periférico e material/simbólico. Ou seja, a modernização ecológica é imposta como única solução por formuladores de políticas, especialistas e cientistas.

Por fim, a “Modernização ecológica como política cultural” contextualiza as práticas de modernização ecológica numa abordagem diferenciada, pensando-se como o debate se organiza em torno da manutenção de uma ordem social privilegiada. Então, podemos deslocar a questão para um questionamento sobre o que realmente é o problema, visto que há muitos discursos e atores neste cenário. Porém, sua contribuição mais radical seria a de que o debate não deveria ser apenas quanto aos processos de proteção da natureza, mas direcionado para a escolha sobre o tipo de natureza e de sociedade que queremos (HAJER, 1996).

Neste ponto é produtivo discutir o desenvolvimento sustentável, pois é este o termo priorizado nos debates sobre as questões ambientais. O Relatório *Brundtland* (*Nosso futuro comum*), publicado em 1987, apresentou a definição de desenvolvimento sustentável que é repetido desde então: um desenvolvimento capaz de garantir as necessidades para as futuras gerações.

Na generalidade da definição de desenvolvimento sustentável do Relatório Brundtland, essas noções são estáticas, tanto de sociedade quanto de mundo natural (natureza). Ou seja, como bem reconhece Carvalho (1991), o adjetivo sustentável remete àquilo que está em perfeito equilíbrio, que se conserva sem desgaste e se mantém no tempo. Quando aplicado ao desenvolvimento, transfere essas qualidades a um modo de organizar a vida social, criando a (falsa) expectativa de uma “sociedade sustentável”, em perfeita harmonia com a natureza, sem conflitos ou tensões sociais que perturbem ou ponham em risco a sua reprodução (ALMEIDA, 1999, p.42).

A discussão sobre os “limites do crescimento” se instala e até mesmo se atém, em alguns momentos, em relação ao uso inadequado da expressão. A questão de ser ou não ser “desenvolvimento sustentável” passa a encobrir, em certa medida, as três visões da modernização ecológica propostas por Hajer (1996) e descritas anteriormente. Podemos ver uma interpretação radical, nos moldes da política cultural, em Nixon (1993), na crítica de que as expectativas do desenvolvimento sustentável são distrações, impedindo ações eficazes contra o desastre ambiental. Para o autor, a expressão mostra que o desenvolvimento (substantivo) está acima

da sustentabilidade (adjetivo), evitando a ideia de crise e de conflito, mas o aspecto da correção de danos ambientais ao mesmo tempo em que há o uso de “recursos” da natureza.

Tanto a “ecologização da economia”, levada a cabo pela difusão de novas tecnologias para processos de produção e consumo quanto a “economização da ecologia”, por meio da valoração econômica da natureza, considerada uma terceira força de produção (ao lado de capital e trabalho), são faces de uma mesma moeda, colocada em circulação pela modernização ecológica (OLIVIERI, 2009).

Além disso, o sucesso da noção de desenvolvimento sustentável, a partir dos anos 1980, é considerado o fio condutor de uma estratégia para dar conta da crise ambiental. Além de permitir interpretações variadas, tem a “força política” de buscar “integrar qualidade ambiental com crescimento econômico através da industrialização” (OLIVIERI, 2009, p.155). Ou seja, o desenvolvimento sustentável coloca lado a lado as duas ideias centrais da modernidade: o crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico.

A sustentabilidade atualmente é um tema muito apropriado pelo setor industrial e empresarial como um todo, que apresenta suas experiências sustentáveis como a saída para os problemas ambientais. Desta maneira, entendemos que a modernização ecológica obtém, no mundo prático, uma vantagem “discursiva” que se impõe, cada vez mais, como a solução definitiva para a questão ambiental. A esta posição discursiva, se opõe a interpretação de que este é, pois, um projeto tecnocrático, na medida em que as indústrias estão “mobilizadas” pelo uso de tecnologias não poluentes ou de baixo impacto ambiental, porém sem tocar na estrutura da sociedade capitalista.

1.3 MUDANÇA CLIMÁTICA EM DISCURSOS GLOBAIS

No início do século XX, os cientistas começam a usar o termo mudança climática para se referir a modificações de diferentes ordens no clima. Porém, é no começo dos anos 1970, que surgem as primeiras vozes de alarme tanto de cientistas quanto de ecologistas. As atividades humanas passam a ser consideradas no resultado final desta conta. O contexto daqueles anos também fez surgir o termo aquecimento global, significando o aumento da temperatura média da terra, que

se popularizou décadas depois. Wallace S. Broecker cunhou o termo aquecimento global, com a publicação, em 1975, do artigo “*Climatic Change: are we on the brink of a pronounced global warning?*” (Mudança Climática: estamos à beira de um aquecimento global pronunciado?) na revista Science (LEÓN, 2013).

A mudança climática está intimamente ligada ao aquecimento global, porém são fenômenos distintos. A Terra passa por alterações climáticas consideradas “naturais”, esfriando ou esquentando em determinadas épocas. Por outro lado, não se pode dizer que todo e qualquer evento extremo seja resultado das alterações climáticas. Períodos de inverno ou verão rigorosos, não estão, necessariamente, ligados ao fenômeno da mudança do clima.

Já o aquecimento global é definido como o aumento da temperatura além do natural, extrapolando a capacidade da atmosfera em reter este calor. Desta forma, entende-se que a Terra é aquecida pelo chamado efeito estufa, relacionado à quantidade de energia da radiação solar e o calor que é liberado pelo planeta. A ciência identificou e monitora a emissão de diferentes gases que tem “efeito estufa”, ou seja, ampliam o aquecimento do planeta.

Sucessivos estudos demonstram que os gases de efeito estufa, responsáveis pelas condições de vida no planeta, são impactados pelas atividades humanas que estão acentuando a concentração destes gases, especialmente a partir da Revolução Industrial, indicando um aumento de mais de 30% (FILHO, 2007, MCKIBBEN, 1990). “Desde 1800, a concentração de dióxido de carbono pulou de 270 partes por milhão (ppm) para 370 ppm — o mais alto nível dos últimos 20 milhões de anos” (PEARCE, 2002, p.17).

A polêmica se instala justamente porque alguns outros cientistas (nominados geralmente de “céticos”)¹⁰ não consideram fundamental o papel do homem na produção de gases de efeito estufa para os períodos de variação climática. No entanto, os principais dados científicos compilados pelo IPCC demonstram que há

10 No curso “Jornalismo e Mudanças Climáticas”, realizado em Porto Alegre, direcionado a jornalistas e promovido pelo Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do SUL (NEJRS) e pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, o professor de climatologia e coordenador do Centro Polar e Climático da UFRGS, Jefferson Simões, salientou que, em verdade, os “céticos” deveriam ser chamados de “negacionistas”, uma vez que negam o papel dos homens no processo de aquecimento global. Além do mais, esclareceu, o ceticismo faz parte de toda a ciência, inclusive dos pesquisadores que concordam com as bases do IPCC. Anotações, dezembro de 2013.

uma variação maior do aquecimento global e que acompanha a emissão de gases, especialmente a partir da Revolução Industrial, e todo o processo de industrialização, de “progresso” e desenvolvimento buscados incessantemente a partir dali.

A hipótese do aquecimento global é reforçada nos anos 1990 e confirmada nos anos 2000, com um aquecimento comprovado por inúmeros fatos em diferentes regiões do mundo, com o derretimento das geleiras dos Alpes europeus, no Ártico e na Antártida, ou secas e tempestades fora do comum nas Américas (PEARCE, 2002). Desta forma, podemos compreender que as mudanças do clima são consideradas um fenômeno de grande repercussão mundial e que geram várias abordagens por conta de diferentes atores sociais.

Os parâmetros internacionais para a mudança climática estão baseados em acordos entre países, especialmente a partir da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, em inglês, assinada no Rio de Janeiro, em 1992) e o Protocolo de Kyoto (Japão, 1997). As Nações Unidas criaram, em 1988, o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), que passou a avaliar o tema e a subsidiar os acordos a partir de então.

O termo *mudança do clima* usado pelo IPCC refere-se a qualquer mudança no clima ocorrida ao longo do tempo, devido à variabilidade natural ou decorrente da atividade humana [...]. O aquecimento do sistema climático é inequívoco, como está agora evidente nas observações dos aumentos das temperaturas médias globais do ar e do oceano, do derretimento generalizado da neve e do gelo e da elevação do nível global médio do mar (IPCC, 2007, p.3; p.8).

O IPCC reúne o maior número possível de dados e pesquisas relacionadas às condições climáticas no planeta. Dos cinco relatórios publicados até 2014, os primeiros (em 1990, 1995 e 2001) tiveram pouca repercussão midiática. O quarto, de 2007, provocou grande impacto. O relatório de 2007 é considerado paradigmático, pois nele, pela primeira vez, aparece a afirmação de que o aquecimento do sistema climático é inequívoco. Na apresentação de cenários, houve dados “alarmantes” que foram divulgados amplamente pela mídia global, alertando sobre catástrofes prováveis a populações em diferentes partes do mundo.

A repercussão garantiu que, em 2007, o Prêmio Nobel da Paz fosse compartilhado pelo IPCC e pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore. Tanto o

IPCC quanto Al Gore são reconhecidos por impulsionar o maior interesse mundial sobre o tema da mudança climática global.

A valorização de acordos internacionais mais do que problemas da ecologia urbana, por exemplo, é uma tendência observada na abordagem ambiental. Um bom exemplo foi a forma impactante pela qual o Jornalismo brasileiro abordou o relatório do IPCC sobre o aquecimento global, divulgado em fevereiro de 2007 (MORAES & CORRÊA, 2008). Porém, a cobertura se enfraquece após estes eventos, tal como ocorreu em 1992. Isto pode ser decorrência da atuação cíclica, como afirma Park: “Um evento deixa de ser notícia tão logo a tensão provocada acabe e a atenção do público seja direcionada para um outro aspecto do habitat ou outro incidente novo e emocionante ou importante para prender sua atenção” (PARK, 2008, p.59).

Entre os desafios para a questão climática, um acordo global é sempre trazido como o objetivo e fim de todas as movimentações internacionais. Assim, o ano de 2015 é considerado fundamental para o projeto de futuro. Em 2009, o conceito de “*legally binding*” (legalmente vinculante) foi utilizado em Copenhague para a tentativa de um acordo, mas em 2014 surgiu também a ideia de que o acordo deve ser “híbrido e flexível”, como defendem os países ricos. O acordo híbrido seria um meio termo entre uma regulação forte e um sistema livre (CHIARETTI, 2014, online).

Se antes o bloco europeu alinhava-se com os países em desenvolvimento exigindo que o acordo tivesse metas obrigatórias e fosse uma legislação internacional forte e rígida, agora a ideia corre por outro trilho. Quem primeiro defendeu um acordo “híbrido e flexível” foram os EUA, em 2013. O bloco europeu parece ver a ideia com simpatia (CHIARETTI, 2014, online).

As metas de redução são consideradas fundamentais, porém há países com outros problemas a resolver, como o caso da poluição do ar na China ou a falta de universalização da energia elétrica na Índia. A flexibilidade que passa a ser a tônica dos discursos sobre possíveis acordos entre países tão diversos e diferentes vem justamente dos fracassos anteriores, notadamente da COP15, sobre a qual havia intenso debate e grande esperança.

Neste sentido Viola (2008) aponta que “[...] os problemas de mudança climática estão vinculados aos bens comuns/coletivos globais”. A atmosfera, comum

a todos, tem uma capacidade limitada de absorção de poluentes. “[...] Em vista dessa limitação, as cúpulas e as convenções internacionais da última década atribuíram à atmosfera o estatuto de ‘preocupação comum da humanidade’, e os problemas de seu uso foram consensualmente vinculados à construção de regimes internacionais” (VIOLA, 2008, p.189). Desta forma, passam também a ter “alguma” visibilidade no Jornalismo, que atua no acompanhamento destes regimes.

No contexto da “sociedade cosmopolita global” a mudança climática está associada ao conceito de risco. “No período atual, o risco assume uma importância nova e peculiar. Supunha-se que o risco seria uma maneira de regular o futuro, de normatizá-lo e de submetê-lo ao nosso domínio” (GIDDENS, 1999, p.36). O risco mobiliza as sociedades para a mudança, se associa ao capitalismo moderno inserido no cálculo de lucro e de perdas futuros, de forma contínua. Por decorrência, até mesmo o *welfare state* (Estado de bem estar)¹¹ passa a administrar o risco, através do seguro de base social, que redistribui o risco e torna o capitalismo impensável sem ele.

À primeira vista, os perigos ecológicos que enfrentamos atualmente podem parecer semelhantes às vicissitudes da natureza encontradas na era pré-moderna. O contraste, contudo, é muito nítido. Ameaças ecológicas são o resultado de conhecimento socialmente organizado, mediado pelo impacto do industrialismo sobre o meio ambiente material. São parte do que chamarei de um novo perfil de risco introduzido pelo advento da modernidade (GIDDENS, 1991, p.99).

O “risco fabricado” torna-se ainda mais “arriscado”, visto que é difícil de prever. O caso da mudança climática é exemplar, pois a maioria dos cientistas acredita que há aquecimento global, mas até meados de 1970 a opinião era de que o mundo passava por uma fase de resfriamento global. E aqui a política é atingida por um clima moral, alguns acusados de alarmistas e outros de acobertar os riscos existentes. No entanto, em situações de risco fabricado, em sua maioria, “[...] até

11 No Estado de bem estar, o Estado é considerado o agente de proteção e defesa social, incluindo serviços públicos, bem como organizador da economia. Esta orientação coloca o Estado como regulamentador de toda vida social, incluindo política e economia, em parceria com sindicatos e empresas, de acordo com o país em questão.

a própria existência de um risco tende a ser posta em dúvida. Não podemos saber de antemão quanto estamos de fato sendo alarmistas ou não” (GIDDENS, 1999, p.40). Em obra de 2010, o autor propõe o “paradoxo Giddens” explicitando esta contradição:

A política da mudança climática tem que lidar com o que chamo de “paradoxo Giddens”: visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias será, por definição, tarde demais (GIDDENS, 2010, p.20).

Da mesma forma que o conceito de desenvolvimento sustentável é questionado, os “céticos do clima” passaram a divulgar suas opiniões. Destacam especialmente a falta de dados sólidos indicativos da participação humana no aquecimento global como determinante para as alterações no clima planetário. No entanto, os céticos são minoria e “[...] se veem não só como questionando um amplo consenso científico, mas também se opondo a toda uma indústria que cresceu em torno deste consenso” (GIDDENS, 2010, p.43). A indústria criticada pelos céticos inclui campanhas de relações públicas, tanto do IPCC quanto de governos e organizações civis e, ainda, decisões governamentais de gastos para a redução de emissão de gás carbônico, que superam o combate a outros males, como aids e armas nucleares. O contraponto a esta visão dos negacionistas é de que os próprios podem justificar uma outra indústria, a do petróleo, que é contrária à mudança de paradigma, para não prejudicar os seus lucros.

O consenso constatado por Giddens (2010), em relação ao aquecimento global, ocorre devido a um processo cumulativo de informações científicas e de evidências que vieram a público, conforme descreve Costa (2012):

A clareza de entendimento em torno da mudança climática atual, do papel antrópico determinante e do risco envolvido foi fruto dessa acumulação de evidências. Apoiando-se em conhecimentos mais fundamentais da Física, da Química, da Astronomia, da Biologia, da Geologia e das interfaces entre elas, e sobre uma colossal quantidade de dados, análises, modelos de di-

versos níveis de complexidade é que a Ciência do Clima erigiu seu edifício. Nesse contexto, quando as peças se encaixam, a quantidade (as múltiplas informações parciais, mas convergentes) se transforma em qualidade (a “Big Picture”), no quebra-cabeça montado, demonstrado várias e várias vezes nos relatórios de avaliação do IPCC. (COSTA, 2012, online).

Desta forma constatamos um consenso científico de que, em qualquer cenário, haverá o aquecimento motivado por emissões de gases de efeito estufa e que resta apenas a incerteza sobre a intensidade da mudança climática. Surgem, a partir disso, os planos para a mitigação e adaptação às mudanças do clima¹², além da ideia de uma economia de baixo carbono de alcance mundial. Para Giddens (2010), na área da mitigação das mudanças climáticas, os mercados têm papel para além do comércio de emissões, pois sempre que possível atribuir preço a um bem ambiental, devem fazê-lo, pois a competição aumentaria a eficiência.

Giddens propõe ao campo político algumas medidas para atuar em função da mudança climática, visto considerar o poder estatal como um “ator importantíssimo”. “Não há como obrigar os Estados a assinarem acordos internacionais e, mesmo que eles optem por fazê-lo, a implementação de qualquer acordo será, em larga medida, de cada Estado” (GIDDENS, 2010, p.23). Além disso, os acordos são criticados por sua falsa abrangência global e por conferir legitimidade sem, no entanto, dar garantias de que há maior justiça ou gestão ambiental, como afirma Redclift:

Estes [os regimes ambientais] são convenções sociais frouxamente organizadas, incluindo a assinatura de acordos, que envolvem consentimento de gerenciamento ambiental global, e que são fundamentados em princípios “universais” previamente consensualizados. [...] não podem reverter os efeitos da economia e dos processos sociais espacializados sobre os pobres, suas culturas e seu ambiente (REDCLIFT, 2002, p.135).

12 Programas de mitigação se referem a ações que buscam diminuir a emissão de gases de efeito estufa, enquanto que os programas de adaptação indicam soluções para o enfrentamento de cenários de dificuldade para várias áreas, como produção de alimentos, de energia, acesso à água e eventos extremos decorrentes da mudança do clima.

O que Redclift critica é que os acordos globais incapacitam os países individualmente para administrar seu meio ambiente.

Por outro lado, também é questionável se os mecanismos de mercado são apropriados — e/ou suficientes — para resolver o problema, visto que a crise ambiental foi causada pelo mesmo mercado e seus efeitos danosos sobre o meio ambiente.

A questão discursiva, portanto, é um ponto fulcral na organização destes cenários, que são montados a partir de um sistema mundial, conforme descreve Ianni:

A noção de sistema mundial contempla a presença e a vigência das empresas, corporações e conglomerados transnacionais. Nesse contexto, os meios de comunicação revelam-se particularmente eficazes para desenhar e tecer o imaginário de todo o mundo. A mídia impressa e eletrônica, cada vez mais acoplada em redes multimídia universais, constituem a realidade e a ilusão da aldeia global (IANNI, [1995] 2008, p.76).

Neste ponto, destacamos o papel condicionante dos meios de comunicação que são pautados na cobertura de eventos relacionados à temática. Assim, concordamos com Carvalho:

Para além de reproduzirem (de forma selectiva) as perspectivas de actores sociais, os media produzem também modos originais de ver as questões sociais. As organizações mediáticas funcionam segundo lógicas e dinâmicas próprias que condicionam, necessariamente, a sua forma de cobertura das alterações climáticas (CARVALHO, 2011, p.17).

Desta forma, de modo particular, o discurso jornalístico está inserido na grande teia de discursos sociais sobre a mudança do clima. Discursos que estão vinculados a concepções ideológicas e que se relacionam de alguma forma com as condições descritas nas ideias da modernidade reflexiva, da sociedade de risco e da modernização ecológica. Estes referenciais ajudam a compreender o tema da mudança climática como uma questão ambiental global e situada no âmbito das disputas em torno do desenvolvimento sustentável, ou, dizendo de outra forma, direcionadas ao “nosso futuro comum”.

1.4 O “FUTURO QUE QUEREMOS” E O SABER AMBIENTAL

A questão ambiental é sempre permeada por abordagens diferenciadas, atores e temas que se sobressaem, conflitos e definições, nem tanto definitivas. Assim, a mudança climática está se constituindo na atualidade como a questão ambiental de maior alcance e abrangência, estando associada a grandes catástrofes de impacto social. A preocupação mundial em torno do tema já estava exemplificada por Giddens (1999) em relação à “incerteza fabricada” e em Beck, com a “sociedade mundial de risco” (1997).

Na modernização reflexiva e na sociedade de risco, torna-se evidente que as transformações apontadas como sistêmicas atingem o entendimento que temos quanto ao alcance das questões ambientais, na revisão da relação da sociedade industrial com os chamados recursos naturais. Além disso, os riscos sociais e ambientais parecem muito próximos, mesmo que as ameaças sejam potencialmente direcionadas, causando o grande avanço da busca da segurança. Interessante ainda pontuar que o risco somente é possível quando a sociedade passa a se ocupar do “futuro” e, neste quesito, a definição central do conceito de desenvolvimento sustentável é exatamente a ideia de um legado às “futuras gerações”.

No âmbito da modernidade ecológica, visualizamos basicamente o discurso de que os avanços e melhoramentos ambientais podem corrigir os desequilíbrios ecológicos visíveis na sociedade industrial. Ou seja, há possibilidade de reversão nas sociedades industrializadas, sem desindustrialização ou desaquecimento econômico, contribuindo, em parte, para que o ambientalismo radical seja contestado na sua essência. Porém, neste espaço ainda há muitas disputas em relação ao tipo de desenvolvimento sustentável decorrente da modernização ecológica. No entanto, pelo menos em parte, o discurso predominante está atrelado ao mercado, associado às inovações tecnológicas, tanto quanto possível, chegando a ser um dos pilares definidos por Giddens (2010) para o enfrentamento das mudanças do clima. Segundo o autor, “o paradoxo de Giddens” afeta quase todos os aspectos das reações atuais às alterações do clima, encontra-se no centro de uma série de outras influências até mesmo no consumo das elites, na geopolítica e do papel dos países industrializados.

A mudança climática se coloca, na proposta de Giddens (2010), como um paradoxo na contemporaneidade, entre o agir agora ou tarde demais. Acima de tudo, apesar de nossa desconfiança em relação à ciência, ela é ainda o principal suporte

de legitimação de discursos e de consensos buscados em âmbito internacional. Mesmo que as decisões estejam sendo tomadas com base em assimetrias socioambientais, econômicas e culturais, o alarme do risco global atinge todos os cantos do mundo. Junte-se a isso, o chamado “princípio de acautelamento”, que pode ser usado tanto para o bem quanto para o mal. Entretanto, neste cenário, ainda é a fé no conhecimento acumulado sobre o mundo (e sobre a natureza) que afasta a perspectiva da catástrofe insuperável mantendo-se, assim, o “desenvolvimento sustentável” como ponto central neste debate.

Consideramos que, em grande medida, o tema da mudança climática reforçou ainda mais a disputa em relação à definição/interpretação sobre “sustentabilidade”. Para alguns autores, as expectativas do desenvolvimento sustentável não passam de discursos vazios que buscam tirar o foco das ações necessárias ante os desafios da crise ambiental. Seria uma mistificação apresentada como uma ideia sincera, colocando ao mesmo tempo a correção de danos e o “desfrute dos frutos do desenvolvimento” (NIXON, 1993). Este sentido para o desenvolvimento sustentável se aproxima dos pressupostos da modernização ecológica, que pondera a capacidade da ciência e da tecnologia no resgate de um equilíbrio ambiental, dentro do sistema industrial. No entanto, ponderamos que esta interpretação de viés ecotecnocrático não superou os problemas indicados pela grave crise ambiental global.

Uma interpretação de linha ecotecnocrática está vinculada à sistematização realizada por Caporal & Costabeber (2000). Para os autores, a visão ecotecnocrática é definida a partir da lógica econômica, liberal, que desconsidera as contradições econômicas, sociais e ambientais, estando fortemente calcada na modernização ecológica sob domínio do otimismo tecnológico. Além disso, esta visão não abre espaço para a biodiversidade, inclusive cultural, pregando a resolução para o problema do crescimento.

A partir de Redclift (2002), podemos compreender o funcionamento da eficácia discursiva referente ao desenvolvimento sustentável. Primeiro, mesmo que haja uma falta de complexidade na abordagem de questões como justiça social, a ciência tem sido utilizada para conferir legitimidade sobre a definição do problema ambiental. Por outro lado, o autor salienta a existência de um “discurso da disjunção”, que prega que há uma aceitação e um consenso em torno da justiça social, bem como da sustentabilidade. Porém, desconfia desta aceitação geral (REDCLIFT, 2002, p.131).

Logicamente, os discursos que admitem a ideia de sustentabilidade e justiça social incorporam a ideia de concepções partilhadas, mas isso seria possível, diante de tantas assimetrias? Trata-se, portanto, da mesma crítica que se pode fazer ao pensamento tanto da modernidade reflexiva, quanto da modernização ecológica, pensadas a partir de uma sociedade altamente industrializada e ocidental. São insuficientes para dar conta da complexidade social, econômica, política, ambiental e cultural do mundo.

Neste cenário em que aparecem diferentes interpretações sobre o futuro que a humanidade deve projetar, a partir das escolhas feitas no tempo presente, também florescem teóricos que propõem novos olhares para a questão ambiental ainda no início dos problemas globais. A começar por Capra ([1982] 2006) para o qual a visão ecológica é base para a mudança social:

A nova visão da realidade é uma visão ecológica num sentido que vai muito além das preocupações imediatas com a proteção ambiental. Para enfatizar esse significado mais profundo de ecologia, filósofos e cientistas começaram a fazer uma distinção entre “ecologia profunda” e “ambientalismo superficial”. Enquanto o ambientalismo superficial se preocupa com o controle e a administração mais eficiente do meio ambiente em benefício do “homem”, o movimento da ecologia profunda exigirá mudanças radicais em nossa percepção do papel dos seres humanos no ecossistema planetário. Em suma, requer uma nova base filosófica e religiosa (CAPRA [1982] 2006, p.402-3).

Olhar para as questões ambientais a partir de outro lugar é bastante difícil, pois somos constantemente inundados pelos discursos da modernidade ecológica. Capra ([1982] 2006) complementa que é necessário buscar uma nova forma de avaliar os problemas, pois “[...] vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes. Para descrever esse mundo apropriadamente, necessitamos de uma perspectiva ecológica que a visão de mundo cartesiana não nos oferece” (CAPRA, 2006, p.14).

Para realizar a mudança no sistema de valores sociais que regem a sociedade como um todo, Capra propõe a ecologia profunda, sendo que esta “[...] é apoiada pela ciência moderna e, em especial, pela nova abordagem sistêmica, mas tem suas

raízes numa percepção da realidade que transcende a estrutura científica e atinge a consciência intuitiva da unicidade de toda a vida, a interdependência de suas múltiplas manifestações e seus ciclos de mudanças e transformação” (CAPRA, [1982] 2006, p. 403).

Capra (2006) se contrapõe à visão instrumental da natureza, que pressupõe que todos os demais entes devem estar subjugados aos interesses dos seres humanos.

Para Morin, é precisamente a ideia de uma razão aberta que levará o pensamento a entender a complexidade dos fenômenos. A racionalidade “[...] é o estabelecimento de adequação entre uma coerência lógica (descritiva, explicativa) e uma realidade empírica” (MORIN, [1990] 2005, p.157). Morin advoga que somente a partir de um novo paradigma poderemos entender o caráter indissociável da relação homem-natureza, pois “[...] o paradigma é o que rege a escolha das palavras que constituirão a cadeia do discurso”, ou seja, é o controle do discurso: “[...] é o conjunto das relações lógicas fundamentais que interferem entre os conceitos de base, os quais, por sua vez, controlam uma cultura e, portanto, também controlam um pensamento e um discurso (MORIN, 1997, p.62-63)”.

A racionalidade contemporânea deve então ser modificada, pois a questão ambiental é do cotidiano de todas as pessoas, mesmo que no seu início até mesmo as ideias ecológicas não realizassem a união homem natureza.

O homem está na natureza; a natureza está no homem. Uma revolução do pensamento. Os resultados dessa confluência entre os diferentes movimentos da pesquisa científica têm também uma importância fundamental para a história dos homens. Entramos há vários séculos na era planetária: o século da idade da grande agonia planetária. É um momento histórico em que se impõe a exigência fundamental de uma unidade da espécie humana, de uma unidade que respeite todas as diferenças culturais e assuma a forma de uma confederação planetária. Se a humanidade não conseguir realizar esta unidade, correrá com certeza o risco de se autodestruir em todos os planos: político biológico e, ousado mesmo dizer, vital (MORIN, 1997, p.60).

Significa que o pensamento ecológico traz aspectos importantes para a resolução dos problemas contemporâneos. “O pensamento ecológico é uma forma de pensamento que reflete a lógica da realidade natural e a complexidade da

organização viva” (MORIN, 1997, p.62). Segundo Morin (1997) isso é possível porque aproxima e aborda de forma conjunta o problema da política — de reunir em regimes internacionais deliberativos e, da ciência, para desenvolver uma ciência que ultrapasse a separação arbitrária de objetos. Além disso, surge a demanda de uma explicação a partir de um princípio de complexidade, que “[...] procura estabelecer a comunicação entre aquilo que é distinguido: o objeto e o ambiente, a coisa observada e o seu observador” (MORIN, [1990] 2005, p.30).

Para analisar o discurso das revistas sobre a mudança climática é importante pontuar as noções que desestabilizam os discursos hegemônicos em nossa sociedade. Desta forma, a contribuição de Morin é fundamental. Em relação à ideia de progresso, que é também acionada pelo interdiscurso¹³ do desenvolvimento sustentável, ele afirma que: “Vivemos dezenas de anos com a evidência de que o crescimento econômico, por exemplo, traz ao desenvolvimento social e humano a aumento da qualidade de vida e de que tudo isso constitui o progresso” (MORIN, [1990] 2005, p.95).

Porém, este modelo de progresso deixa ofusco que carrega consigo uma distribuição não equitativa dos bens e com isso compromete a qualidade de vida prometida. Assim, o autor exemplifica a ideia de pensar o complexo, na medida em que desconstrói as noções que devem ser, portanto, autocríticas e reflexivas, comportando negação, incerteza, degradação (MORIN, [1990] 2005).

A visão racionalista do mundo desenvolveu ideologias e processos que racionalizam o real, mas eliminam as suas contradições. O economicismo torna-se “ideologia racionalizadora” e, a partir disso, o desenvolvimento econômico e tecno-burocrático toma os espaços. Desta forma, consegue instituir a racionalidade instrumental “em que a eficácia e rendimento parecem trazer a realização da racionalidade social” (MORIN, [1990] 2005, p.160).

Nesta perspectiva impõe-se a construção de alternativas de forma ética, por isso surgem conceitos na filosofia que se propõem a responder a estas demandas. Na filosofia, temos a reflexão sobre uma ética da sustentabilidade. Bartholo Júnior diz que a capacidade de responsabilidade é uma capacidade ética, que repousa

13 Interdiscurso é entendido como o espaço da memória discursiva, um arquivo em que as novas produções do discurso buscam ancoragem e diálogo, permitindo que, a partir disso, o seu discurso “novo” seja percebido como algo pertinente ao interlecutador, produzindo determinados efeitos de sentido.

sobre o que Jonas (1992, p.131 *apud* BARTHOLO JR, 2001, p.22) identifica como sendo “[...] a aptidão ontológica do homem de escolher entre alternativas de ação com saber e vontade”.

Em outras palavras, ser responsável é escolher o caminho a seguir — a partir dos saberes e das vontades, o que inclui perceber as consequências futuras das ações tomadas no presente. A questão para Bartholo Júnior é estabelecer um sentido ético para as decisões da geração atual em relação ao futuro, quando o resultado de nossas ações serão sentidos por uma nova geração:

O cerne da questão é a tarefa de fornecer um enquadramento ético para relações de poder assimétricas e, no limite, unilaterais e não recíprocas. Esse é notoriamente o caso da vulnerabilidade de condições futuras de vida com respeito a decisões e intervenções realizadas hoje (BARTHOLO JR, 2001, p.19).

Outro autor que postula a mudança de paradigma para o enfrentamento das questões ambientais é Enrique Leff, para o qual o chamado processo civilizatório que vivenciamos está baseado na “racionalidade econômica e instrumental que moldaram as diversas esferas do corpo social: os padrões tecnológicos, as práticas de produção, a organização burocrática e os aparelhos ideológicos do Estado” (LEFF, 2001, p.133). O papel da questão ambiental é justamente questionar os custos desta racionalidade e estabelecer a necessidade de reformas democráticas.

Leff (2001) aponta que a racionalidade capitalista esteve associada a uma racionalidade científica e tecnológica, para previsão e controle da realidade, com a busca de eficácia entre meios e fins. O saber ambiental questiona essa racionalidade como instrumento de dominação da natureza. Na sua linha de pensamento, o saber não pode ser reduzido ao mercado. Da mesma forma, o autor escreve que o ambiente é mais que a ecologia, é mais complexo, é “[...] um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza, através das relações de poder que têm sido inscritas nas formas dominantes do conhecimento” (2009, p.16).

A racionalidade econômica dominante, demonstra uma irracionalidade energética e ecológica dos seus princípios mecanicistas, pois não dá conta das interações com o meio ambiente e com a cultura. Assim, o processo econômico entendido como entrópico, “[...] levou a uma crítica radical da teoria do crescimento

econômico e a tratar de fundamentar a economia na ecologia ‘por ser esta uma ciência mais complexa’” (LEFF, 2010a, p.54).

Leff (2009) constrói a categoria de racionalidade ambiental baseado no conceito de formação econômico-social de Marx, de racionalidade em Weber e de saber em Foucault. A partir disso, pensa a relação entre o pensamento e a ação, aplicando-a ao campo do ambientalismo e da ecologia política. O saber ambiental se entrelaça, transborda do campo científico e confronta tradições e racionalidades. Na mesma obra, o economista comenta que, ao mesmo tempo em que a epistemologia ambiental transgride o marxismo e o estruturalismo, toma emprestado destes as armaduras contra o projeto positivista.

Na visão de Leff (2010a), o saber ambiental emerge como efeito dos processos de mudança social, que traz consigo novos valores e nova consciência.

A perspectiva do saber ambiental é também suporte para a busca das formações discursivas que são entendidas como heterogêneas¹⁴. As formações discursivas hegemônicas, voltadas mais ao capitalismo que ao ambientalismo, podem conter deslizamentos em relação ao pensamento ecológico, na direção da complexidade e da racionalidade ambiental. Desta forma, entendemos que tanto as teorias da sociologia ambiental construídas nas últimas décadas (modernização ecológica, sociedade de risco), quanto as propostas de uma nova racionalidade são pertinentes para a análise do tema da mudança climática nos discursos das revistas brasileiras, pois há a convivência, nem sempre pacífica, entre formações discursivas diferentes dentro de uma formação discursiva predominante.

Uma linha de interpretação de viés ambiental é trazida por Caporal & Costabeber (2000): trata-se da corrente ecossocial, que, em linhas gerais, contempla o ideário de mudanças estruturais, com apoio do conceito de ecodesenvolvimento surgido nos anos 1970. Esta visão utiliza-se, ainda, dos discursos culturalista (cultura como instância fundamental da relação com a natureza) e ecossocialista (capitalismo verde não é capaz de resolver mazelas sociais).

O discurso ecossocial reúne, desta forma, várias fontes de influência de discursos emergentes, com ênfase na solidariedade entre as gerações futuras e presentes. Outro diferencial, em relação à visão ecotecnocrática à qual se contrapõe

14 Utilizamos o conceito de Formação Discursiva de caráter heterogêneo, entendida também como uma FD aberta. Isso porque entendemos que as contradições são inerentes à ideologia e, neste momento, da contradição, outros sentidos oriundos de outras formações podem ser observados.

radicalmente, é o respeito às tecnologias tradicionais e também à biodiversidade e à cultura. Contrária, portanto ao desenvolvimento de cunho liberal e crítica ao esverdeamento da economia. (CAPORAL & COSTABEBER, 2000).

A Sociologia Ambiental é aceita na Sociologia pela pressão da própria crise ambiental. Desta forma, o ambiente passa a ter um peso maior, é mais que ecologia. No debate da crise climática, há uma disputa de sentidos, incluindo os sentidos emergentes de base ambiental que se colocam como alternativa aos discursos ecotecnocráticos de viés econômico.

Após a apresentação das concepções sobre a relação homem-natureza que circulam socialmente e na Sociologia, e que auxiliam nosso gesto de interpretação dos discursos, podemos afirmar nosso lugar de observação. O paradigma teórico e político adotado na pesquisa está comprometido com a construção da sustentabilidade da vida, isto é, estamos alinhados à corrente ecossocial e ao saber ambiental, perspectivas que impulsionam a construção de um espírito novo para o Jornalismo.

Por conseguinte, as ideias discutidas até aqui se relacionam com o esforço no âmbito da construção de uma epistemologia do Jornalismo Ambiental. Desta forma, apresentamos a seguir alguns elementos na interface Meio Ambiente e Jornalismo, destacando objetos e coberturas específicas de interesse de nosso estudo, visando contemplar o conceito de Jornalismo Ambiental, consoante com a ótica da sustentabilidade e com o saber ambiental.

JORNALISMO E MEIO AMBIENTE

Um dos caminhos para a conscientização sobre os problemas ambientais é a informação de qualidade. Atualmente, podemos dizer que já existe um interesse mais consolidado pelo tema, até mesmo em função do rumo que o próprio “desenvolvimento sustentável” e a economia verde assumem no cenário econômico-político. Este é também o entendimento do *Decálogo sobre la comunicación del cambio climático*, o qual expressa primeiramente que:

Entendida a comunicação como um serviço público, o jornalismo deve assumir o objetivo de comunicar os impactos já inevitáveis e as políticas de respostas precisas para minimizar tais impactos e adaptar-se a eles, através de uma informação de qualidade (DECÁLOGO, 2013, p. 23).

A crise do modelo de desenvolvimento e a crescente industrialização em meados do século XX são citados como elementos que impulsionaram um primeiro “aparecimento” do tema na imprensa (MINC, 1997; BARRY, 1999; LEFF, 2001; HANNIGAN, 2005; CARVALHO, 2011).

Desta forma, indica-se que o interesse da mídia pelo ambiente surgiu nos anos 1960, juntamente e por decorrência da ascensão do movimento ambientalista que se organizou para denunciar os processos econômicos e o modelo predatório de desenvolvimento. Contemporaneamente, a grande crise ambiental chama-se mudança climática causada pelo aquecimento global e, neste sentido, questionamos se haverá algum incremento (e de que tipo) na cobertura ambiental?

Há de fato um crescimento do interesse pela temática nos meios de comunicação, e também uma ampliação dos estudos na área. “Neles é perceptível a importância das agendas midiaticamente ‘partilhadas’ sobre o tema, bem como

as disputas de sentido entre diferentes Campos Sociais para sua conformação” (GIRARDI et al, 2012a, p.134).

Este aumento pode ser entendido pelo que sugere a pesquisa de Barros e Sousa (2010), ao discutir a conformação atual das agendas ambientais nacionais em estreita relação com os reflexos da degradação ambiental sentidas em todos os lugares. A via é de mão dupla e, dizem os autores, a agenda global também determina um novo olhar para as ações locais e as põe no cenário de forma inédita (GIRARDI et al, 2012a, p.144).

Os autores contabilizam 19 trabalhos nos encontros da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor — entre 2005 e 2009 e afirmam que grande parte dos trabalhos busca focalizar o tipo de cobertura, indicando a necessidade de superar a fragmentação e a descontinuidade. Os estudos destacados apontam que há problemas de aprofundamento, reflexão, falta de pluralidade de fontes, motivação pela catástrofe. (GIRARDI et al, 2012a)

Se a questão quantitativa parece em parte resolvida, por outro lado a qualitativa continua sendo questionada. O tratamento da temática ambiental é criticado por estudos que mostram a apresentação isolada do tema, o privilégio às fontes oficiais e às notícias sensacionalistas (MASSIERER & GIRARDI, 2008).

Outros levantamentos apontam o enfoque da simples contemplação da natureza, como no levantamento de Trigueiro (2008, p.76), entre 1998 e 2003, no qual a imagem do meio ambiente no programa Globo Repórter foi baseada em “flagrantes do reino animal [...] de lugares exóticos”. Numa pesquisa sobre a representação do Pantanal Mato-grossense, Teixeira (2014, p.264), encontrou a ênfase à beleza e ao exotismo do bioma, com apresentação do ambiente “[...] de forma fragmentada, ao mostrar diferentes aspectos da realidade sem, contudo, aprofundar a interconexão e interdependência entre os fatores”.

Para Dornelles & Grimberg (2012, p.69), o meio ambiente ocupa em geral os espaços marginalizados, “periféricos”. A abordagem, segundo as autoras, é baseada nos critérios de “raridade, espetáculo, beleza física, o inusitado, o inesperado e ações criminosas, principal tema da editoria de polícia”.

Além dos critérios jornalísticos, há questões estruturais e do funcionamento dos grandes veículos de comunicação que, em grande parte, não estão conectados com a grave crise ambiental que atinge a todos, conforme explicita Motta:

A cobertura ambiental é uma questão política. Os grandes veículos de comunicação têm o poder de colocar — e retirar — assuntos na agenda das discussões públicas. Para termos de fato uma cobertura qualificada das questões ambientais no Brasil, é preciso que os editores entendam que o assunto merece o mesmo status da política e da economia, exigindo também matérias investigativas de fôlego. Não basta mostrar na televisão paraísos perdidos na Amazônia e no Pantanal, é preciso explicar as verdadeiras causas da crise ambiental que ameaça o país com a maior biodiversidade do mundo (MOTTA, 2010, p. 6).

Analisando estudos já realizados sobre o tema ambiental no Jornalismo, visualizamos diversas abordagens. Identificamos, porém, que a maioria dá conta de análises de coberturas sobre o tema em geral ou, em específico, e traz resultados que apontam falhas na qualidade de informação ambiental que chega aos cidadãos via Jornalismo.

Neste ponto, salientamos a escolha metodológica já explicitada anteriormente em relação à análise discursiva sobre o tema da mudança climática. Nesta perspectiva, não importa diretamente o quanto se publicou sobre o tema nas revistas e no período analisado, mas de que forma o enquadramento discursivo organiza o sentido sobre a questão.

Assim, neste capítulo, descrevemos as principais características do suporte midiático escolhido para nossa análise, as revistas, destacando-se inicialmente um breve histórico e contextualização a respeito de sua função e linguagem. Após, apresentamos os estudos específicos que tratam das questões meio ambiente e revistas semanais. Por fim, trazemos aspectos da cobertura do tema que nos interessa diretamente: a mudança climática, com trabalhos nacionais e internacionais para, por fim, trazer à tona a perspectiva e proposta do Jornalismo Ambiental.

2.1 JORNALISMO MODO REVISTA

Apresentamos a seguir as principais características das revistas “de informação geral”, que poderiam ser resumidamente definidas como revistas voltadas às

notícias, ou à informação ampliada sobre as notícias, especialmente aquelas que, na tipologia do Jornalismo, são conhecidas como *hard news*¹⁵.

Além disso, “[...] as revistas de informação geral pretendem fornecer ao leitor uma visão panorâmica de todo tipo de acontecimento” (BENETTI, 2013, p.46). Este modelo de revista é suporte de nosso objeto discursivo. Certamente há diferenças editoriais entre as quatro revistas semanais brasileiras que fazem parte do *corpus* da pesquisa. No entanto, o modelo de partida é o mesmo e, como demonstramos na escolha metodológica, o público a que se destinam é a elite socioeconômica e intelectual no Brasil.

A história das revistas no Brasil começa de forma tímida, conforme Sodré (1999), tendo sua evolução maior apenas no século XX. As primeiras revistas brasileiras foram de configuração institucional e erudita. No início do século XX, começam a ser redimensionadas ganhando um diferencial em relação aos jornais, retirando destes as colaborações literárias. Nesta fase, elas “[...] são principalmente literárias, embora também um pouco mundanas e, algumas, críticas” (SODRÉ, 1999, p. 297).

Com o surgimento das revistas, as oportunidades de negócios publicitários se ampliam e, desta forma, o mercado de atuação do jornalista. Enquanto os jornais nasceram ligados a grupos políticos, as revistas foram voltadas para a complementação da educação, da ciência e da cultura. Quando surgiram os telégrafos e agências de notícias, poucas revistas tinham acesso a estes meios e este foi um dos motivos pelos quais buscaram uma outra forma de encontrar sua função, público e linguagem. Elas nasceram monotemáticas e depois passaram a ser multitemáticas, porém os dois modelos se aperfeiçoaram e convivem até os dias atuais. No século XIX, surgem as revistas femininas (novidades do lar e da moda), bem como as científicas e literárias (SCALZO, 2003).

O marco histórico da revista de informação geral encontra-se no ano de 1928, com a criação de *O Cruzeiro* pelo grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que inaugurou o gênero reportagem e promoveu inúmeras viagens Brasil adentro. Em 1938, Samuel Weiner destaca-se com a revista *Diretrizes*, também

15 Hard news (notícias duras) são consideradas aquela dadas em tempo real, relacionados a fatos que, caso não sejam noticiados, perdem seu valor junto ao público. Soft news (notícias brandas), ao contrário, são informações de contexto, de interesse humano e sem o caráter imediatista em relação à sua publicação. (TUCHMAN, 1993)

investigativa e crítica (que sofre durante o Estado Novo, circulando apenas até 1944). No ano de 1952, surge a *Manchete* de Adolpho Bloch, considerada mais moderna com mais espaço para fotos, alcançando popularidade.

A revista até hoje considerada inspiração de qualidade jornalística surgiu em 1966 pela Abril: a famosa *Realidade*. Dois anos depois, em 1968, a mesma editora lança a revista *Veja*, hoje líder de mercado no segmento. No modelo de revista de informação geral, merece destaque histórico a *Visão*, criada em 1952, que marca o cenário brasileiro por seu espírito crítico e combativo em épocas de chumbo, tendo muito sucesso nos anos 1960 e 1970 na área da reportagem de economia e política. *Visão* circulou até 1993. *Senhor* foi publicada entre 1959 e 1964 com grandes nomes do Jornalismo, da literatura e das artes. Segundo Scalzo (2003), a revista teve uma experiência bem sucedida.

O Jornalismo “modo revista”, como entendemos, é aquele que pretende ir além da informação factual. De fato, esta pode ser considerada a primeira característica deste tipo de Jornalismo. Decorrente disso, a linguagem é apontada como um diferencial, uma vez que pretende não apenas prender o leitor e dar as últimas informações de um fato, mas porque se direciona a trazer mais interpretação, contexto, opinião. E estas características forjam um produto que está definitivamente planejado e pré-orientado por sua condição de produção midiática.

Benetti (2013) evidencia o poder hermenêutico do Jornalismo de revista, apoiada na noção de Jornalismo como conhecimento e como discurso. Assim, o Jornalismo de revista “[...] constrói discursos sobre o mundo de forma lenta, reiterada, fragmentada e emocional”. Estas seriam as características de atuação da revista que, para a autora, estabelece um primeiro saber sobre este dispositivo: a definição do contemporâneo. “No caso do jornalismo de revista, a noção de presente é estendida: atual é sinônimo de contemporâneo, e não de novo” (p.45).

O Jornalismo gera quadros interpretativos, apresentando a experiência que se organiza numa forma de conhecimento do mundo. No caso da revista, sobressaem ainda o envolvimento emocional que é reconhecido entre leitor e sua revista (SCALZO, 2003; BENETTI, 2013). Também, o Jornalismo de revista é considerado “[...] complexo, diversificado e especializado” no que “[...] engendra olhares e percepções sobre o mundo, sobre si e sobre o outro, e é nessa articulação que reside seu amplo e fecundo poder” (BENETTI, 2013, p.55).

Nesta mesma linha, acrescentam Tavares & Schwaab (2013) que “[...] sua identidade detém marcas bem definidas, orientadas tanto por uma periodicidade

diferenciada no cenário da mídia impressa quanto por uma condição material e discursiva específica, que dialoga com o contexto do qual ela é parte constituinte” (p. 27). Assim, dentro de uma cultura do impresso, a revista torna-se mídia necessária, com dimensões culturais ligadas ao hábito da leitura, ao tipo de Jornalismo e à linguagem utilizada.

Seja na força do documento em papel e em seu modo de circulação e acesso, seja pelos efeitos de sentido daquilo que jornalisticamente suas páginas comportam, a experiência do produto revista e sua ambiência é proposta a partir de quadros específicos, enquadramentos jornalísticos que, assim como as molduras históricas e socioculturais, intervêm na interação com a audiência (TAVARES & SCHWAAB, 2013, p.33).

A interação com a audiência faz parte de um contrato de comunicação midiático, que “[...] gera um *espaço público* de informação e é em seu próprio quadro que se constrói a *opinião pública*”, nos termos de Charaudeau (2007, p.115, grifos no original). Ribeiro (2014) associa o contrato de comunicação ao estudo do *ethos* discursivo das revistas brasileiras. Com análise discursiva de capas e editoriais, identificou, nesta cena enunciativa, sete núcleos de sentidos que auxiliam a compreensão sobre os modos de dizer e mostrar das publicações:

1. Sei o que é “bom jornalismo” e o “mau jornalismo”.
2. Sei o que é do seu/nosso interesse;
3. Sei o que é novo e atual;
4. Sei, porque fiz um trabalho rigoroso;
5. Sei, porque estava lá;
6. Sei, porque busquei o melhor especialista;
7. Sei como expressar diversos temas (RIBEIRO, 2014, p.142).

Os valores do Jornalismo, como a busca da verdade, o caráter revelador e de ênfase sobre os acontecimentos, bem como as estratégias de busca de fontes e de produção noticiosa são afirmados neste *ethos* discursivo, que está presente tanto em editoriais quanto nas reportagens.

Outra especificidade das revistas se dá a partir da organização da pauta. Trata-se de uma contribuição dos magazines, pois as revistas “[...] não tem o compromisso de cobrir todos os assuntos de sua área de abrangência: devem selecioná-los, sob pena de ter fantástico excesso de produção — e perda de investimento” (LAGE, [2001] 2008, p.29). Conforme o autor, as revistas produzem matérias a

partir de enfoques bastante específicos, o que demanda a programação com antecedência, além do que elas, “[...] bem mais do que o jornal, obedece(m) a um discurso institucional que lhes é próprio”, relacionado a um padrão ideológico que se identifica com os leitores, a partir de uma visão de mundo compartilhada (LAGE, [2001] 2008, p.29).

Pereira (2011, p.70) acrescenta que “[...] apesar de não ser considerado um manifesto, ele procura defender um ponto de vista de forma mais livre que outros veículos midiáticos, identificando-se com o seu público leitor”. Esta identificação é observada no nível textual e também no discursivo. Assim, algumas revistas utilizam-se de linguagem muito peculiar e chegam a parecer ser escritas por uma mesma pessoa. Analisando a revista *Veja*, Furtado (2000), destaca que o discurso, mesmo que sendo efetivamente feito por vários jornalistas, tem a aparência homogênea:

Como os textos são todos construídos da mesma forma (com editores reunindo vários textos em um só, seguindo um “estilo” do veículo e “tentando” fixar um sentido), esse texto final “esconde” a presença dos outros sujeitos que participam de sua construção e, com ele, a presença de outros sentidos possíveis. Por isso, ele parece ilusoriamente homogêneo (FURTADO, 2000, p.118).

A produção da revista se relaciona com os leitores pela sua aparição e continuidade nas bancas, mas principalmente pela expectativa dos leitores quanto ao posicionamento dos veículos, pela “[...] repetição da forma como esses assuntos são tratados pela revista”, e assim fica estabelecido um espaço discursivo próprio de cada revista (FRANÇA, 2013, p.94).

A partir de uma reflexão sobre a temporalidade, Vogel (2013) aponta que a periodicidade alongada das revistas liga-se à uma temporalidade expandida e com isso “[...] organizam, a cada edição, um tempo mais dilatado que o do jornal e, com isso, desmontam e remontam os noticiários, as atualidades, as vivências” (VOGEL, 2013, p.17). O que é interessante nesta perspectiva, é a ideia de re-montagem de cenários de atualidades. Pois, a partir de um tempo decorrido dos acontecimentos factuais, a revista pode organizá-los de forma mais contextualizada, direcionando, pois, sua argumentação. Nesta parte, convém então pensar que o discurso na revista é a soma de vários tempos.

Salientamos que a tematização, o enquadramento e a linguagem do Jornalismo de revista são os principais elementos destacados sobre suas questões específicas, aquelas que são definidoras de seu potencial como produto comunicativo e também como fonte de informação sobre os fatos considerados importantes na esfera pública. Desta forma, as revistas se voltam a “temas” que possam gerar um material mais interpretativo que informativo; buscam enquadramentos diferenciados para fazer a conexão com seus nichos de leitores e, por fim, adotam linguagem muitas vezes mais dramática e figurativa do que os demais impressos, principalmente se comparadas aos jornais diários.

Entendemos que o “Jornalismo modo revista” é um espaço discursivo privilegiado para a observação de discursos predominantes na sociedade. As revistas são diferentes entre si e demarcam suas características, mas ao mesmo tempo indicam um mesmo tipo de Jornalismo, vocacionado para a interpretação. Neste ponto, tensionamos a interpretação sobre o tema “mudança climática”, buscando compreender os enquadramentos ofertados aos leitores, dentro da lógica também de um produto jornalístico específico.

No próximo item, apresentamos estudos que relacionam o tema ambiental ao Jornalismo de revista, para direcionar ainda mais nossa observação discursiva.

2.2 PAUTAS AMBIENTAIS NAS REVISTAS BRASILEIRAS

Recortamos, como ponto focal na organização do relato sobre as pesquisas realizadas no Brasil, aquelas que têm as revistas de informação geral como objeto e com foco na questão ambiental, pois assim podemos organizar o conhecimento buscando uma contribuição direta ao estudo que ora apresentamos. Fizemos a síntese de artigos, dissertações e teses em ordem cronológica de publicação, o que ao final também pode compor um panorama da evolução destes estudos. Nossa busca deu-se nas bibliotecas de teses e dissertações brasileiras e nos periódicos científicos da área da Comunicação e do Jornalismo.

O primeiro artigo localizado é de Targino (1994), que relata o estudo de três revistas semanais de caráter informativo (*Isto É*, *Manchete* e *Veja*) com o objetivo de avaliar a relevância da informação ambiental; identificar os temas mais explorados; verificar a natureza das matérias publicadas e avaliar a qualidade técnica

jornalística. A análise de conteúdo de 39 edições da revista entre julho a setembro de 1994, apontou 17 matérias sobre o tema. O resultado da análise é que a informação ambiental é tratada de forma “circunstancial, superficial e incipiente. A *Manchete* é a que mais destaca a informação ambiental e os temas mais explorados são ecoturismo, cosmo e Amazônia, com predominância das notícias nacionais” (TARGINO, 1994, p.38). A propósito, a revista *Manchete* deixou de circular no ano 2000.

[...] a informação ambiental veiculada pelas revistas analisadas, em sua quase totalidade, omite o processo de deterioração ecológica e a ineficiência na gestão dos recursos naturais, mesmo com a responsabilidade da mídia, que figura como a primeira instância na produção de discursos e saberes da sociedade hodierna, superando, às vezes, a educação formal. Assim, afirma-se que a informação ambiental não constitui prioridade nacional (TARGINO, 1994, p.57).

Na tese de Moura (2001), a análise teve o objetivo de identificar as três retóricas utilizadas ao longo dos anos a respeito dos valores da floresta amazônica e envolveu vários jornais de forma diacrônica (ao longo de um período histórico) e culminou com a análise do discurso de uma reportagem especial publicada pela revista *Veja*, na qual os elementos previamente selecionados estavam reunidos. A partir da observação sobre os valores atribuídos à floresta e as metáforas utilizadas na narrativa, a autora conclui que:

A metáfora central no texto em análise é a da [mata dos ovos de ouro]. Mantém a defesa do valor de mercadoria da Floresta, mas deixa um espaço aberto para os críticos da valoração econômica do meio ambiente. O espaço aberto fecha em um piscar de olhos e demonstra que os [devidos cuidados] devem ser dados à Floresta para que continue produzindo seus [ovos de ouro] e não por algum motivo estético, filosófico, romântico, religioso ou qualquer outro defendido pelos [xiitas da ecologia] (MOURA, 2001, p.15).

Silva (2005) também estudou a cobertura à floresta amazônica em revistas internacionais e na revista *Veja* a partir da Análise do Discurso e da teoria do enquadramento. A conclusão da tese de doutoramento, *Estudo comparado do*

enquadramento e do discurso jornalístico sobre a Amazônia nas revistas, Time e The Economist foi de que o tratamento tanto nacional quanto internacional indica a proteção da floresta. Considerou que os enquadramentos enaltecem a importância ambiental e econômica da região, porém, desqualificam o Brasil para a tarefa necessária de conservação, indicando a corrupção ambiental como entrave (SILVA, 2005).

Na dissertação de Angelo (2008), *O Jornalismo Ambiental como ferramenta para a sustentabilidade*, o foco são as revistas *Veja*, *Isto É* e *Época*, analisadas no período de outubro de 2006 a outubro de 2007. As matérias foram agrupadas a partir de uma análise de conteúdo temático: Biodiversidade, Mudanças globais e Relações Socioambientais. As reportagens foram avaliadas em relação à qualidade do texto, da ilustração, fontes e tratamento geral. O autor aponta como principais conclusões o número de publicações dos temas, sendo que a revista *Época* superou as demais, seguida por *Isto É* e *Veja*. A apreciação apontou o crescimento do interesse pelo tema após o 4º Relatório do IPCC e que, em sua maioria atingiu o objetivo de informar sobre o tema.

Num artigo sobre o tratamento de pautas ambientais da revista *Veja* entre 1985 e 2005, Campos (2006) indicou mudança da revista na abordagem do tema. Uma delas é que houve aumento no uso de expressões como “proteção ao meio ambiente”, “impacto ambiental” e “ecologia” no decorrer dos anos. O tema ambiental em meados dos anos 1980 é apontado pela autora como secundário, enquanto que o ângulo se modificou especialmente por influência da Rio92, pois as ângulações de reportagens de temas recorrentes foram alteradas, como exemplo as que tratavam da Floresta Amazônica: “a primeira reportagem analisada, de 1985, a respeito da venda de peixes ornamentais, e a matéria sobre o fogo que destrói a floresta e a saúde, em 2005” (CAMPOS, 2006, p.13).

Tonini e Seligman (2011) apresentaram levantamento de análise de conteúdo sobre a frequência do tema ambiental nas capas da revista *Veja* desde seu lançamento em setembro de 1968 até março de 2011, quando a pesquisa encerrou a coleta. Além da presença realizaram a ligação com os critérios de noticiabilidade. A pesquisa concluiu que o tema ambiental é pautado na maioria das vezes pela negatividade e pelo desvio, especialmente presentes nos desastres ambientais. Os critérios seguintes se referem a “paraísos exóticos” e por último aparecem as questões sociais, demonstrando que há “[...] mais espaço para se apreciar a biodiversidade

brasileira do que para travar discussões educativas sobre a ação inconsciente do homem na natureza” (TONINI e SELIGMAN, 2011, p.16).

As semanais *Veja* e *Carta Capital* foram analisadas durante a cobertura da Conferência do Clima de 2009, a COP 15, por Costa et al (2011) que apontaram enfoques diferenciados em relação às principais fontes de informação e também do ponto de vista econômico e político. Concluem que ambas usaram fontes estrangeiras de forma prioritária quando trataram do aquecimento global, sendo a “ONU e os órgãos ligados a ela, especialmente o IPCC, entre as instituições internacionais mais citadas” (COSTA et al., 2011, p.11). Porém, salientam que enquanto *Veja* coloca em cheque a credibilidade do IPCC, destacando o vazamento de mensagens eletrônicas de alguns cientistas em 2009 (*Climagate*), *Carta Capital* trouxe o órgão como fonte inquestionável.

A prática discursiva de um conjunto de revistas brasileiras, de circulação nacional, foi objeto da tese de doutorado *Uma ecologia do Jornalismo: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril*, de Schwaab (2011). A análise foi realizada a partir de textos editoriais e reportagens de capa para buscar como as revistas se posicionam em relação ao discurso sobre o meio ambiente. Entre as revistas estudadas, que fazem parte do projeto Planeta Sustentável, encontra-se a semanal *Veja*. Para o autor, “[...] a credibilidade em poder dizer, inerente ao Jornalismo, é elemento reiterado na inscrição discursiva das revistas no valor do verde para a constituição de um lugar de saber dizer o tema”. (SCHWAAB, 2012, online)

A natureza do “discurso sobre”, que caracteriza o Jornalismo, impulsionado por uma vontade de “desambigüização” (Mariani, 1998), faz com que as publicações utilizem os valores que compõem a memória do dizer sobre meio ambiente para passar em revista a questão ecológica e inseri-la naquilo que cabe na sua ordem (institucional, editorial, mercadológica), propondo uma gramática verde adequada ao tempo presente, ou seja, uma ecologia das revistas (SCHWAAB, 2012, online)

Sobre a revista *Veja*, o autor aponta que esta constrói um lugar demarcado em que há um esforço em mostrar o valor de sua identidade pela qual se apresenta ao seu leitor. O processo discursivo aciona a memória do fazer jornalístico, “[...] isento e baseado na verdade dos fatos”. No entanto, este fazer encobre a subjetividade, afirmando-se desta forma como fiel ao leitor e defensora do Brasil.

Desta forma, *Veja* apresenta o tema ambiental dentro de um projeto maior de seu discurso. Além disso, conforme o autor, “[...] aciona o lugar social do Jornalismo em geral, o lugar do seu Jornalismo, a instituição (Abril) que a sustenta e, por fim, que lugar tem o seu discurso acerca das problemáticas trabalhadas” (SCHWAAB, 2012, online).

Já na dissertação *Fontes jornalísticas em Veja: enquadramento como estratégia de noticiabilidade em pautas de clima e meio ambiente*, Miranda (2012) investiga a relação dos enquadramentos realizados pela revista com a escolha das fontes que figuram nas reportagens do periódico durante o primeiro semestre de 2011. Entre as observações, chama a atenção de que os assuntos mais abordados são relacionados às catástrofes e a preservação ambiental. Em relação ao Brasil, segundo a autora da pesquisa, *Veja* aponta um país de “problemas ambientais”, já que as “soluções sustentáveis que o país já pratica” não merecem atenção (MIRANDA, 2012, p.87). A conclusão é de que as escolhas das fontes são determinantes para o enquadramento escolhido pela publicação.

A leitura das falas das fontes nos levou a compreender que suas visões de mundo e pontos de vista são, de certa forma, um recorte que o próprio jornalista faz sobre a realidade, de modo a poder construir o quebra-cabeças de informações e referências com o qual compõe a reportagem (MIRANDA, 2012, p.88).

Neste item, apresentamos as consultas a três teses de doutorado (MOURA, 2001; SILVA, 2005; SCHWAAB, 2011) enquanto que localizamos apenas duas dissertações (ANGELO, 2008; MIRANDA, 2012). Os outros textos citados são decorrentes de estudos, levantamentos e pesquisas não associados a teses ou dissertações, mas com o foco em revistas de informação geral e a questão ambiental, publicados em anais de eventos ou revistas. O levantamento indica que há espaço para nossa pesquisa, abordando as questões discursivas e do enquadramento da mudança climática pelo Jornalismo, tópico que será melhor detalhado no item seguinte.

2.3 MUDANÇA CLIMÁTICA NO JORNALISMO

Os dados — como no estudo sobre a mudança climática na imprensa brasileira, promovido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) que monitorou 50 jornais diários entre 2005 e 2008 e apontou maior espaço ao efeito estufa, fontes energéticas e outras alterações climáticas (VIVARTA, 2010) — comprovam que a ecologia é hoje mais frequentemente abordada que há 30 anos. O fato real do aquecimento global, no sentido da construção de uma agenda global, é uma explicação para os temas relacionados à agenda da mudança climática na imprensa brasileira.

Em relação aos estudos sobre a mudança climática na imprensa podemos afirmar que os mesmos ainda são poucos no Brasil.

Carneiro (2008), na dissertação de mestrado *Caos no clima? sensacionalismo, comunicação da ciência e a narrativa de O Globo sobre o aquecimento global*, observou o discurso da imprensa sobre o aquecimento global, a partir do lançamento do 4º Relatório de Avaliação do IPCC. Analisou o jornal *O Globo* e identificou abordagem sensacionalista, concluindo que esta contribuiu para multiplicar a atenção pública dispensada à mudança climática e às informações providas pela comunidade científica.

A tese de doutorado *Jornalismo e Meio Ambiente na Amazônia: a cobertura de eventos ambientais extremos pela imprensa escrita de Manaus* analisou a cobertura das secas na Amazônia entre 2005 e 2010. Para Rodrigues (2013), a imprensa local pouco auxiliou os moradores da capital amazonense nas decisões sobre a mudança climática. O autor aponta que há falta de qualidade de informação nos dois principais jornais impressos de Manaus, a partir da ótica e dos princípios do Jornalismo científico e ambiental.

Artaxo Netto (2013), em sua tese *O futuro da terra: discursos inconvenientes*, analisou o discurso sobre meio ambiente na imprensa brasileira, dando ênfase ao aquecimento global por ocasião da divulgação do 4º Relatório do IPCC. Identificou o viés sensacionalista em relação às conclusões do IPCC, com formulações como “apocalipse”, “caos”, “catástrofe” e outras expressões relacionadas. Além disso o IPCC foi alvo de descrédito em função do *Climagate*. A tese discute ainda o lugar da ciência nos enunciados e sua legitimação pelo discurso. A análise concluiu que a discussão sobre o aquecimento é econômica, baseada no confronto entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Nesta pesquisa, foram

analisados textos de mídia impressa, publicados em jornais de referência (*Folha de S. Paulo* e *O Globo*, e *O Estado de S. Paulo*), além da revista *Veja*.

O discurso jornalístico se coloca como mediador desse embate entre cientistas do IPCC e “céticos”. Mediador num duplo sentido: no sentido de promover a interlocução com a sociedade mediante a publicação da ciência e no sentido de situar-se entre ambos os discursos, adquirindo um certo status de “isenção”, mas que não pode prescindir da legitimidade do científico para a sua própria legitimidade (ARTAXO NETTO, 2013, p.221).

Na observação da cobertura das COP15 e COP16, o discurso analisado indicou que as revistas dão preferência aos campos econômico e político. As conferências do clima são tomadas como espaço de disputa de poder e de reconhecimento. Nesta perspectiva, as ações práticas de combate à mudança do clima não aparecem e o discurso dominante é econômico, voltado às inovações da tecnologia para suprir as demandas da crise climática (MORAES & GIRARDI, 2012; GIRARDI et al, 2011).

Na Europa, podemos dar destaque ao principal trabalho de investigação em Portugal que observa peculiaridades do discurso sobre a mudança climática (Carvalho, 2011). A partir da análise realizada nos jornais e revistas portuguesas,

[...] foi identificada a prevalência do campo político e do Estado no discurso sobre alterações climáticas através de diferentes indicadores: o volume de cobertura mediática em diferentes períodos históricos; o peso de diferentes temas nos artigos jornalísticos; a proporção de referências a diferentes actores sociais; e o tipo de factores que estiveram na origem dos artigos (CARVALHO, 2011, p.227).

Num estudo sobre a irrupção do tema na agenda midiática espanhola, Fernández (2010b) assinala que a representação ideológica está “[...] bastante definida: o liberalismo se coloca no extremo de não reconhecer ou minimizar a mudança climática; a social-democracia e o conservadorismo reconhecem a mudança climática e propõem uma postura reformista no momento de abordá-lo; e o ecologismo, com um discurso com voz de alarme, propõe uma mudança de sistema (FERNANDEZ, 2010b).

Assim, podemos verificar que existe uma demanda social pelas informações a respeito do tema, o que impõe maior compromisso da área jornalística no seu papel de reverberar e questionar os discursos colocados em torno da questão. Assim, Sorhuet (2013) indica que é um momento especial para que o Jornalismo Ambiental ganhe terreno:

Para o jornalismo ambiental a instalação das mudanças climáticas como um tema de primeiro nível na agenda mundial, é o melhor exemplo de como a realidade se encarrega de confirmar esta nova percepção. Ao mesmo tempo seu elevado status atual, ganhando o terreno político, econômico e científico, demonstrou (como nenhum tema conseguiu antes) o acerto do jornalismo ambiental conquistado há várias décadas, ao incluí-lo entre os assuntos de abordagem habitual, pela urgência e preocupação que gera pensando no futuro dos povos. Hoje quase nada questiona ou ignora as mudanças climáticas. É um tema incorporado à agenda dos governos, das agências das Nações Unidas, dos organismos internacionais, do setor empresarial, do acadêmico e de amplos estratos da sociedade civil (SORHUET, 2013, p.136).

A partir deste levantamento, compreendemos que o Jornalismo praticado pelos veículos tradicionais simplesmente incorpora a temática ambiental na lógica midiática e a questão ambiental é um tema como outro qualquer (MORAES & CORREA, 2008; GAVIRATI, 2013).

As notícias sobre meio ambiente normalmente se encontram no limite do Jornalismo enquanto um processo midiático, influenciado pela própria institucionalização do Jornalismo, entendida aqui como a legitimação das rotinas produtivas e dos valores a estas associados, em interação com outros atores sociais. Há, portanto, uma mobilização de diferentes esferas, de saber e de poder, aumentando a complexidade e disputas que são travadas e dirigidas ao Jornalismo.

Dentro desta perspectiva, reafirmamos que o Jornalismo tradicional, quando trata da temática ambiental sem compromisso com a defesa do meio ambiente e/ou da vida em todas as suas dimensões, é simplesmente “Jornalismo de meio ambiente”. Sua prática se dá dentro dos limites da institucionalização do campo, legitimado e reconhecido por sua intervenção social através do produto notícia. Por entendermos a essencial contribuição do Jornalismo na constituição de crenças e

visões de mundo e vislumbrando o campo discursivo implicado neste processo, pensamos que o Jornalismo Ambiental ainda está em construção, assim como uma sociedade sustentável. Esta, mesmo com iniciativas nos mais diversos recantos do planeta, ainda é um projeto para o futuro.

2.4 A PROPOSTA DO JORNALISMO AMBIENTAL

Os meios de comunicação são um instrumento de difusão das visões de mundo, normalmente as já institucionalizadas e ligadas aos grupos hegemônicos. Há pouca - e por vezes nenhuma, pluralidade; as diversidades aparecem raramente, o que compromete a visão liberal de igualdade no acesso à comunicação e à informação. Isso se deve à conformação do Jornalismo no século XXI, com a formação de corporações que combinam as estruturas de rádio, TV, revistas, jornais, telefonia celular, mídias digitais e outros, e ainda são aliadas de outros setores produtivos, o que “compromete ainda mais o ideal sempre perseguido de um jornalismo como forma de conhecimento ou como grande mediador imediato das discussões no espaço público (KARAM, 2004, p. 236).

A criação do público e da opinião pública é considerada fundamental para a democracia moderna. No entanto, o mesmo espaço midiático pode deteriorar a esfera do debate, na medida em que não dá conta das necessidades de informação dos cidadãos. Neste ponto, a sociedade da comunicação de massa, do espetáculo, pode atuar de maneira anestésica, dificultando a ação política de determinados grupos, enquanto protege aqueles que dominam a cena política.

Existe uma disputa política e simbólica baseada nas estruturas do capitalismo que atinge a veiculação de informações a partir das mídias hegemônicas. Segundo Miguel (2002), a mídia é considerada o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos. Concordamos com o autor, quando dá destaque ao problema de que nem sempre a pluralidade e interesses presentes na sociedade são contemplados: [...] As vozes que se fazem ouvir na mídia são representantes das vozes da sociedade, mas esta representação possuiu um viés (MIGUEL, 2002, p.163).

A vantagem da democracia é que, neste sistema, é possível a criação de novos direitos. A Comunicação pode ser entendida como um destes novos direitos.

Assim como Karam (2004, p.260), afirmamos as potencialidades emancipadoras do Jornalismo, em especial a possibilidade de “[...] qualificar o sentido comum de entendimento social sobre o entorno imediato, sobre o passado que se acumula no presente”.

Há, no direito à comunicação, uma face normativa, em que podemos recorrer e citar a própria Constituição de 1988, na qual os elementos da livre expressão de opinião e do acesso à informação estão presentes. A ideia do Estado democrático é legitimar o conflito e, desta maneira, as organizações podem exercer o contrapoder. Neste ponto, há movimentos preocupados com a democratização dos meios de comunicação no Brasil que apontam diversas ações, tanto normativas quando de conscientização, para que a cidadania esteja alerta quanto a este novo direito.

É neste contexto, de fornecer as condições para um juízo do cidadão, que se deve pensar o conceito de “direito à informação. A questão pode ser vista a partir de duas vertentes: (1) O direito à informação deve ser pensado na perspectiva de um direito *para todos*. (2) O direito à informação deve ser pensado na perspectiva de fornecer informações em quantidade e qualidade para *o melhor julgamento possível de cada um* (GENTILLI, 2005, p.129-30).

Para Gentilli (2005), o direito civil à informação é um pressuposto necessário à realização dos direitos políticos, constituindo um dos direitos relativos à esfera pública, como a liberdade de opinião e de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de reunião e de associação. Levando-se em conta a degradação e os problemas ambientais, propomos o exercício do Jornalismo Ambiental como essencial para o exercício da cidadania e da democracia.

Além da cidadania como um todo, verificamos que o Jornalismo tem potencialidades para a realização da intermediação social, de temas amplos e complexos, porém em alguns momentos isso não ocorre. Por isso, a palavra potencialidade é frisada, na medida em que percebemos que o Jornalismo Ambiental, por carregar um compromisso e uma responsabilidade para uma mudança de pensamento, pode ser um espaço de modificação das práticas e de ampliação da cidadania ambiental.

A prática do jornalismo ambiental precisa incorporar a participação, elemento central do nosso tempo, em que os cidadãos têm a possibilidade de serem incluídos mais fortemente na discussão da vida social, trazendo luzes para as preocupações ambientais (GIRARDI et al, 2012a, p.149).

A centralidade do Jornalismo não é considerada total, visto que há várias maneiras de intervenção comunicativa na contemporaneidade. Porém, entendemos que o Jornalismo pode se valer de suas condições técnicas e éticas para a validação da pluralidade, da igualdade e da liberdade, genuínas, visando à melhoria das condições da cidadania como um todo.

Lembramos, com Vieira (1998), que a cidadania tem o papel de contribuir para a emancipação humana, abrindo espaços para todos terem liberdade. Esse pensamento nos move para desenvolver um conceito de Jornalismo Ambiental, observando-se para isso os fenômenos sociais do crescimento da demanda pela sustentabilidade (até mesmo pelo consumo sustentável), e a importância da informação ambiental para a educação cidadã. São aspectos que nos levam a concluir que o Jornalismo Ambiental é mais que uma especialidade, mas é espaço em construção de um espírito novo, sob nova racionalidade, que leva em consideração aspectos éticos nem sempre valorizados pelas antigas demandas da produção capitalista.

É necessária uma mudança no Jornalismo, conforme indicamos, que pode “[...] ser inspirada na ética do cuidado que ajuda a alcançarmos a compreensão que uma vida sustentável é um direito de todos os seres” (GIRARDI; MORAES, 2013, p.56). O Jornalismo é considerado com amplo potencial para apontar novos caminhos, porém é necessário incorporar o saber ambiental.

Gavirati faz uma diferenciação entre Jornalismo Empírico (este que é tradicional) e Jornalismo Ambiental (conceitual). A “ambientalização dos meios” proposta por Gavirati (2013) indica que o processo pode começar numa seção e se completar quando se tornar a linha editorial de um meio de comunicação.

Fernández (2010a) propõe a divisão de Jornalismo Ambiental Geral (a especialidade que trata do meio ambiente) e Jornalismo Ambiental “Verde” (que parte de uma visão ambiental).

Conforme Capra ([1982] 2006), para dar conta da complexidade do tema ambiental, uma mudança na área da informação e do conhecimento será necessária e isso inclui os meios de comunicação de massa. Ele direciona esta mudança ao

exercício de um “tipo maduro de jornalismo” que seria benéfico à sociedade e também um bom negócio, tanto que as publicações voltadas aos novos valores e qualidade de vida são crescentes. Para o autor, o jornalista, nesta mudança, terá de buscar se associar a padrões culturais e sociais complexos, bem como noticiar atividades construtivas (Capra ([1982] 2006).

Entendemos o Jornalismo Ambiental como aquele que é praticado a partir da ideia da sustentabilidade e, assim, valoriza tanto a cultura e o meio ambiente, quanto a economia e a política. Esta ideia deve permear as reportagens que buscam maior aprofundamento contextual e a oferta de diferentes visões de mundo, sendo, portanto essencial à pluralidade de fontes.

Para tentar pontuar ainda mais os diferenciais do Jornalismo Ambiental, destacamos as principais características encontradas na revisão da literatura:

a) Tem ênfase na apuração jornalística:

As definições do Jornalismo Ambiental começam pelo princípio elementar do Jornalismo que é (ou deveria ser) a informação de qualidade, bem apurada. Como afirmam Girardi & Schwaab, o JA¹⁶

[...] segue os preceitos do Jornalismo, mas reforça a exploração de dados, a apuração, as ligações que envolvem o fato noticiado, suas consequências e origens, [...] fornece evidências, diagnósticos que ajudam na construção de um saber ambiental necessários à vida cotidiana (GIRARDI & SCHWAAB, 2008, 17-18).

A pauta ambiental pode render mais: em várias editoriais, pois é abrangente em relação às áreas da sociedade; pode trazer ângulos inusitados, ver consequências e históricos; procurar conexões e ampliar o conhecimento sobre meio ambiente, esse é o pensamento ecológico. Além disso, pode render novas pautas, pois a criatividade do repórter pode ajudar a definir a pauta para questões não óbvias, mas relevantes e importantes para o cenário social (NELSON, 1994).

16 JA: Jornalismo Ambiental.

b) É uma especialização jornalística:

Por outro lado, o JA é considerado uma especialização, por isso a necessidade de que o jornalista interessado procure sempre aprender mais sobre as relações entre homem e natureza, os impactos ambientais das ações humanas, a sustentabilidade, a biodiversidade, a ecologia e suas infinitas possibilidades.

As reportagens sobre meio ambiente são muito abrangentes e complexas, o que gera um grau de especialização razoável, recursos humanos e financeiros dos veículos, enfim, precisam de uma combinação de fatores para serem bem executadas. Neste sentido, Nelson apontou resumidamente os principais aspectos das reportagens ambientais:

São abrangentes, pois discorrem sobre a própria vida. São interdependentes, pois estão relacionadas com outros campos, como a política, a cultura e a economia. São complexas e, portanto, incompatíveis com explicações e fórmulas simplistas. São técnicas, o que significa que exigem uma certa especialização. As reportagens sobre o meio ambiente são imprecisas, porque a ciência do meio ambiente é imprecisa — nas suas fontes, nos seus dados, na metodologia científica e nas soluções. E são carregadas de emoção, por causa do efeito que exercem sobre as pessoas (NELSON, 1994, p.10)

Entendemos, como Nelson (1994), que o tema é complexo e traz dificuldades para sua abordagem, pois são notícias abrangentes, interdependentes a outros campos do conhecimento, complexas e não admitem explicações simplistas, são técnicas e por isso exigem certa especialização. Além disso, a ciência ambiental, em que são baseadas, ainda está sendo construída, é imprecisa, assim como as fontes e soluções, sendo o grau de incerteza um componente a ser trabalhado de forma honesta junto aos leitores.

c) Porém não é apenas uma especialização:

“O jornalismo ambiental é um jornalismo especializado que está entre os atores mais visíveis para a construção da representação social da mudança climática e da mudança global em geral” (FERNANDEZ, 2010a, p.5). O autor acredita que a

informação e a sensibilização ambiental avançam significativamente a partir dos meios de comunicação, em especial pela atuação do Jornalismo Ambiental.

Diante das questões ambientais, é preciso que o jornalista seja defensor do meio ambiente, pois, como se pode imaginar, não é possível que exista igualdade em relação “aos lados” de alguns problemas ambientais (NELSON, 1994). O jornalista deve se posicionar ativamente, porém sem ferir o serviço de informação de qualidade. Ainda para este autor, a notícia ambiental não pode ser apenas episódica (com início, meio e fim).

Bueno (2007) afirma a necessidade de construção de um ethos próprio para o Jornalismo Ambiental que deve ser comprometido com:

[...] a qualidade de vida e com o efetivo exercício da cidadania, ele não pode reduzir-se à sedução do progresso tecnológico, do esforço quase sempre socialmente injusto pelo aumento do PIB¹⁷ e da produção de grãos, ou espelhar-se no egoísmo desmobilizado da intelectualidade brasileira (2007, p.29).

O autor complementa que o engajamento deve ser político, social e cultural para poder resistir às pressões de governos, empresas, institutos de pesquisa que muitas vezes são patrocinados por grandes interesses. Esta proposta é, portanto, deflagrada associada a uma nova proposta de Jornalismo, em que os termos objetividade, imparcialidade e neutralidade não servem mais, conforme Dornelles (2008, p.44): “A questão não se encerra numa vertente meramente técnica, não se trata simplesmente de seguir (e reproduzir) os princípios estabelecidos pelos manuais de jornalismo [...]”. A autora baseia-se nas ideias do jornalismo cívico ou participativo, para o qual é preciso o engajamento comunitário para a resolução dos problemas apontando que para as questões ambientais este modelo serve mais à cidadania do que o Jornalismo tradicional.

Desta forma, entendemos que a conceituação sobre Jornalismo Ambiental tem avançado com o acréscimo de um papel mais mobilizador, complexo e diferenciado, pois “[...] pressupõe uma prática que, partindo do tema ecológico, englobe na sua ação os vários matizes nos quais este tema se desdobra, suas diversas tematizações possíveis, nas quais o jornalismo fala das e deixa falar as diferentes

17 Produto Interno Bruto.

vozes (GIRARDI et al, 2010, p.12)”. Porém, com singularidades, negando a ideia da neutralidade, pois se entende que “[...] toda reportagem, todo discurso implica uma trajetória, uma leitura e um compromisso” (BUENO, 2007, p.35). Neste mesmo sentido, Sorhuet afirma:

Em nosso entendimento, existe um nexó estreito entre o jornalismo de qualidade que se necessita para impulsionar o desenvolvimento sustentável da sociedade — com equidade e espírito democrático — e o que de maneira genérica se conhece como jornalismo ambiental. Porque esta aparente especialização jornalística trata de compreender e divulgar a realidade cotidiana com uma visão muito ampla, sem deixar variáveis importantes a considerar. Implica respeitar a maior objetividade possível, mas ao mesmo tempo assumir compromissos com a equidade, a justiça e o bem comum. Por esta razão, exercer o jornalismo ambiental leva implícita a dificuldade em modificar alguns dos padrões clássicos — e muito arraigados — do exercício do jornalismo (SORHUET, 2013, p.135).

O Jornalismo Ambiental Geral e o Jornalismo Ambiental Verde propostos por Fernandez (2010a) são especializações, mas diferenciam-se, pois o primeiro contém tanto a objetividade quanto o ativismo pela sustentabilidade, porém trata-se de um ativismo corporativo. O Jornalismo Ambiental Verde por sua vez é abertamente compromissado com a sustentabilidade. “O primeiro é mais amplo e abrangente; o segundo é típico de meios ambientais” (FERNANDEZ, 2010a, p.8).

Propomos que o Jornalismo Ambiental seja entendido como uma especialidade ativa, pois deve valorizar o saber ambiental, compreendendo a diversidade da teia da vida. Desta forma, tanto nas editorias de economia, quanto de ciência e tecnologia, pode-se praticar o Jornalismo Ambiental (MORAES, 2008).

d) Necessita visão sistêmica e saber ambiental

O conceito de Jornalismo Ambiental deve inserir a visão ambiental do pensamento sistêmico, abordando os assuntos tendo como pano de fundo a “possibilidade da sustentabilidade” (GIRARDI et. al., 2006). Para os autores, o Jornalismo “[...] pode ter seu viés ambiental, sendo agregador de conhecimentos, complexo na essência, responsável na elaboração e didático para a recepção” (p. 9-10).

Baccheta (2008) acrescenta que o jornalista ambiental cumpre seu objetivo principal de buscar a transformação social em busca da sustentabilidade quanto estabelece a interrelação de todos os fatores envolvidos numa notícia, consegue mostrar a história e o histórico, para que os atores apareçam, enfim, com análise profunda da questão.

O jornalismo ambiental, partindo de um tema específico (mas transversal), visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena. Para sua concretização é necessário buscar respaldo em olhares mais abrangentes, que possibilitem ver as conexões, superar a fragmentação reiterada. Fundem-se, desta forma, a natureza do jornalismo especializado com as demandas sócio-ambientais que acabam por compor o horizonte de reflexão dos paradigmas emergentes (GIRARDI et al, 2012, p.148).

O saber ambiental complementa a definição do Jornalismo Ambiental, pois em nosso entendimento é a partir de uma visão diferenciada do mundo e dos acontecimentos, que o jornalismo poderá contribuir para a cidadania efetiva no contexto das mudanças globais e da crise ambiental. O saber ambiental traz novos valores e nova consciência para o jornalismo, que deve cumprir com suas funções sociais históricas de valorização da democracia e prestar um serviço público de qualidade. Em relação aos problemas ambientais, significa apuração jornalística exemplar, contextualização de fatos, pluralidade de vozes, mas, acima de tudo, se posicionar a favor das mudanças necessárias para o enfrentamento do impasse civilizatório em que nos encontramos.

Salientamos que a qualificação da informação ambiental se dá em dois eixos:

[...] por um lado, fazer um jornalismo coerente com os ideais ambientais – como o de respeitar as diferenças e o de perceber que o planeta é repleto de frágeis ligações que nos incluem e afetam; por outro, respeitar os critérios de apuração e redação (GIRARDI et. al, 2012c, online).

Em diálogo com estas leituras, organizamos nossa percepção sobre o conceito de Jornalismo Ambiental: Trata-se de um Jornalismo que busca o aprofundamento e por isso tem ênfase no processo de apuração da informação jornalística. Ao

mesmo tempo em que é uma especialização e se organiza a partir do conhecimento sobre meio ambiente e suas interações, não é simplesmente uma especialidade, pois prioriza no seu exercício um comprometimento com uma visão cidadã. Por fim, o Jornalismo Ambiental olha para a sociedade a partir do saber ambiental e com as lentes da visão sistêmica, beneficiando sobretudo a informação e a cidadania.

A partir disso passamos a considerar a análise das revistas selecionadas como um Jornalismo sobre meio ambiente (ou de meio ambiente), prioritariamente. No entanto, isso não significa que não possamos identificar, ao longo da pesquisa, brechas e espaços onde o Jornalismo Ambiental e o saber ambiental estejam subsidiando formações discursivas emergentes. É por isso que, no próximo capítulo passamos à discussão das Teorias do jornalismo e da Análise do Discurso, com o objetivo de discutir as bases teóricas e metodológicas que dão subsídios às análises das revistas.

TEORIAS DO JORNALISMO E DO DISCURSO

Em relação aos modelos teóricos que influenciam nosso trabalho, estão as teorias construcionistas do Jornalismo, que tem como funcionamento geral a desconfiança em relação à linguagem neutra, e a Análise do Discurso, para a qual a linguagem não é transparente e, por conta disso, não há um sentido “do outro lado”, mas a questão que se coloca é “como este texto significa” (ORLANDI, 2010, p.17).

O paradigma construtivista aponta que “[...] toda a representação é uma construção subjetiva da realidade” (BENETTI, 2007, p.110). Também é pressuposto dessas teorias que os meios estruturam a representação dos acontecimentos, devido a, entre outros fatores, a organização do trabalho jornalístico e suas rotinas, estabelecendo tipos e formatos para dar conta de fatos inesperados.

Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo da realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas. Isto quer dizer que há certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada objetivamente (GENRO FILHO, 1987, p.187).

Assim, entendemos que jornalistas são participantes da construção da realidade e que as notícias são narrativas marcadas culturalmente, desta forma, realizadas a partir de processos discursivos do campo. A escolha do jornalista não é totalmente livre, pois a partir dos repertórios culturais e institucionais existe uma orientação geral.

Kunczik (2002) salienta a importância de inversão da pergunta nas pesquisas, que por um tempo estava focada em relação ao efeito dos conteúdos existentes sobre

a audiência, para quais as imagens da realidade são construídas pelos jornalistas e por quais razões. Esta mudança de foco está baseada nas ideias construcionistas.

Apresentamos a seguir as principais referências históricas nos estudos do Jornalismo que foram delineando a percepção do Jornalismo como um espaço de mediação, bem como de construção social. Depois, passamos a discutir o acontecimento ambiental e suas relações com o a Análise do Discurso, pontuando em que medida podemos avançar nos estudos sobre o enquadramento discursivo.

3.1 REFERÊNCIAS HISTÓRICAS NAS TEORIAS DO JORNALISMO

As referências históricas apontam a tese de doutoramento de Tobias Peucer, de 1690, como a primeira a tratar de Jornalismo. Intitulada *De relationibus novellis* (Os relatos jornalísticos), foi defendida na Universidade de Leipzig, na Alemanha. Interessante perceber que há, já naquela época, a preocupação teórica para uma descrição do tipo de notícia ou de relato que era trazido pelo nascente Jornalismo. Assim, salientamos que Peucer indica a informação sobre acontecimentos importantes e relevantes como o valor essencial da notícia, além de trazer uma gama de aspectos noticiados que ainda hoje são pauta dos relatos midiáticos, envolvendo poderosos, elites e celebridades, por exemplo.

A contribuição de Peucer em inaugurar uma forma de análise orientada ao relato jornalístico constitui-se fator crucial para a compreensão do fazer jornalístico. Também a sua tese “[...] coloca a Alemanha no ponto inicial de uma rica tradição de pesquisa em jornalismo, continuada no presente século por pesquisadores insignes como Otto Groth e Max Weber” (DIAS, 2004, p.14).

Parte da bibliografia sobre as Teorias do Jornalismo surge ainda a partir do século XIX, iniciando-se na França e Inglaterra, com a construção das universidades. A Universidade de Chicago, em 1910, deu lugar à tese sobre o papel social do jornal. Max Weber, Robert Park e Walter Lippmann já obtinham resultados de pesquisa nos anos de 1920 (TRAQUINA, 2001, p.52).

Weber, em 1910, reivindica uma “sociologia do setor dos jornais”, propondo uma metodologia específica para sua proposição, a análise de conteúdo. Suas questões estavam direcionadas à forma de captação das informações, às fontes e suas origens sociais, bem como aos aspectos da nascente profissionalização do

jornalista, como habilidades pessoais necessárias para tal. Weber reconheceu o caráter da imprensa como um comércio capitalista de propriedade privada, bem como enfatizou o problema da concentração da imprensa (KUNCZIK, 2002, p.20-21). Estes temas ainda estão presentes e relevantes, com apontam as linhas de pesquisa na área da Economia Política da Comunicação, por exemplo.

Pioneiro de máxima relevância, Otto Groth publicou, entre os anos de 1928 e 1930, a enciclopédia “O Jornalismo” e, depois, o seu trabalho considerado mais importante: “O Poder Cultural Desconhecido - Fundamentos da Ciência dos Jornais” (entre 1960 e 1965), apenas recentemente lançado no Brasil (Editora Vozes, 2011). O seu mérito é destacado por “[...] ter estudado o jornalismo como um objeto autônomo em relação aos demais processos de comunicação de massa” (AGUIAR, 2006, p.1). Ou seja, para ele “[...] o jornalismo não deveria se converter em uma área importante da ‘sociografia’, mas se constituir em um ciência complexa, para a qual concorrem várias ciências auxiliares (MAROCCO & BERGER, 2006, p.12).

Mesmo em estudos inaugurais de Comunicação, em grande parte o foco era mesmo o Jornalismo. Por exemplo, nos anos 1940, Lazarsfeld trabalhou a comunicação no modelo em dois níveis (*two-step flow*) e a teoria dos efeitos limitados, baseado em estudos sobre a exposição das pessoas às notícias¹⁸.

Algumas pesquisas iniciais de comunicação de massa, especialmente desenvolvidas nos Estados Unidos, são criticadas por terem sido feitas a partir de interesses comerciais, e buscavam saber sobre os efeitos dos conteúdos existentes. Não se perguntava de onde vinham as ideias, ou sobre as condições de produção dos conteúdos. No entanto, um passo importante foi dado pelo norte-americano Walter Lippmann que indicou, em 1922, que qualquer jornal era produto final de um processo, que obedecia a convenções. Kunczik dá ênfase a essa ideia de funcionamento padronizado do Jornalismo:

Segundo Lippmann, a rotina padronizada, as ideias que os jornalistas compartilham sobre o valor da notícia (determinado por fatores como a clareza do evento, a surpresa, o conflito, o impacto pessoal, a proximidade geográfica) cumprem uma função que alivia porque, sem padronização, sem

18 Segundo Traquina (2001), as investigações que se deram posteriormente em relação aos efeitos das notícias seguiram este filão inaugurado por Lazarsfeld, como a teoria do agendamento nos anos 1970, que abordaremos adiante.

estereótipos, sem o juízo rotineiro, sem a negligência algo insensível em relação aos pontos mais delicados, o jornalista logo morreria por excesso de excitação (KUNCZIK, 2002, p.20).

Lippmann já defendia, em 1922, que os fatos noticiados pelo Jornalismo não seriam óbvios ou simples, mas sim “sujeitos a escolha e opinião” e com isso já identificava a importância de “fontes interessadas” para a construção das notícias, tema que será objeto de estudo de interacionistas, dos quais falaremos adiante (MEDITSCH, 2010, p.39).

Já a contribuição de Robert Park, também norte-americano, foi na linha da construção social do conhecimento pelo Jornalismo.

[...] parece que a notícia, como forma de conhecimento, contribui a partir do registro de eventos não só para a história e para a sociologia, mas para o folclore e a literatura; contribui não apenas para as ciências sociais, mas também para as humanidades (PARK, 2008, p.65).

Também relaciona a importância da notícia para as discussões que definem a opinião pública, bem como suas relações econômicas. Assim, para Park, as notícias têm a função “[...] de orientar o homem e a sociedade num mundo real. À medida que ela consegue isto, a notícia tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade” (PARK, 2008, p.69).

Correia (2012) afirma que a construção social da realidade¹⁹ pelos meios de comunicação se dá a partir da dimensão pública e coletiva da informação, pois o “[...] jornalismo funciona de acordo com as regras do discurso público” (CORREIA, 2012, p.86). Ou seja, os discursos — como são ideológicos e políticos

19 Sobre o conceito de construção social da realidade, de Berger & Luckman (1996), e utilizado em obras importantes e de referência, como em Tuchman (1993), Verón (1981) e Alsina (2009) — Meditsch (2010) aponta que não há essa clara relação na obra *A construção social da realidade* (1966), que cita o campo jornalístico como “[...] uma referência utilizada pelos indivíduos na ‘conservação da realidade’ já interiorizada” (p.22). Segundo Meditsch, em obra mais recente, Berger & Luckman passam a reconhecer o papel-chave da mídia, no entanto, não exatamente do Jornalismo. Além disso, a mídia é considerada um ator, entre outros, que disputam a produção de sentido — sendo esta a perspectiva com a qual concordamos (MEDITSCH, 2010, p.22-24).

— necessitam da visibilidade dos meios de comunicação para que sejam reconhecidos em suas pretensões de validade.

As teorias estabeleceram algumas linhas de investigação importantes no desenvolvimento deste campo. Elas passam a se consolidar no século XX especialmente em torno de buscar respostas à questão “Por que as notícias são como são?” (SOUSA, 1999). Cabe ressaltar que as várias teorias que buscam explicar o funcionamento do Jornalismo “[...] não se excluem mutuamente, ou seja, não são puras ou necessariamente independentes umas das outras” (TRAQUINA, 2005a, p. 146).

Segundo Traquina (2005a) há dois momentos históricos que devem ser mencionados: a separação entre fatos e opiniões, com o surgimento do Jornalismo de informação (inclusive a criação das agências noticiosas); e o surgimento do conceito de objetividade nos anos 1920-30 nos Estados Unidos²⁰. Para Correia (2004, p.259), o problema da objetividade levou a um conjunto de teorias que postulam, como ideia central, de que ela deva ser compreendida como “[...] uma marca ideológica ou um conjunto de procedimentos tendentes a suportar a credibilidade do relato jornalístico”.

Ainda no século XIX, a chamada teoria do espelho, foi uma metáfora que entendia que o Jornalismo seria como reflexo da realidade. Surgida nos Estados Unidos, contribuiu para a sedimentação da clássica oposição entre fatos e opiniões (comentários). Outro impacto se deu diretamente sobre as regras de redação, criadas por volta de 1920, a partir do método científico e pregando o fim da subjetividade. Entendendo as notícias como informação, redireciona-se o papel do jornalista como sendo de um “[...] observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais” (TRAQUINA, 2005a, p.147).

Porém, entender o jornalista como um mediador desinteressado, ou interessado apenas na “verdade dos fatos”, implica defender que a realidade possa ser apreendida, ou que esta possa ser um dado em si (PENA, 2005).

20 “No primeiro momento, a objectividade desenvolve-se, de acordo com Dan Schiller, em relação com a apropriação comercial pelos jornais de uma função política tornada crucial na modernidade: a necessidade de falar em nome de todo o público” (Schiller, Dan. “An historical approach to objectivity and professionalism in american news reporting” (*Journal of Communication*. v. 29, n. 4, 1979 *apud* CORREIA, 2004, p.258).

Esse enfoque é considerado fundamentalmente ultrapassado pelas teorias construcionistas, pois não há consenso em apontar o que “realmente aconteceu”, como afirma Schulz (1976):

não se comparam os fatos reais com os informes a respeito deles nos meios de comunicação, mas só se comparam entre si informes procedentes de várias fontes (já que as fontes podem empregar regras de seleção diversas, as quais, no entanto, não podem ser interpretadas como “corretas”, ou “incorretas”, mas simplesmente como diferentes (SCHULZ, 1976, p.25 *apud* KUNCZIK, 2002, p.249).

A problemática foi sendo ampliada e os estudos posteriores passaram a se concentrar em investigar como a seleção é exercida, ou seja, na análise dos contextos relativos à escolha do *gatekeeper*²¹.

Também outras pesquisas apontaram que as decisões do *gatekeeper* estavam mais influenciadas por critérios profissionais ligados às rotinas de produção da notícia. Diante disso, a ideia da construção da realidade pelo Jornalismo passa a ser amplamente utilizada em estudos posteriores, sendo atualmente uma das mais ricas linhas de investigação²².

Assim como Schulz (1976) destaca, uma forma de construção da realidade por parte do Jornalismo está baseada em critérios específicos, ou seja, nos valores-notícia. Nasce, assim, uma grande preocupação dos estudos jornalísticos com a seleção operada a partir dos critérios de noticiabilidade, pois estes desenham à sociedade um panorama que, apesar de ser uma leitura da realidade, se apresenta como sendo “a realidade” (KUNCZIK, 2002).

21 *Gatekeeper* é considerada uma teoria que privilegia a ação pessoal, aplicada por David White. O autor estudou os fluxos de notícias nos canais de organização dos jornais, com objetivo de identificar os pontos que funcionam como cancelas. O conceito *gatekeeper* se refere à pessoa que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia (WHITE, 1993).

22 A construção social da notícia é apoiada ainda por estudos de norte-americanos, tais como Schudson (1982, 1993) que aponta que as notícias são convencionais; Bird e Dardenne (1993) que destacam as notícias como narrativas; Tuchmann (1993), a notícia enquanto “uma realidade construída” dentro de parâmetros e formatos específicos; Schudson (1995 *apud* Traquina, 2001): jornalistas operam um depósito de significados culturais armazenados e padrões de discursos.

Segundo Wolf (2005), a lógica de uma tipificação está voltada a objetivos práticos, com a repetição de procedimentos. Por isso, os valores notícias são operacionais, pois “[...] devem permitir uma seleção do material, feita apressadamente, de modo quase ‘automático’, caracterizada por certo grau de flexibilidade e de comparação” (WOLF, 2005, p. 204).

A seleção das notícias é considerada um processo fundamental nos estudos da área, conforme Sousa (2001), porque o jornal prioritariamente está baseado na seleção de acontecimentos que são transformados em notícias:

Apesar de todas as transformações que têm ocorrido no campo dos meios, as principais tarefas do jornalista ainda estão relacionadas com as suas mais tradicionais funções: selecção e hierarquização de acontecimentos susceptíveis de terem valor como notícia; transformação desses acontecimentos em notícias; difusão das notícias. A selecção é a pedra angular do processo, pois um jornal não pode ser um amontoado não criterioso de todo o tipo de informações. A escolha dos acontecimentos e demais assuntos a abordar por um jornal (construção da agenda) é dos assuntos mais debatidos entre os agentes interessados na cobertura noticiosa. Por isso, também é dos mais estudados. A necessidade de se fazerem escolhas torna o jornalismo permeável a críticas. Mas valorizar, hierarquizar e seleccionar são actividades inerentes ao jornalismo (SOUSA, 2001, p.38).

A noticiabilidade também está estreitamente ligada aos processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de produção: ela equivale a introduzir práticas de produção estáveis numa “matéria prima” (os acontecimentos do mundo) por sua natureza extremamente variável e imprevisível (WOLF, 2005, p. 196). As notícias seriam resultado de “[...] uma série de negociações, orientadas pragmaticamente, que têm por objeto o que deve ser inserido e de que modo deve ser inserido [...]” (WOLF, 2005, p. 200).

Assim, o conceito de noticiabilidade é entendido como um conjunto de critérios, operações e instrumentos para a escolha dos fatos que serão noticiados. A noticiabilidade é negociada entre repórteres, editores, diretores e outros atores do processo produtivo da redação. Segundo Traquina (2005b), os valores-notícia tornam-se dados evidentes para os profissionais envolvidos, constituindo-se junto ao senso comum da redação.

Galtung e Ruge (1965) são os primeiros que apontam a questão dos valores-notícia para a seleção dos acontecimentos. Os valores-notícia citados por Galtung e Ruge, em seu estudo pioneiro foram: proximidade; momento do acontecimento; significância; proeminência social dos sujeitos envolvidos; proeminência das nações envolvidas nas notícias; consonância; imprevisibilidade; continuidade; composição; negatividade.

Conforme Shoemaker (1991)²³ apud Sousa (2001, p.41), depois desta pesquisa, a maioria dos estudos que se voltaram ao tema da noticiabilidade fizeram listas que incluem fatores como: atualidade, oportunidade, proximidade, atualidade, interesse do público, importância, impacto, consequências e repercussões, interesse, conflito ou controvérsia, negatividade, frequência, dramatização, crise, desvio, sensacionalismo, emoção, proeminência dos envolvidos, novidade, excentricidade e singularidade (pouco usual).

A “rotinização” do trabalho, conceito usado pela teoria do *newsmaking*, parte de pressupostos que entendem o modelo de produção e da cultura jornalística não como uniformes e imutáveis, de forma determinista. Os jornalistas têm espaço de manobra na interação com outros agentes sociais. Por isso, entende-se o processo de produção de notícias como interativo, no qual as iniciativas dos jornalistas e as demandas sociais colaboram para a construção da realidade (PENA, 2005).

O papel do jornalista neste contexto é fundamental, isso porque tem um acesso direto ao fato e às fontes e, por ser o responsável pela enunciação, conforme destacam Pontes & Silva (2009, p.54):

O jornalista, além de ser o identificador e selecionador de um acontecimento, é aquele que possui a tarefa de relatar o acontecido, de trazê-lo para a esfera de existência simbólica e produzi-lo a partir do referencial próprio do ato de fazer a notícia. A linguagem, portanto, é o fecho simbólico dessa relação entre a constituição do jornalismo pela realidade social e a contribuição do jornalismo para a institucionalização e legitimação da realidade social.

Diante desse quadro, as Teorias do Jornalismo se voltam à compreensão do processo de construção da notícia, de seus dizeres e fazeres institucionalizados.

23 SHOEMAKER, P.J. *Gatekeeping*. Newbury Park: Sagem, 1991, p.21-22.

Franciscato (2005) avalia que a compreensão do objeto notícia como gênero de construção textual específico, tanto no estilo e formato, quanto aos conteúdos e qualidades, ganhou precisão com a pesquisa sobre a institucionalização de modos de reconhecer e selecionar eventos. Assim, a expressão “critérios de noticiabilidade” passa a ser utilizada a partir de duas premissas: os eventos noticiosos têm certas características recorrentes que revelam sua especificidade; e, os critérios são recursos do trabalho do jornalista.

Em 1972, a hipótese de agenda-setting (agendamento) retoma a força do Jornalismo no estudo das questões públicas. Sabendo-se que a complexidade do processo jornalístico abre a possibilidade de atuação do repórter em vários níveis, especialmente na captação e angulação, Medina afirma que o repórter “[...] muitas vezes produz mensagens e percebe resultados negativos ou positivos sem saber dos fatores que entram em jogo” (MEDINA, 1988, p.151). Voltaremos a abordar a teoria do agendamento ao falar da forma como o discurso é movimentado pela força da seleção temática do Jornalismo.

As questões teóricas mais diretamente envolvidas no nosso estudo são expostas nos próximos subcapítulos, com o objetivo fazer funcionar tanto os conceitos da Análise do Discurso quanto das Teorias do Jornalismo, a serviço da interpretação dos textos em confluência com os objetivos propostos.

3.2 JORNALISMO E ACONTECIMENTO AMBIENTAL

A informação que aparece nos meios de comunicação é um “universo construído”, pois o

[...] acontecimento não é jamais transmitido em estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhida (CHARAUDEAU, 2007, p.151).

As racionalizações de que nos fala Charaudeau podem ser consideradas operações e práticas jornalísticas, que estão envolvidas também em práticas discursivas,

o crivo dos valores-notícia e a noticiabilidade, a procura de fontes credíveis para a construção do texto e, logicamente, a escolha da angulação e todos os aspectos relacionados à narração do fato.

Entender o Jornalismo e seu processo de construção discursiva implica compreender que os “acontecimentos” são, para o Jornalismo, um “imenso universo de matéria-prima” (TRAQUINA, 1993, p.168). Porém, o acontecimento jornalístico “[...] é um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se de outros acontecimentos possíveis de acordo com o improvável, ou seja, irrompe sem nexos ou causa conhecida, é notável e digno de ser registrado na memória” (RODRIGUES, 1993, p.28). Por isso, a prática do Jornalismo vai exigir uma série de procedimentos para dar conta de selecionar e transformar estes acontecimentos inesperados nas notícias que são oferecidas ao público.

Podemos afirmar que o discurso jornalístico inscreve-se em grande medida no processo de enquadramento e regulação dos acontecimentos imprevisíveis.

Para que um acontecimento possa ser apreendido, é necessário que se produza uma modificação no estado do mundo fenomenal, geradora de um estado de desequilíbrio, que essa modificação seja percebida por sujeitos (ou que estes julguem que houve modificação) num efeito de “saliência”, e que essa percepção se inscreva numa rede coerente de significações sociais por um efeito de “pregnância” (CHARAUDEAU, 2007, grifos do autor, p. 99-100).

A saliência é um fator de seleção de primeira ordem para os jornalistas, como já descreveu Peucer (1690), enquanto que a pregnância traz uma característica ainda mais especial aos acontecimentos, pois estes precisam estar conectados a uma forma de entender o mundo, um enquadramento interpretativo.

Para Charaudeau (2007), o acontecimento midiático segue três tipos de critérios: de atualidade (princípio de modificação), de expectativa (princípio de saliência); e socialidade (princípio de pregnância). Além disso, há um aspecto condicionante, pois os acontecimentos são trazidos ao público seguindo as regras do contrato de informação midiática que é marcado pela contradição:

[...] finalidade de fazer saber, que deve buscar grau zero de espetacularização da informação, para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir

efeitos de credibilidade; finalidade de fazer sentir, que deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização (CHARAUDEAU, 2007, p.92)²⁴.

A complexidade do Jornalismo tem sua argumentação baseada no fato da sua reflexibilidade, pois “[...] as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento” (TRAQUINA, 2001, p.29). Ampliando ainda mais a percepção sobre o acontecimento, Benetti (2010), propõe que o Jornalismo pode ele próprio tomar o lugar do acontecimento, na medida em que faz a reprodução “[...] sistemática de temas, enfoques e sentidos” e, com isso, atribui sentidos “[...] a objetivações que parecem consensuais, quando deveriam ser tratadas apenas como hegemônicas ou mesmo tendenciais” (BENETTI, 2010, p.162).

O acontecimento como categoria de análise é apreendido de forma diferenciada por diferentes campos do conhecimento, conforme Fonseca (2010), sendo que para o Jornalismo trata-se de “fato digno de registro na forma de notícia” (p.173).

Na sociologia ambiental, Hannigan (1995) aponta três tipos principais de acontecimentos ambientais que são noticiados: “acontecimentos importantes (Dia da Terra, a Cimeira do Rio), catástrofes (derrames de petróleo, acidentes nucleares, fogos tóxicos); e acontecimentos jurídicos/administrativos (audições parlamentares, julgamentos, lançamentos de livros brancos sobre o meio ambiente)” (HANNIGAN, 1995, p.87-88).

Assim, podemos dizer que o Jornalismo atua em função da atualidade e do encaixe que os acontecimentos ambientais têm em relação ao seu próprio fazer característico, entre eles a tendência a buscar a novidade em tudo que se movimenta no mundo. Seguimos com Hannigan:

24 A busca do equilíbrio entre informação e emoção é crucial para o Jornalismo (e especialmente ao Jornalismo de revista, como discutimos no capítulo 2), pois é preciso buscar apuração de fatos e informações de forma qualificada e demonstrar isso, para que o leitor tenha o máximo interesse e mantenha a credibilidade. Caso o equilíbrio seja quebrado, corre-se o risco de ter um texto com muita informação e com poucos leitores, ou, ao contrário, um texto sensacionalista com baixo nível informativo e grande popularidade.

Segundo Wilkis e Peterson (1990:19)²⁵, este relato centrado nos acontecimentos é característico, não só dos desastres que ocorrem rapidamente, tais como tornados, furacões e temporais, mas também dos perigos ambientais que se instalam lentamente: aquecimento global, destruição da camada de ozônio, chuvas ácidas, etc. Por forma a encaixar os últimos fenômenos na agenda noticiosa, os jornalistas têm de retratá-los como um resultado recente de um acontecimento, em vez de um resultado inevitável de uma série de decisões políticas e sociais (HANNIGAN, 1995, p. 88).

Hannigan (1995) considera o lado negativo desta exposição: os problemas ambientais são tratados como decorrentes de ações individuais (vilões) mais do que das decisões políticas e institucionais. O enquadramento é normalmente monocausal, em vez de envolver redes causais longas e complexas. Com isso evita, por vezes, implicar atores políticos poderosos nos acontecimentos noticiados.

Para haver o registro de problemas ambientais nos meios de comunicação, Hannigan (1995) identificou cinco fatores com base na literatura: para ganhar proeminência, um problema potencial deve ser lançado em termos de ressonância em conceitos culturais existentes (KUNST e WITLOS, 1993)²⁶; o potencial do problema deve ser articulado às agendas dos estabelecidos, especialmente políticos e cientistas (HANSEN, 1991)²⁷; os problemas ambientais devem carregar “drama social”, conforme Palmlund (1992)²⁸, trazendo uma representação dramática com jogos de culpa e celebração; deve ser capaz de se relacionar com o presente, e não a um futuro distante. Por fim, o problema deve ter uma agenda de ação, seja em nível internacional, ou da comunidade local. Ou seja, é necessário que se apresentem resultados tangíveis, o que implica que problemas complexos sejam deixados de lado.

25 WILKINS, L.; PATTERSON, P. “Risk business covering slow-onset hazards as rapidly developing news”. **Political Communication and Persuasion**. V. 7, N.1, p.11-23. 1990.

26 KUNST, M.; WITLOS, N. “Communication and the environment”. **Communication Research Trends**. N. 13, p.1-31, 1993.

27 HANSEN, A. “The media and the social construction of the environmental issues”. **Media, Culture & Society**. V. 13, N. 4, p.443-58. 1991.

28 PALMLUND, I. “Social drama and risk evaluation” In: KRIMSKY, S.; GOLDING, D. (eds). **Social theories of risk**. West Port: CT Praeger, 1992.

Uma abordagem crítica merece menção. Como o Jornalismo vai buscar estes indícios de notabilidade, conforme Alsina (2009), baseado, sobretudo, no critério de *variação*, muitas questões e problemas são deixados de lado ao longo da cobertura jornalística. Pergunta-se o que há de novo, o que supera ou modifica algum padrão já estabelecido, sendo que não são questionados os padrões existentes. Dito isso, concordamos com Benetti (2010), ao descrever esta lógica em seu lado perverso, com um grau de cinismo na percepção dos valores de certos fatos:

A perversidade dessa lógica, que contra qualquer argumento plausível mantém-se como estruturante do discurso jornalístico, é que grandes fenômenos sociais, cujo interesse público não poderia ser questionado sem constrangimento, geralmente não tem lugar no jornalismo porque se estabeleceram, historicamente, como invariantes (BENETTI, 2010, p.146).

Percebemos assim que o acontecimento ambiental, assim como propôs Hanigan (1995), fica circunscrito às tipologias características do acontecimento jornalístico. Em relação ao discurso, questionamos, sobretudo, a naturalização, operada pela ideologia, da exploração descabida dos bens naturais a favor do lucro, relacionada à desigualdades sociais e, em alguns casos, a ecocídios invisíveis, temas que não fazem parte do sistema de “pregnância” descrito por Charaudeau (2007). A mudança do clima pode ser entendida desta forma, é lenta e gradual, porém crescente ao longo do tempo, com perspectivas de atingir em maior escala justamente os mais pobres ou vulneráveis.

Há alguns contornos nas definições de acontecimento, e por isso destacamos aqui como entendemos suas peculiaridades:

- a) acontecimento — fato social²⁹ que modifica alguma estrutura ou curso na sociedade, a matéria-prima do Jornalismo (o fato);
- b) acontecimento jornalístico - fato social percebido como digno de ser publicado como notícia (a notabilidade do fato);
- c) acontecimento relatado - fato social relatado pelo Jornalismo (o discurso sobre o fato, também chamado relato jornalístico ou notícia);

29 Importante destacar que a definição ou percepção do que seja um fato social já é uma construção social, não é um dado objetivo da “realidade”. No entanto, após a construção de bases culturais, há a perspectiva do consenso como forma de conhecimento da realidade.

- d) acontecimento discursivo - fato discursivo que modifica alguma estrutura do discurso e passa a fazer parte da memória e do interdiscurso;
- e) acontecimento ambiental - fato relacionado ao ambiente que é publicado pelo Jornalismo (acontecimento + acontecimento jornalístico + acontecimento relatado).

Os acontecimentos jornalísticos e seus relatos passam a fazer parte de um complexo sistema de produção de acontecimentos, conforme Rodrigues (1993). Por exemplo, a conferência Rio92 é um acontecimento ambiental, jornalístico, relatado e discursivo. Já em relação à Rio+20, ainda não podemos afirmar tratar-se de um acontecimento discursivo, na medida em que até o momento não apresentou elementos suficientes indicando que modificou de forma relevante a memória sobre as conferências ambientais.

Este conjunto de acontecimentos se retroalimenta continuamente. Por exemplo, quando temos atores sociais que visam tornar acontecimentos em acontecimentos jornalísticos, em função da visibilidade midiática. Outro exemplo de interação é o fato de que os acontecimentos jornalísticos também se alimentam de acontecimentos discursivos na construção do acontecimento relatado, enquanto que o próprio relato jornalístico pode ser tomado como um acontecimento.

Dito isso, pensamos que embora nossas análises estejam relacionadas ao relato dos fatos - ou às notícias das revistas, temos em mente este forte componente de imbricação. Desta forma, consideramos o discurso jornalístico ponto essencial na construção do acontecimento ambiental, na medida em que o Jornalismo dá publicidade aos elementos envolvidos no problema ambiental e direciona tanto limites quanto soluções dos campos envolvidos no tema.

Para continuar a refletir sobre nosso objeto — o discurso jornalístico, faremos a discussão da noção “enquadramento discursivo” nos próximos subcapítulos.

3.3 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO/NO JORNALISMO

Ao apontar o estudo do enquadramento jornalístico como um espaço de construção de conhecimento sobre determinado tema, não significa absolutamente uma percepção de que o Jornalismo “determina” visões de mundo. Antes, entendemos que o Jornalismo, assim como outros espaços sociais, realiza uma

“oferta” de sentidos, fazendo parte, portanto da construção social de diferentes formações discursivas, lugares da constituição de sentido.

Formação Discursiva (FD) é “[...] entendida como o domínio do saber constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode, não deve ser dito” (INDURSKY, 1998, p.115). Assim, estudamos o Jornalismo como uma prática discursiva, pois ela “[...] integra a formação discursiva e o(s) grupo(s) social (ais) em cujo interior é produzido o discurso” (INDURSKY, 1997, p.20). Com isso, a institucionalização do Jornalismo é considerada parte de sua legitimação social, que vai lhe conferir um local privilegiado de enunciação.

O Jornalismo é considerado uma prática discursiva pois atua sob circunstâncias peculiares na produção do discurso, a partir de uma comunidade e sob efeito ideológico de formações discursivas. Assim, a noção de prática discursiva junto à de lugar discursivo do Jornalismo, é fundamental para a compreensão da noção de enquadramento discursivo, dado que o Jornalismo tem a tarefa prioritária de enquadrar os acontecimentos.

Nosso objeto discursivo está vinculado à forma como as notícias são construídas. Ericson, Baranek e Chan³⁰ identificam o “vocabulário de precedentes”, constituído pelo saber de reconhecimento, saber de procedimento e saber de narração. O primeiro é relacionado à capacidade de reconhecer o que é notícia, é o chamado faro jornalístico. No segundo, o jornalista mobiliza a competência na recolha dos dados e na sua verificação. Por último, o saber de narração é a capacidade de compilar as informações em tempo útil e de forma interessante (ERICSON, BARANEK e CHAN apud TRAQUINA, 2005b, p.40-42).

Traquina (2005b) defende então que os jornalistas possuem uma “maneira de agir”, ligada ao saber de procedimento; uma “maneira de falar”, ligada ao saber de narração; e uma “maneira de ver” ao saber de reconhecimento, onde os critérios de noticiabilidade são mais facilmente analisados.

No entanto, ao abordar a noticiabilidade, é preciso entendê-la numa perspectiva mais ampla para o entendimento da notícia:

30 ERICSON, Richard V.; BARANEK, Patricia M.; CHAN, Janet B.L. **Visualizing deviance**: a study of news organizations. Toronto: University of Toronto Press, 1987.

[...] as abordagens da noticiabilidade precisariam considerar que a análise da notícia demanda também a caracterização da perspectiva que a constrói, que acionaria não só conteúdos, mas motivações, parâmetros e estratégias discursivas diversas e mais amplas que os termos que designam os “valores-notícia” (LEAL et al., 2010, p.202).

Assim, temos que os valores-notícia também podem ser conectados à ideia do enquadramento. Na classificação feita por Traquina (2001), entre os valores de construção, destaca-se a consonância, ou seja, a faculdade de enquadrar um acontecimento em um enquadramento já existente.

Desta forma, destacamos que a noticiabilidade se relaciona com o enquadramento, na medida em que a primeira indica formas de captar os acontecimentos pelo modo de operação do Jornalismo. Os modos de ver, de agir e de narrar do jornalista também auxiliam a construção do enquadramento.

Bourdieu (1997) afirma que o campo jornalístico se constrói a partir de regras próprias e do *habitus* assumido pelos jornalistas. Miranda (2005) apresenta as principais contribuições de Pierre Bourdieu para o campo da comunicação: a introdução da ideia de campos sociais autônomos; o conceito de *habitus* (que viabiliza o retorno do sujeito à estrutura); e o capital social específico de cada campo; para cada campo há um *habitus* específico; a comunicação *lato sensu* é o campo da indústria cultural.

No campo do Jornalismo, a credibilidade é considerada como sendo o seu capital (BERGER, 1998). Desta forma, a busca pela credibilidade é de fato institucionalizada, pois faz parte de uma estratégia de realização de um contrato com seus leitores, de identificação e cumprimento de expectativas (MORAES, 2001).

Berger & Luckmann afirmam que “[...] o mundo institucional exige legitimação, isto é, modos pelos quais pode ser ‘explicado’ e ‘justificado’” ([1966] 2008, p.88). O Jornalismo se legitima quando se justifica como instituição capaz de levar à sociedade o conhecimento acerca dos acontecimentos mais relevantes da atualidade. A explicação decorre das possibilidades técnicas e éticas da atividade jornalística, apontando-se os processos de produção do acontecimento jornalístico, pelo qual os fatos sociais são transformados em notícias.

É, portanto, deste lugar discursivo que consideramos a contribuição do Jornalismo na constituição de certos conhecimentos, crenças e visões de mundo, enfim, gerando sentidos “sobre”. Porém, como assevera Benetti:

[...] se por um lado deriva da fala de indivíduos inseridos historicamente em seu tempo, sendo efeito dos sentidos dominantes nesses contextos, por outro tem o poder de nomear, consagrando ou ocultando sujeitos, políticas, instituições, práticas e ideologias (BENETTI, 2007, p.37).

Esse processo, uma prática discursiva, passa pelos critérios sobre o que é ou não é notícia, que levam em conta questões socioculturais, estruturais dos meios de comunicação e, especialmente, a construção simbólica sobre o Jornalismo — a sua representação social. Essa construção de si relaciona-se às *formações imaginárias* e se pode organizar a partir do *ethos* que “[...] define para os membros da comunidade jornalística que o seu papel social é de informar os cidadãos e proteger a sociedade de eventuais abusos do poder, ou seja, toda a concepção do jornalismo enquanto ‘contra-poder’” (TRAQUINA, 2005a, p.202).

Conceito formulado por Pêcheux, *formações imaginárias*, é colocado em termos dos horizontes imaginários sob os quais o sujeito que fala produz sua enunciação, dirigida ao interlocutor:

Pêcheux (1969:18-9) afirma que o discurso produzido por um sujeito (A) sempre pressupõe um destinatário (B) que se encontra em um lugar determinado na estrutura de uma formação social. Tais lugares estão representados nos processos discursivos a partir de uma série de *formações imaginárias* que designam o lugar que A e B se atribuem mutuamente, ou seja, a imagem que fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (INDURSKY, 1997, p.54).

Pêcheux explica ainda a noção de formação imaginária pelas questões implícitas para as quais as respostas dão a entender as *formações imaginárias* correspondentes: “Quem sou eu para lhe falar assim?”; “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”; “Quem sou eu para que ele me fale assim?”; “Quem é ele para que me fale assim?” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 83).

O discurso, na perspectiva da AD, não é um texto e suas significações. Já em 1969, Pêcheux chama a atenção na sua formulação sobre o discurso como “efeito de sentido entre interlocutores”. Trata-se de um processo dinâmico, desenvolvido de várias formas, em situações sociais determinadas. Importa perceber que as condições de produção são elas próprias constitutivas de uma prática discursiva.

As condições de produção do discurso foram destacadas por Pêcheux ([1969] 1997) como a ligação das circunstâncias de um discurso e seu processo de produção, que devem ser levadas em conta e procuram suplantar a ideia de contexto e situação apontados pela linguística, pois são condições marcadas pela história e pela ideologia.

O discurso é definido como prática social, pois

[...] diz respeito a um conjunto de situações internas e externas ao ato discursivo, sempre relacionadas às posições de sujeito — os lugares que o sujeito vem ocupar no discurso. A prática se institui no quadro de certos sistemas de formação, estruturados e hierárquicos — embora mutáveis, pois não são congelados no tempo (BENETTI, 2008b, p.3).

Tomamos então o discurso como uma instância material concreta da relação mediada entre linguagem/pensamento/mundo. Desta forma, a noção de ideologia configura-se como fundamental para desvendar os sentidos de qualquer discurso, que está, naturalmente, embriagado d'ela, pois ideologia “[...] não é X, mas o mecanismo de produzir X” (ORLANDI, 2007, p.30). Observa-se, com isso, que o efeito imaginário entre linguagem e mundo é operado justamente a partir da ideologia, que “[...] não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo” (ORLANDI ([1990] 2010, p.47).

Indursky (1997, p.28) aponta que o discurso representa as relações de força existentes entre os lugares sociais, através das formações imaginárias. Assim, podemos afirmar que o lugar discursivo tem relação com o lugar socialmente determinado e torna-se imprescindível para entender o funcionamento do “enquadramento discursivo”. Ele é fruto de uma interação entre o campo jornalístico e outros campos pelo *habitus*, estabelecido ainda pela relação do jornalista com suas fontes, organizado a partir de seu *ethos discursivo*. Assim, quando pensamos a noção de lugar discursivo, abre-se a perspectiva de indicar que o enquadramento discursivo tem tanto um valor social (na medida em que legitima o campo para o relato do acontecimento) quanto reforça uma relação imaginária entre o Jornalismo e a sociedade. É deste lugar que o Jornalismo exerce o enquadramento discursivo, ponto que abordamos a seguir.

3.4 DO AGENDAMENTO AO ENQUADRAMENTO: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A seleção de acontecimentos se repete, continuamente, e essa imagem da realidade é recorrente aos fatos futuros. Por isso, o próprio modo de dizer os acontecimentos (ou apresentar) está intimamente ligado ao modo de fazer jornalístico, no qual a técnica está estabelecida por seu funcionamento social, sua representação institucionalizada e sua legitimidade.

Em função da natureza do espaço público, Charaudeau (2007) propõe a noção de “discurso circulante” que teria, ao menos, três funções relacionadas às representações. A primeira, a instituição de poder/contra-poder, ligada às palavras de autoridade conferindo sentido social, cabendo, inclusive, os discursos reivindicatórios que tomam força dependendo da capacidade de organização e mobilização de valores éticos. A segunda função, de regulação do cotidiano social, a partir da ritualização na justificação de hábitos, produzindo o que Erving Goffmann (1986) chama de “enquadres da experiência”. Na função de dramatização, o discurso circulante mostra como as pessoas lutam a fim de seguir os desejos, revelados pelos mitos e histórias ficcionais.

Desta forma, verificamos que os estudos sobre a relação do Jornalismo e suas fontes são muito valiosos, tais como a identificação das fontes utilizadas no *discurso relatado* (Dr), em Charaudeau (2007, p.148) caracterizado pelo “encaixe de um dito num outro dito” manifestando a heterogeneidade do discurso. Ou, em Stuart Hall (1993, p.228), quando trata dos definidores primários, dos quais a rotina jornalística se torna dependente.

Molotch & Lester (1974)³¹ e Gans (1979)³², citados por Traquina (2005a, p.184), caracterizam o acesso das fontes ao campo jornalístico como um fator vital na rede noticiosa, ligado aos princípios de credibilidade e objetividade e à emergência do *dead line*, entre outros aspectos. Os jornalistas possuem acesso direto, portanto, maior possibilidade de intervenção no direcionamento das pautas. No entanto,

31 MOLOTCH, H.; LESTER, M. “News as purposive behavior: on the strategic use of routine events, accidents and scandals”. *American Sociological Review*. v. 39, n.1. 1974.

32 GANS, H. *Deciding what’s news: a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek and Time*. New York, Pantheon Books, 1979.

as fontes habituais são as mais ouvidas, é delas, geralmente, o papel de definidor primário sobre o fato a ser publicado.

Essas variáveis permitem um contraponto a Bourdieu (1997, p.65-67), quando este afirma que o poder do campo jornalístico se deve justamente a “[...] um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação”. Os instrumentos de produção, em grande escala, certamente estão nas mãos de poucos, porém, discordamos em parte desta visão. Entendemos a circulação de discursos sociais e a construção da realidade como processos amplos, em que vários campos e atores se constituem, entre os atores, destacamos exatamente o papel importante desempenhado pela fontes na definição dos relatos jornalísticos.

Nesta linha de construção de um espaço de “agenda pública”, Traquina (2001) aponta para duas variáveis essenciais: a atuação dos jornalistas na seleção da notícia (com a utilização dos critérios de noticiabilidade) e a ação estratégica dos *news promoters* (MOLOTCH & LESTER, 1974), entendidos aqui como as pessoas/instituições que identificam ocorrências tornando-as observáveis (essencialmente através das agendas políticas).

O entendimento do campo jornalístico como um espaço de disputa e de vitalidade social e política, passa a receber atenção nas pesquisas sobre a visibilidade de temas. Esse processo que eleva “fatos” à categoria de “notícias” recebeu grande aporte dos estudos de McCombs (1972), um dos principais autores-fundadores da hipótese de *agenda-setting*.

O conceito de agendamento surgiu do estudo de McCombs e Shaw, publicado em 1972, no qual chegavam à conclusão de que os meios não dizem *o que* pensar, mas *sobre o que* pensar. Definem, em última análise, os temas relevantes para os quais o público deve ter informações e discutir. Assim, as questões que recebem mais atenção dos meios são as percebidas como decisivas pelo público. Mas o agendamento vai além de selecionar o que vai ser publicado, pois há também a seleção dos enquadramentos que são definidos para pensar os acontecimentos.

Em artigo mais recente, McCombs e Shaw (2000) avaliam 25 anos da evolução das pesquisas sobre agendamento, demonstrando como a metáfora cresce na literatura acadêmica, evolui e constrói novos problemas de pesquisa e de objetos relacionados. Os autores chegam à assertiva de que o agendamento é ainda mais significativo do que dizer sobre o que pensar: “As notícias dizem-nos também como devemos pensar sobre o que pensamos” (McCOMBS; SHAW, 2000, p.131).

É neste movimento sobre o “como pensar” que se pode avaliar a direção de atenção das notícias para determinadas perspectivas, que se traduzem, por exemplo, nos critérios de noticiabilidade. Porém, apenas os critérios não dizem tudo, já que “[...] os objectos com valor noticioso são enquadrados das mais variadas maneiras” (McCOMBS; SHAW, 2000, p.131). O conceito de enquadramento pode ser acionado neste caminho da compreensão sobre de que maneira o Jornalismo cerca o fato e o transforma, discursivamente, no acontecimento jornalístico e no acontecimento relatado.

As Teorias do Jornalismo buscam a compreensão do processo de construção da notícia, de seus dizeres e fazeres específicos como resultado de interações sociais, que se desdobram sobre o discurso produzido pelo Jornalismo, acerca dos temas e fatos considerados interessantes e/ou relevantes. Cabe salientar que informar é resultado de um processo de interpretação que consiste essencialmente em captar e relatar um fato e, ao mesmo tempo, construir o acontecimento através da seleção, valorações e narrativas utilizadas. Neste sentido apontamos a pertinência de fazer funcionar a noção de enquadramento.

Os enquadramentos, para Goffman, partem do conceito de Bateson, com a ideia de que as situações são definidas a partir de uma construção, realizada de acordo com princípios de organização que regulam os acontecimentos sociais e o nosso envolvimento subjectivo neles (PORTO, 2005). Utilizado por Goffmann na obra *Frame Analysis* (1974), o conceito de enquadramento descreve uma teoria de esquemas interpretativos e que tem servido a pesquisadores de comunicação e de Jornalismo³³.

A noção de enquadramento foi utilizada por Tuchman (1993), “[...] obra que faz a ponte entre estudos sociológicos e a perspectiva cultural na produção jornalística” (PORTO, 2005). Em nosso entendimento, Tuchman trabalha o enquadramento em situações mais amplas da profissão do jornalista, na medida em que estabelece uma tipologia dos acontecimentos. A tipologia dos acontecimentos é

33 “Em *Gender Advertisements* (1976) e *Forms of Talk* (1981), Goffman prossegue algumas das ideias desenvolvidas em *Frame Analysis* e dedica mais tempo aos enquadramentos institucionais, nomeadamente aos propostos pelos media. Nessas obras, Goffman retoma e aprofunda as suas primeiras teorias, nomeadamente de *A Apresentação do Eu na Vida Quotidiana* (1959) e de *Estigma* (1963), recorrendo com frequência a exemplos retirados dos meios de comunicação social. *Forms of Talk* contém especificamente um ensaio sobre rádio” (SILVEIRINHA, 2005, p.3).

uma forma de enquadramento consensual entre os jornalistas. Desta forma, podemos compreender que o enquadramento pode estar relacionado a variados níveis de interpretação da informação que será ofertada ao público.

Portanto, consideramos a noção de enquadramento produtiva para a reflexão sobre as possibilidades de construção dos acontecimentos jornalísticos. Isso porque há sempre mais de uma maneira de dizer/entender um fato, e relatar algo sobre determinado fato, daí que as escolhas do Jornalismo são resultado do caráter estrutural que se instaura no processo discursivo. O enquadramento traz premissas para “[...] deciframos a situação, sendo certo que podem variar e transformar-se em realidades múltiplas, pois a realidade é constituída por camadas ou bases (*layers*) em que nos podemos mover” (SILVEIRINHA, 2005, p. 3).

A dimensão discursiva do enquadramento, trazida por Gitlin, indica que os “[...] enquadramentos de mídia são padrões resistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão” (GITLIN, 1980, p.7). Dizemos então que o enquadramento jornalístico oferta sentidos, organizando discursivamente o conhecimento sobre determinada temática e, por esta relação discursiva, preferimos chamar, no âmbito deste trabalho, de “enquadramento discursivo”.

A oferta de sentido está relacionada então à seleção de um enquadramento e isso pressupõe a exclusão — ou diminuição — de outros sentidos. Isto é, ao se posicionar em relação aos acontecimentos há sempre algo que é deixado de lado. O uso das fontes, por exemplo, são inúmeras e variadas, e cada vez mais interessadas em obter visibilidade. Mesmo os sentidos interditados são, ainda assim, sentidos presentes na prática discursiva, pois, como afirmam Haroche, Pêcheux e Henry, o “[...] elo que liga as significações de um texto as suas condições sócio-históricas, não é secundário, mas constitutivo das próprias significações” (HAROCHE et. al, 2007, p.147).

As escolhas sobre o que é digno de publicação (noticiabilidade) começam até mesmo antes, quando se escolhe uma parte do mundo (diremos que se trata de uma formação discursiva). E, quanto ao enquadramento, pode ser considerado um “tom” do discurso. Seguimos concordando então, com Correia, que destaca aspectos discursivos que envolvem a narração e até mesmo a expectativa de leitura (diremos na AD que é um mecanismo de antecipação)³⁴:

34 No mecanismo da antecipação está a capacidade do sujeito em prever como seu discurso será recebido por seus interlocutores. Prevendo isso, pode-se antecipar e buscar a forma de condução do discurso a partir de seus objetivos.

[...] se aquilo que se designa por construção da realidade e por construção de significado já começou antes quando se decidiu destacar uma certa parte do mundo, as diferentes tonalidades que o quadro simbólico (*frame*) aplicado ao evento pode adquirir continuam a desenvolver-se ao longo da organização do texto, das expectativas da sua recepção, etc (CORREIA, 2009, p.22, grifo no original).

Essa construção de enquadramentos discursivos é ininterrupta, pois o texto jornalístico é em verdade republicado, pois há uma memória deste tema, ela já foi tratada em outro discurso, no interdiscurso, mesmo que neste outro lugar tenha tido outro critério ou perspectiva.

Na aproximação entre Jornalismo e discurso, considera Benetti:

[...] o jornalismo como um lugar de circulação e produção de sentidos. Ele é um discurso “a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares (BENETTI, 2008a, p.107).

Desta forma, a AD fundamenta “[...] o discurso jornalístico como formador de redes interdiscursivas, por meio de retomadas, réplicas, atualizações e deslocamentos de outros tantos já-ditos” (SCHWAAB & ZAMIN, 2014, p.53). Nesse âmbito, podemos aproximar a noção de arquivo ao espaço no qual o Jornalismo se desenvolve, pois este se constitui numa prática discursiva amplamente relacionada ao senso comum.

Sendo o acontecimento recriado pela notícia e assim trazido ao “campo dos significados”, há uma associação do incomum ou inesperado aos “‘mapas de significado’ que já constituem a base de nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está ‘traçado’” (HALL, 1993, p.226).

No entanto, pensamos que é possível avançar e afirmar ainda que a promoção de certos enquadramentos provoca algo mais que dar ênfase ou saliência a determinados aspectos, pois observamos que: a) a seleção de acontecimentos se repete, continuamente, e essa imagem da realidade passa a ser referência inclusive aos fatos futuros; b) este processo remete à noção de arquivo (aqui entendido como lugar da memória coletiva), com o qual o discurso se relaciona.

Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (PÊCHEUX, [1969] 1997, p.77).

O sentido é construído pois na produção discursiva que, para Orlandi, sofre o efeito da determinação do interdiscurso (da memória):

A evidência do sentido — a que faz com que uma palavra designe uma coisa — apaga o seu caráter material, isto é faz ver como transparente aquilo que pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante (ORLANDI, 2010, p. 46).

Um ponto muito importante é apontado por Pêcheux e Fuchs, qual seja, o papel da ideologia que recobre os vazios deixados neste processo, fornecendo “[...] evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado queiram dizer o que realmente dizem” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p.159). Orlandi lembra que o sujeito é afetado pelo efeito dos esquecimentos número 2, da ordem da enunciação (“ao falarmos falamos de uma maneira e não de outra”) e número 1, da ordem do ideológico (“temos a ilusão de ser a origem do que dizemos”) (ORLANDI, 2010, p.35).

O sujeito do discurso é afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia, estando, pois assujeitado pela ideologia; para Indursky (1998), o sujeito somente é percebido a partir de lugares socialmente determinados e por isso perde suas características individualizadoras. Daí a necessidade de pensar a noção de forma-sujeito:

O indivíduo, ao ser interpelado ideologicamente em sujeito, identifica-se imaginariamente com a “forma-sujeito” de uma “formação discursiva” [...]. Por conseguinte, a forma-sujeito é um sujeito histórico com o qual o sujeito identifica-se, constituindo-se em “sujeito do discurso”, ou ainda,

nas palavras de Pêcheux, em um “efeito de sujeito” (INDURSKY, 1998, p.115).

A dimensão imaginária do discurso afeta as condições de produção. O efeito de evidência (ideológico) é alimentado na produção de sentidos que são trazidos pelo interdiscurso. O Jornalismo funciona neste movimento em que a produção de sentidos se dá por uma condição sócio-histórica, atravessada ideologicamente enquanto ele tece os acontecimentos um a um, para que se tornem memoráveis e, pelo interdiscurso, voltem à memória coletiva sempre que necessário.

Ao buscar dar conta desta tarefa, os veículos de comunicação fazem um discurso “sobre algo” e também sobre “eles mesmos”, com marcas da sociedade na qual estão inseridos, um ethos relativo à atividade autorizada de produzir discursos. Confere ao jornalista um lugar de enunciação que possui regras específicas e aponta a sua capacidade de relatar o fato, de denunciar os problemas, de investigar, de reportar — de conferir noticiabilidade. Porém, nem todo “Jornalismo” fala de uma mesma posição.

A forma-sujeito é considerada a forma de existência histórica do indivíduo. “As diferentes posições-sujeito mostram, pois as modalidades particulares de identificação de diferentes sujeitos do discurso com a forma-sujeito de uma FD” (INDURSKY, 1997, p.38). Já a noção de posição-sujeito é pertinente para pensar o sujeito neste lugar, que ocupa para “ser sujeito” (assujeitado) do que diz, e para pensar que, dada uma determinada FD heterogênea, há possibilidade de várias posições-sujeito.

Aproximando, como propõe Correia (2012), a crítica ideológica aos estudos de enquadramento, temos uma preocupação redirecionada, ao invés de pensar o enquadramento como um enviesamento midiático da realidade objetiva, temos que pensar as relações sociais subjacentes. Neste ponto, reafirmamos nossa análise à AD de matriz pècheutiana, que se propõe ao entendimento do discurso, no qual a ideologia é intrínseca, sendo possível pensar que os enquadramentos são ideologicamente marcados pelos discursos hegemônicos.

Contudo, pode decorrer desta inferência, uma questão. Sendo o enquadramento decorrente de uma hegemonia discursiva, em que medida se deve pesquisar e se ater aos procedimentos jornalísticos? De que forma o Jornalismo utiliza as formações discursivas que faz com que o discurso jornalístico seja específico?

Por isso, as Teorias do Jornalismo ambicionam descrever a construção, ou seja, é preciso organizar uma análise buscando-se porque certos enquadramentos são preferidos e outros, preteridos. A AD permite que teórica e metodologicamente se consiga chegar ao nível macrossociológico, pois ao estudar as formações discursivas predominantes, é possível apontar o efeito de evidência ideológico nos processos de naturalização dos acontecimentos.

Ao juntarmos as duas perspectivas, entendemos que tanto o agendamento e a noticiabilidade, quando o enquadramento, são operações relevantes na construção do discurso jornalístico. Com a abordagem da AD, nos permitimos afirmar que a o Jornalismo enquanto prática discursiva auxilia a formulação de sentidos, com acionamento de interdiscursos, pelo conflito e disputas de sentido, e por sua configuração e lugar discursivo.

Buscamos, nesta intersecção, o funcionamento da organização do discurso. Entendemos o enquadramento discursivo como um processo no qual as interpretações, construídas simbolicamente pelo campo jornalístico, organizam discursivamente o conhecimento sobre o acontecimento, com marcas de seleção, ângulo e ênfase.

No próximo capítulo, apresentamos inicialmente os procedimentos metodológicos, e depois os resultados das análises realizadas, a partir da perspectiva da AD, buscando-se explicitar o enquadramento discursivo, “como” os textos indicam caminhos para a discussão pública do tema ambiental.

ENQUADRAMENTOS DISCURSIVOS NAS REVISTAS

Antes de apresentarmos as análises que embasam este trabalho, esclarecemos os procedimentos metodológicos, em relação à posição epistemológica, a perspectiva discursiva e o entendimento da noção de enquadramento jornalístico que passamos a chamar de “enquadramento discursivo”. A relação entre os conceitos da Teoria do Jornalismo e da Análise Discurso foram discutidas no capítulo 4.

Segundo Gill (2008), a posição epistemológica da Análise do Discurso envolve uma postura crítica em relação ao “conhecimento dado”; o reconhecimento de que nossa compreensão do mundo é marcada histórica e culturalmente, de forma específica e relativa; a convicção de que o conhecimento é um processo socialmente construído; e o compromisso em analisar as construções sociais ligadas a ações e práticas, tal como propõe Burr (1995 *apud* GILL, 2008).

Para descrever o funcionamento do método, Gill (2008) explica algumas características gerais de AD que, conforme a autora, não busca a generalização, porque mira contextos específicos; não há a preocupação com a representatividade do conteúdo, mas com a função dos textos estudados e, neste sentido, identificar pontos relevantes dos fenômenos estudados não tem ligação direta com a quantificação, embora ela possa ser usada em algum momento.

Os dados encontrados foram agrupados para a busca de regularidades ou divergências dos enquadramentos das reportagens, através da Análise do Discurso (AD), conceituada como “[...] uma leitura cuidadosa, próxima, que caminha entre

o texto e o contexto, para examinar o conteúdo, organização e funções do discurso” (GILL, 2008, p.266).

Retomamos aqui nosso problema de pesquisa, enunciado como:

Quais são os enquadramentos discursivos do tema mudança climática e como são articulados nas reportagens de Veja, Isto É, Época e Carta Capital na cobertura da Rio+20?

Observando outros trabalhos que utilizam a noção de enquadramento - conforme descrevemos no capítulo anterior, percebemos que é uma categoria de análise utilizada de várias formas, dependendo da pesquisa e da montagem das investigações propostas. Em alguns, o enquadramento é tratado como uma escolha temática, em outras a escolha das fontes pelo Jornalismo é componente para a definição de enquadramentos. Há, ainda, trabalhos que sustentem o enquadramento como definição de sentidos.

Tomamos o enquadramento como uma espécie de “variável”, um dispositivo para nossa análise discursiva. Destacamos que a perspectiva do enquadramento adotada é baseada em Goffman (1986), para o qual a questão do enquadramento se refere a um conjunto de elementos significantes que conduzem a um “quadro” de interpretação. Como nos filiamos à Análise do Discurso, entendemos o enquadramento como um “enquadramento discursivo”, na medida em que para além do enfoque jornalístico, temos a Formação Discursiva (FD) como base na seleção, angulação e ênfase de cada texto. Desta forma, ao longo das análises, identificamos também as FDs e suas relações interdiscursivas.

Para responder à questão problema na compreensão de “como os textos articulam enquadramento discursivos”, nossa análise foi conduzida da seguinte forma:

- Os nossos observáveis são os textos da cobertura da Rio+20 que indicam o tema mudança climática como pano de fundo de um debate mais amplo sobre as escolhas para o futuro da humanidade. Nosso *corpus* foi retirado das semanais brasileiras no primeiro semestre de 2012. Ou seja, nosso foco foi tentar perceber como o problema ambiental é construído, quais soluções são propostas, quais atores são envolvidos, ouvidos ou citados, de que forma as relações entre homem-natureza, clima-economia, política-cultura aparecem, enfim, quais aos aspectos seriam convocados pelo discurso.

- Selecionamos as reportagens das revistas e, já numa leitura inicial, procuramos as marcas discursivas que indicavam a abordagem do tema. Destacamos os enquadramentos mais genéricos, que foram divididos por tema, e relacionados com a ideia da noticiabilidade.
- Trabalhamos com as noções de paráfrase e polissemia da Análise do Discurso. Na paráfrase encontramos o retorno à memória, com diferentes formulações do discurso “do mesmo dizer sedimentado”, ou seja, trata-se de um movimento de estabilização do sentido. Já a polissemia faz o deslocamento, buscando a “ruptura de processos de significação”. (ORLANDI, 2010)
- Com a observação das tensões entre paráfrases e polissemias, passamos a observar as marcas discursivas que indicavam um outro sentido. As polissemias foram identificadas como deslizamentos, atravessamentos ou brechas com efeito de sentido.
- Na abordagem de cada tema, observamos como as questões econômicas, sociais, culturais, ambientais ou políticas foram construídas, procurando os efeitos de sentido a partir da análise discursiva.
- Na apresentação das Sequências Discursivas analisadas, fizemos destaques em negrito para as marcas discursivas mais relevantes.
- Com a análise discursiva, fizemos uma síntese de paráfrases direcionando aos sentidos mais presentes, que resultaram em um quadro resumo dos “eixos do discurso” apresentado ao final de cada subcapítulo, que serão apresentados por revista.

Quadro 2 - Títulos e Sequências Discursivas das reportagens analisadas

REVISTA	DATA	TÍTULO	SDs
<i>Veja</i>	13/06/2012	Rio+20 O que esperar do encontro que celebra o triunfo da consciência ambiental	SD1
		Rio+20 A terra que queremos	SD2 a SD6,
		Rio+20 Ciência Um dogma começa a derreter	SD7 a SD 17
	20/06/2012	Rio+20 As reais questões ambientais que afetam as pessoas aqui e agora foram esquecidas	Capa
		Verdades inconvenientes	Capa
		Quem vai pagar a conta?	SD18 a SD29
<i>Isto É</i>	13/06/2012	O que o Brasil vai levar para a Rio+20	SD30 a SD35
	20/06/2012	Rio+20 Rio, capital da Terra	SD36 a SD45
	27/06/2012	Especial/Rio+20 Está em nossas mãos Enquanto os líderes mundiais aprovam um documento de eficácia questionada, prefeitos, empresários e a sociedade civil assumem o comando das soluções para salvar o planeta	Capa Seção Sustentável
		20 entraves para o desenvolvimento sustentável	SD46 a SD47
		Quem tem o poder? O que líderes, prefeitos e empresários têm feito (ou não) pelo bem do planeta”	SD48 a SD51
		A vez do povo	SD52 a SD57
		Na base da conversa	SD58 a SD60
<i>Época</i>	18/06/2012	Rio+20 O futuro dele depende de nós O desafio de garantir riquezas e recursos para as próximas gerações	Capa
		Quanto vale o futuro	SD61 a SD78
	18/06/2012	Militantes em causa própria	SD79 a SD91
	25/06/2012	A ideologia do clima	SD92 a SD98

REVISTA	DATA	TÍTULO	SDs
<i>Carta Capital</i>	13/06/2012	Rio+20 O que esperar da Conferência das Nações Unidas	Capa
		Rio+20 Os objetivos, as discussões e as apostas da conferência	SD99 a SD115
		O legado da Rio 92	SD116 a SD126
		Nossa produção de energia está entre as mais limpas do globo. E temos muito a avançar	SD127 a SD133
	27/06/2012	Rio+20, mais caos e mais enrotação	SD134 A SD135

Importante destacar que selecionamos apenas textos de “relatos” em forma de reportagens, ou seja, foram descartados artigos e entrevistas com especialistas. Apresentamos o Quadro 2, identificando as revistas, datas de publicação, títulos e a numeração de SDs empregada nas análises que seguem neste capítulo.

4.1 VEJA: PRIORIDADE ÀS NECESSIDADES HUMANAS, DISCURSO ANTROPOCÊNTRICO

A revista *Veja*, por sua posição no mercado editorial, é efetivamente a maior defensora do *status quo* tal como ele se apresenta hoje em nossa sociedade. Desta forma, percebemos no seu enquadramento sobre meio ambiente a clara matriz de sentidos ideológicos do capitalismo. O discurso antropocêntrico é bastante claro e preponderante, como mostra o quadro das principais paráfrases encontradas no *corpus* de *Veja*.

Quadro de Paráfrases *Veja*

Rio+20/Conferências
celebração da consciência ambiental
esqueceu as pessoas do nosso tempo
é indiferente, não terá sucesso ou fracasso
é nova chance para consumidor consciente
não trará resultados para economia limpa
terá pressão pelo consumo responsável
quem financiará uma economia mais limpa?
chances de acordo sobre medidas concretas são remotíssimas
contrapõe dois blocos: países ricos de um lado, emergentes e pobres do outro
Empresários/Economia
empresas se preocupam em entregar produtos menos agressivos ao ambiente
forçadas por consumidores conscientes e exigentes
Aquecimento global
não é como apocalipse do IPCC
questionam a ação humana no aumento das temperaturas e desconfiam do armagedon
forças mais poderosas do que a ação humana influenciam o clima
falhas no cálculo das temperaturas revelam a fragilidade dos modelos
não há como negar a contribuição do ceticismo para a elucidação da questão climática

A relação entre as paráfrases e os pré-construídos são elaborados a seguir, sobre os três temas presentes na cobertura analisada (Rio+20, empresas/consumidores, aquecimento global), que se relacionam entre si. Na análise empreendida, realizamos movimentos de observação de capas e reportagens, consideramos pontos importantes na construção do discurso no Jornalismo de revistas impressas.

Na edição de 13 de junho, a chamada da capa apresenta “Rio+20: O que esperar do encontro que celebra o triunfo da consciência ambiental”. Ao apontar o triunfo da consciência ambiental, o sentido emerge apresentando-se o apelo ecológico em seu ápice, seu maior sucesso na atualidade. Questiona: por acaso o evento seria como uma festa? Haveria uma celebração dos resultados positivos na proteção ambiental? Percebemos ainda que o discurso valoriza o trabalho da própria revista na sua apresentação do acontecimento (“o que esperar”).

Na sua reportagem interna, sob título “Rio+20: A terra que queremos”, passa a analisar o evento como uma forma de modificação do entendimento sobre o tema ambiental e como a mudança necessária deve se realizar.

A reportagem é ilustrada por uma foto do planeta Terra, conforme *Figura 1*, a seguir:



Figura 1 - Reportagem de *Veja*, “A terra que queremos”

O uso desta imagem no discurso de *Veja* traz aspectos importantes. A visão da Terra nesta famosa fotografia captada do espaço foi feita exatamente no ano em que a consciência ambiental teria um grande salto, pela visibilidade da Conferência de Estocolmo (1972). Além disso, tomada como “símbolo de fragilidade”, traz o registro de um grande fenômeno natural, um ciclone, que provocou muitos estragos naquele dia. Estava colocada a questão de que a Terra é pequena em relação ao universo, é azul pelo grande volume de águas e também o homem é frágil, pois do espaço o homem é invisível e impotente (SD3: “Aquela imagem [...] foi recebida

com comoção e logo adotada pelos ecologistas (assim se dizia, então) como símbolo de nossa fragilidade”).

Porto-Gonçalves (2003) descreve o fascínio da imagem da terra aos olhos humanos. O impacto da terra vista do espaço foi, para o autor, um duro golpe na visão antropocêntrica. O globo tornou-se assim uma imagem reproduzida por todos os lados e manipulada nas escolas. A terra é redonda, azul, finita e sem fronteiras, a não ser as da natureza. A globalização “naturaliza-se”, tendo em vista que a terra está solta no espaço. Ao mesmo tempo, esta imagem sobrevaloriza o planeta e esconde os povos e suas culturas. “A terra está mais globalizada do que nunca. A natureza da globalização não poderia ter ido mais longe nos corações e mentes (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.12).

O discurso da revista salienta que as cúpulas da ONU sobre meio ambiente não conseguem grande sucesso nem estrondoso fracasso (SD4), indica uma ressalva ao campo político na efetivação de acordos e de ações práticas, que produziram resultados. Este contraponto se faz a partir do pré-construído de que governos são mais lentos que a iniciativa privada, um argumento básico do liberalismo econômico e que passa a ser um entendimento do funcionamento geral das relações políticas também.

Ao mesmo tempo em que as emissões de gases de efeito estufa aumentaram entre a Rio92 e a Rio+20, a revista aponta que houve um “progresso” considerado excelente, por parte especialmente das empresas, e um pouco dos governos. Muitas, no entanto, são apontadas como usando apenas o interesse publicitário da sustentabilidade (SD4).

SD4: Como sempre acontece em encontros dessa natureza, **não houve nenhum grande sucesso, tampouco um estrondoso fracasso.** [...] com a adesão maciça das empresas (elas, bem mais que os governos), ainda que muitas usem **o verde como selo de publicidade** e não de reais preocupações ambientais.

A SD2 é a linha de apoio ao título da reportagem “A terra que queremos” e faz uma comparação com a Rio92, considerada festiva e espetacular, anunciando seu enquadramento pelo pessimismo em relação aos resultados do evento.

SD2: A Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável dificilmente apresentará grandes sucessos ou dramáticos fracassos. Mesmo sem o espetáculo festivo da Eco 92, é uma nova chance para reforçar uma postura definitiva, a do consumidor consciente que força as empresas e governos a respeitar o ambiente.

O discurso aponta para ações individuais ou iniciativas de empresários e governos que são pressionados pelo “consumidor consciente”. Ao utilizar o termo “consumidor” ratifica o seu lugar de observação das questões ecológicas para uma postura de “mercado”, em que somente os aspectos econômicos se sobressaem. Empresas e governos são forçados a respeitar o meio ambiente, pois a questão ambiental é deslocada para as escolhas individuais. Estas escolhas são consideradas como “uma nova chance” de entender o momento ambiental.

SD6: Hoje, em comparação ao encontro de duas décadas atrás, há a **pressão do consumidor**, que já não admite comprar produtos de companhias que os fabriquem desrespeitando os limites da Terra, avessas aos cuidados de extração e produção, alheias ao controle de poluição e contaminação.

Na SD6 também surge um elemento essencial que é discutido em reportagens sobre meio ambiente, a ideia da escassez de “recursos naturais” ou de limites na extração destes recursos. O caminho, para *Veja*, é da pressão do consumidor em relação a empresas para que estas respeitem os limites, sendo “um caminho sem volta”. Coloca-se e reduz-se, desta forma, a questão ambiental a uma mera troca econômica, uma relação de consumo. Também traz o empoderamento do consumidor como ator social, um agente de mudança dentro desta visão economicista da sociedade.

Canclini (1999) discute o quanto o consumo já faz parte de marcadores sociais e culturais, muitas vezes na constituição de identidades sociais e grupos. Isso porque na sociedade capitalista, ou de consumo, o cidadão é aquele que consome. No entanto, é um tema complexo e ainda em discussão. Concordamos com Portilho (2006, p. 14) ao afirmar que as consequências das políticas de consumo para o enfrentamento dos problemas ambientais, reforçam a “[...] asserção de que as ações individuais não são necessariamente o espaço onde mudanças profundas

nos padrões de consumo devem ser esperadas, sem mudanças institucionais e de políticas públicas”.

Por outro lado, Goidanich (2014) salienta que não há interesse da grande mídia brasileira em apontar falhas de anunciantes e o trabalho discursivo então é direcionado a formar o consumidor consciente em conjunto com iniciativas empresariais, “[...] o que indica proteção da ideologia econômica dominante em nossa sociedade: o liberalismo” (Goidanich, 2014, p.14). O apelo do “mercado verde” ainda não é considerado tão eficiente, pelo menos no Brasil. Conforme Echegaray (2013), poucos consumidores são atingidos pela proposta ambiental, quando esta existe, nos produtos colocados à venda.

Pesquisa realizada pelo Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) em parceria com a Market Analysis aponta que quatro em cada 10 brasileiros desconhecem a existência de apelos ambientais, sociais, de saúde ou de respeito ao consumidor nos rótulos de produtos (43%). Outros três em cada 10 já ouviram falar uma vez ou outra sobre o assunto (30%). Ou seja, tem-se uma maioria da população brasileira que sequer fica exposta a esse tipo de comunicação (73%) (ECHEGARAY, Ideia Sustentável, 2013).

Echegaray (2013) afirma que entre os consumidores atingidos pela informação de que determinada empresa busca a sustentabilidade ou responsabilidade social, poucos confiam nesta informação. Assim, a credibilidade das empresas não é tão alta, pois muitas vezes o consumidor percebe a propaganda como uma maquiagem verde.

Schwaab indica que na busca de parâmetros de vida sustentável, o consumo adjetivado, é resultado de uma estratégia de mercado, “que mexe com uma ampla gama de significações em torno de um único sentido: a cristalização de um caráter verde às propostas da empresas, produtos e serviços” (SCHWAAB, 2010, p.207).

Isso explica também porque o termo Economia Verde se destaca tanto na Conferência quanto na cobertura do evento:

SD5: [...] O tema central, ao redor do qual tudo se movimentará: a chamada economia verde, ou **como o mundo capitalista fará para crescer**, em meio a uma **crise econômica global**, sem engolir de vez os recursos da natureza a ponto de matá-los, deixando **a conta** pendurada para as **futuras gerações**.

Atentos à SD5, podemos pensar o sentido da Economia Verde que é descrita sumariamente em “como o mundo capitalista fará para crescer”, destinando-se a fechar a questão em torno de que não há outras alternativas, a não ser o capitalismo, e não há outra rota, a não ser a do crescimento. Ou seja, trata-se do funcionamento da paráfrase em relação ao uso dos recursos naturais com objetivo principal de crescimento.

A Economia Verde é saudada como uma forma de crescimento do mundo capitalista, em meio à crise econômica, porém sem “engolir” os recursos naturais, “a ponto de matá-los”. Ou seja, é como se alguém tivesse o objetivo de sufocar outro, porém sem sufocá-lo totalmente, para não lhe tirar a vida. A SD5 emprega uma linguagem econômica que se repete em vários momentos durante a cobertura sobre a Rio+20, a Economia Verde e outros temas ambientais. “A conta” para as futuras gerações. Pode ser no sentido metafórico ou econômico estrito, pois já é sabido o quanto a crise climática global irá custar para que as populações consigam sobreviver.

O enquadramento econômico de *Veja* está largamente ancorado numa Formação Discursiva Instrumentalista, pois o discurso é trazido sempre para o campo do uso dos recursos naturais a serviço de um crescimento econômico, em que o mercado é um grande ator no processo, mais que os próprios governantes, e pautado pela consciência de cada consumidor em exigir produtos de uma matriz “limpa”, dentro da lógica da Economia Verde.

Ainda em 13 de junho, *Veja* apresenta a reportagem “Rio+20 Ciência: Um dogma começa a derreter” (*Figura 2*) com ênfase nas declarações do ambientalista inglês James Lovelock, um dos pioneiros no alerta do aquecimento global que disse ter sido alarmista em suas declarações anteriores sobre a mudança do clima. (SD9)



Figura 2 – Reportagem de Veja, “Um dogma começa a derreter”

Veja ao dizer que “o dogma” do aquecimento derrete, faz alusão à memória do próprio alarme sobre o derretimento das geleiras, imagem recorrente para o tema do aquecimento global. Neste enunciado, o que estaria derretendo é justamente a tese de que o aquecimento global é culpa do homem, segundo as sequências de título e subtítulo da reportagem (SD7 e SD8):

SD7: Rio+20 Ciência: Um dogma começa a derreter

SD8: Defensores da tese de que o aquecimento global é culpa do homem e resultará na destruição do planeta ainda neste século mudam de opinião e engrossam o grupo dos céticos sobre as previsões apocalípticas do painel climático da ONU

O enquadramento reforça que as visões do IPCC, o painel climático da ONU, estariam equivocadas. *Veja* trabalha então o princípio da desconstrução das ideias científicas do IPCC, que dão base ao conhecimento e divulgação dos padrões de consumo que afetam o planeta, conforme o trecho destacado na SD9:

SD9: Foi como se toda a cobertura do Ártico, o equivalente a quase o dobro da área do Brasil, desabasse, derretida, sobre a tese de que o homem é o grande vilão do aquecimento global.

Adjetivos fortes para deslocar a ideia do aquecimento global relacionada às ações humanas apontam que o homem não é “o grande vilão” e colocam, desta forma, o tema numa dimensão narrativa análoga à uma guerra entre o bem o mal. Com o uso de palavras do “ambientalista” James Lovelock³⁵, que se retrata e se coloca como um tolo, afirmando que tanto homens quanto árvores são responsáveis pelo aquecimento (SD9), *Veja* induz ao descrédito de outros cientistas, especialmente integrantes do IPCC, que indicam a ação humana como fundamental na aceleração do processo de aquecimento global em curso.

SD10: Nem o Climagate, o escândalo sobre a manipulação de dados nos relatórios do IPCC, o painel climático da ONU, foi um golpe tão duro para os defensores da ideia de que a humanidade vive uma emergência planetária iminente, resultado da emissão excessiva de CO2 na atmosfera, quanto as palavras de Lovelock.

Na desconstrução do papel antropocêntrico da questão climática, está o uso das características da fonte que lhe conferem autoridade, como ser considerado um “herói do meio ambiente”, eleito pela revista *Times*. Assim, ele é comparado a Al Gore (Nobel da Paz em 2007) enquanto suas opiniões anteriores são destacadas por serem “previsões aterrorizantes sobre o futuro do planeta” (SD11).

SD11: [...] Lovelock é um decano do ativismo ambiental moderno. Eleito um dos heróis do meio ambiente pela revista *Time*, em 2007, ele se tornou, ao lado do ex-vice-presidente americano Al Gore, um dos mais inflamados profetas do fim dos tempos na década passada. Até mudar de ideia, Lovelock reverberava previsões aterrorizantes sobre o futuro do planeta. Em

35 Lovelock é considerado uma fonte renomada por duas principais razões: pela criação de um aparelho que ajudou a detectar o crescente buraco na camada de ozônio, na década de 1970 e que impulsionou o movimento ambientalista e, também, pela Hipótese Gaia, que propõe ser o planeta Terra um organismo vivo.

uma delas, ele afirmava que **80% da população mundial seria dizimada por catástrofes até 2100**. Os 20% restantes viveriam no Ártico, com pouca água e comida.

A revista indica que o senso comum atrela o fim do mundo ao aquecimento, como mostrado num evento na Rio+20, dito como uma espécie de um “parque de diversões ao avesso” (SD12). Para a revista, porém, apesar do sucesso do evento, a realidade é “menos tristemente espetacular”, ou seja, o evento estaria ampliando as situações de eventos extremos. *Veja* afirma isso já indicando o apoio aos cientistas chamados “céticos”, que são retomados como fontes na reportagem.

Veja cita outro cientista, ganhador de Nobel na área da Física que fala sobre a tese do aquecimento global como sendo “uma religião” (SD13). Aqui estabelece uma contradição entre ciência e religião, onde o sentido é de que a religião teria menos a contribuir do que a Ciência. Dito isso, pode-se compreender o direcionamento ao papel dos cientistas do IPCC, que formariam uma espécie de seita religiosa, sendo o tema do aquecimento uma questão de fé. Sobressai o sentido da palavra “dogma”, utilizada no título, em direção a crenças religiosas.

De outro lado, apresenta o grupo de questionadores do papel da ação humana na crise climática como “céticos do aquecimento”, embora partilhem da convicção de que o planeta está mais quente, indicam outras causas para além da ação humana (SD13).

SD13: Lovelock não foi o único cientista de renome a protagonizar uma mudança de prumo recentemente. Em setembro do ano passado, o físico norueguês Ivar Giaever, laureado com o Nobel em sua área, em 1973, deixou a Sociedade Americana de Física (APS) por discordar da postura da instituição em relação ao tema. Disse Giaever, na ocasião: “[...] **Esse assunto está se tornando uma religião. Sou um descrente**”. Com a declaração, Giaever passou a fazer parte de **um grupo de estudiosos, agora engrossado por Lovelock, que questionam a ação humana no aumento das temperaturas e desconfiam do armagedon. São os céticos do aquecimento. [...] A divergência recai sobre as causas da oscilação.**

O argumento dos chamados céticos é apontado pela publicação a partir da prova de que o planeta já passou por quatro outros períodos de aquecimento, antes

da revolução industrial. As “forças mais poderosas” indicadas por outro cientista, desta vez brasileiro, são associadas a uma ideia de “presunção” na associação das atividades humanas em relação ao aquecimento. Ou seja, o sentido é de que os humanos não teriam influência maior quanto a outras atividades, tais como a radiação solar e a oscilação na temperatura dos oceanos (SD14).

SD14: Para os céticos, as **alterações não se devem à queima excessiva de carvão e petróleo, mas a um ciclo natural de aquecimento e resfriamento da Terra**. O planeta teria passado por pelo menos quatro outros períodos de aquecimento semelhantes nos últimos 650000 anos, muito antes da Revolução Industrial, no século XIX. **“Forças mais poderosas do que a ação humana influenciam o clima, como a radiação solar e a oscilação na temperatura dos oceanos”**, diz o geógrafo Gustavo Baptista, do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília. “É presunção achar que os homens têm mais influência no clima do que as atividades que moveram placas tectônicas”.

A questão dos modelos de simulação e o vazamento de e-mails entre cientistas do IPCC, caso amplamente midiaticizado como *Climagate*, é trazida para enfatizar que há falhas e contradições, desde o primeiro relatório do IPCC que era contestado em 1990. Nesta SD15, o discurso desacredita o IPCC e ironiza o “fim do mundo”.

SD15: [...] Erros nos relatórios, previsões não concretizadas e a revelação de fraudes em pesquisas fomentaram o aumento no grupo de negadores. **O fato que mais abalou a hipótese do fim do mundo do IPCC**, afirma a turma do contra, foi a estabilização das temperaturas nos últimos dez anos, o que contraria todos os relatórios do grupo. No vazamento de e-mails do Climagate, em 2009, o cientista do IPCC Kevin Trenberth mostrou-se aflito. Escreveu Trenberth: “Não podemos explicar a falta de aquecimento no momento. Isso é uma farsa que não podemos manter”.

A revista afirma que os dois lados têm evidências, do lado do IPCC, o grande número de cientistas que analisam o maior conjunto de informações disponíveis,

enquanto que os chamados céticos usam registros geológicos que mostram alterações semelhantes há centenas de milhares de anos.

SD16: É difícil dizer quem está certo, os céticos ou os radicais — no impasse do aquecimento global. **Ambos os lados dispõem de evidências para justificar suas teses. Os relatórios do IPCC são elaborados por 3000 cientistas** de diversos países e constituem o maior conjunto de informações disponíveis sobre os fenômenos do clima. **Os céticos se baseiam em registros geológicos e paleontológicos** que mostram a ocorrência de alterações semelhantes no clima há centenas de milhares de anos.

O sentido é então de que ambos os lados podem ter “razão”, deixando a questão do aquecimento como se fosse discutível, mesmo que o que se discuta seja apenas em que medida a atividade humana é determinante.

SD17: [...] **É possível que todas as ponderações dos céticos** — e dos cientistas que reviram suas posições a respeito do aquecimento global recentemente — **se mostrem equivocadas com o passar dos anos. Não existem certezas absolutas na ciência.** No entanto, não há como negar a contribuição do ceticismo para a elucidação da questão climática. Como disse o biólogo inglês Thomas Huxley, um dos pais do pensamento científico moderno, o ceticismo é um dos maiores deveres. A fé cega é um pecado imperdoável.

Nesta SD17 há uma inferência de que são os céticos que fazem avançar o conhecimento sobre a questão climática, pois “o ceticismo é um dos maiores deveres. A fé cega é um pecado imperdoável”. Por isso a nomeação dos “negacionistas” como céticos é também ideológica, pois se aproxima daquilo que a ciência realmente prega, trazendo, portanto uma vantagem discursiva ao grupo que nega a contribuição radical da humanidade para a mudança climática. Por exemplo, caso os céticos fossem nomeados “negacionistas” estariam em pé de igualdade com os cientistas do IPCC, que são eventualmente nomeados como “aquecimentistas”. Embora “aquecimentistas” também tenha sentido de que os cientistas estariam “aquecendo” a Terra, pelo fato de mostrarem o aquecimento e a sua relação com as atividades humanas, o que certamente não é o caso.

Na semana da realização da Rio+20, a revista *Veja* dedicou a capa ao evento e apresentou as suas verdades convenientes. A edição número 2274 foi publicada em 20 de junho (Figura 3). Consideramos o conjunto do enunciado composto pela imagem de ilustração e a frase “Rio+20: As reais questões ambientais que afetam as pessoas aqui e agora foram esquecidas”, juntando-se à manchete “Verdades inconvenientes”.



Figura 3 - Capa *Veja* Rio+20

Em primeiro lugar, vamos destacar o uso da imagem do urso panda, que é duplamente paradoxal para o leitor: primeiro, porque foge à normalidade da revista que é destacar a figura humana nas suas capas. Segundo, porque o próprio animal retratado que, embora sendo um dos maiores mamíferos do mundo, é considerado muito frágil³⁶ por conta de seu difícil sistema de reprodução e sobrevivência dos filhotes, por isso está entre os mais ameaçados de extinção do planeta.

36 “Ao contrário da maioria dos ursos, o urso panda não hiberna, ele passa o verão nos altos platôs do Tibete oriental. Mesmo possuindo um sistema digestivo preparado para o consumo de carne, alimenta-se quase que exclusivamente de folhas tenras e brotos de bambu que leva à boca com as patas dianteiras. Consome de 12 a 14 kg de planta, gastando em média, 14 horas seguidas, sentado, alimentando-se. Sua altura média é de 1,5 metro. Solitário, abriga-se em ocos de árvores ou fendas

Ainda em relação à imagem, percebemos que a revista aciona a memória da preservação ambiental, pois o urso panda é símbolo de várias campanhas de proteção animal, sendo, inclusive, o elemento principal na logomarca (Figura 4) de uma das mais divulgadas Organizações Não-Governamentais, a WWF (*World Wide Fund for Nature*, Fundo Mundial para a Natureza).



Figura 4 - Urso panda na logomarca da WWF

Percebemos, porém, que o sentido da proteção animal passa a ser contraposto neste enunciado, pelo acionamento de uma memória discursiva que busca questionar o que estaria sendo colocado como evidente (a proteção dos animais). Isso ocorre pela ilustração dos ursos pandas em gestuais semelhantes aos da imagem dos “três macacos sábios”³⁷ (Figura 5), largamente utilizada em vários contextos,

de rochas, reunindo-se em grupos ocasionalmente ou no período de fertilidade das fêmeas. O período fértil das fêmeas é anual com uma duração de três dias. Os filhotes, que são por regra dois, estão sujeitos a acidentes fatais: ao nascerem são frágeis, medem somente 10 centímetros e pesam menos de 100 gramas Até a mãe pode esmagá-los com excesso de carinho ou sentando acidentalmente em cima deles”. Disponível em: <<http://www.ecologiaonline.com/urso-panda-gigante-nome-cientifico-aituropada-mehandeuca/>> Acesso em 10/07/2013

37 “Os Três Macacos Sábios ilustram a porta do Estábulo Sagrado, um templo do século XVII localizado no Santuário Toshogu, na cidade de Nikko, Japão. Sua origem é baseada em um trocadilho japonês. Seus nomes são mizaru (o que cobre os olhos), kikazaru (o que tapa os ouvidos) e iwazaru (o que tapa a boca), que é traduzido como não ouça o mal, não fale o mal e não

reconhecidamente quando o sentido está relacionado a algo que não é visto, não é ouvido, não é falado, de forma proposital ou, não. Assim, identificamos no uso corrente desta imagem a ideia da alienação, de algo que não está esclarecido (ou evidenciado) para todos.



Figura 5 - uma das inúmeras representações dos “três macacos sábios”

Esta memória discursiva é, portanto, acionada em relação às “verdades inconvenientes” que a revista ilustra e afirma ser portadora nesta edição. A revista se coloca, portanto, no lugar de enunciação em que outros devem ouvir e ver o que ela vê e, além disso, aquilo que apenas ela, deste lugar, pode dizer. Desta maneira, pode-se visualizar que a relação imaginária entre os locutores, base da prática discursiva para a AD, está em pleno funcionamento.

Substituir os macacos pelos ursos opera ainda um deslizamento de sentido que, em nossa leitura, parece apontar para o enunciado da manchete: “Rio+20: As reais questões ambientais que afetam as pessoas aqui e agora foram esquecidas” juntando-se as imagens com este enunciado, o sentido produzido é de que a revista aponta um erro ou equívoco de entendimento sobre o que “realmente” é necessário ser feito em relação ao tema ambiental, desconstruindo a ideia de proteção aos animais e colocando as pessoas como seres “esquecidos”. Neste movimento de

veja o mal. A palavra saru, em japonês, significa macaco e tem o mesmo som da terminação verbal zaru, que está ligado à negação”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tr%C3%AAAs_Macacos_%C3%A1bios> Acesso em 10/07/2013.

sentido, é preciso sublinhar que há alinhamento a uma FD que entende o homem separado da natureza e, ainda além, de uma natureza a serviço do homem.

Desta posição-sujeito, a revista *Veja* realiza o enquadramento discursivo da questão ambiental, com o efeito de sentido de que as “verdades inconvenientes” de sua capa devem estar relacionadas às preocupações e necessidades humanas. Por mais que os “protetores dos animais” não entendam (não vejam, não falem ou escutem), são as pessoas do “aqui e agora” que devem ser lembradas. Trata-se, em última análise, de reforço ao discurso instrumentalista (antropocêntrico) e uma identificação com a forma-sujeito desta mesma FD instrumentalista (subjacente está a ideia de natureza como recurso).

Ao utilizar a expressão “aqui e agora” aponta-se o sentido de que há algo que parece estar “presente na realidade”, porém encoberto por algum outro discurso. E assim podemos entender a relação de conflito estabelecida com outra FD, a preservacionista (biocêntrica) que sustenta a valorização da natureza sem sua transformação em recurso, ou seja, a natureza tendo valor em si mesma (subjacente está a ideia de “natureza intocada”).

Por fim, mais um ponto de confronto entre a FD Instrumentalista e a FD Preservacionista, sua oposta, é trazido pelo discurso de *Veja*, a partir do interdiscurso sobre o que se entende por uma “verdade inconveniente”. A FD preservacionista produz o sentido de que a verdade é perceber o papel destrutivo das ações do homem sobre o planeta e alerta para suas consequências³⁸. Mas, o efeito de sentido do conjunto do enunciado da revista é contrário, pois ao afirmar as “suas verdades inconvenientes”, reafirma que “verdadeiras” verdades foram esquecidas. Utiliza-se o acesso ao interdiscurso da alienação dos macacos que, originariamente, seriam sábios, mas que a construção do sentido é situada no espaço da ignorância. Com este enquadramento discursivo, reforça mais seu lugar discursivo, trazendo ainda o sentido de que ela, a revista, restituirá a verdade sobre o que outros calam.

Nesta edição especial, *Veja* traz ainda uma reportagem *Quem vai pagar a conta?* Pressão da sociedade pela economia mais limpa (SD18, SD19). Diante desta incerteza em relação à economia, a revista indica que a sociedade já definiu um

38 No ano de 2006, com grande apelo de divulgação, o ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, lançou um filme que tratava sobre o tema ambiental e a emergência da mudança climática, intitulado “Uma Verdade Inconveniente: o que devemos fazer (e saber) sobre o aquecimento global” (direção de Davis Guggenheim).

caminho, que se encerra na expressão “consumo responsável”. Porém, como discutimos anteriormente, o consumo ainda é parte do problema, mesmo que seja rotulado de responsável ou sustentável. Além disso, o discurso do consumo como resolução do problema acaba sendo um aspecto simplificador da crise climática, pois há muito mais a investir e a modificar na cultura, na política e na economia.

SD18: Quem vai pagar a conta?

SD19: As autoridades na Conferência sobre desenvolvimento Sustentável talvez não consigam decidir em uma semana **quem financiará uma economia mais limpa**, mas a boa-nova é que a **pressão da sociedade pelo consumo responsável** é um caminho sem volta...

Em outro trecho temos a aparência e, não a essência, como destaque, pois é o trânsito congestionado o que chama a atenção: “Bandeiras internacionais hasteadas, tendas armadas em parques públicos, exposições por toda a cidade, **comitivas estrangeiras emperrando o trânsito** — assim é, neste momento, o Rio de Janeiro, **engalanado e congestionado [...]**”(SD20).

Segue indicando os objetivos do evento, “[...] estão na cidade para discutir como **conciliar desenvolvimento, qualidade de vida e preservação do ambiente**”, **mas a seguir faz uma desconstrução de expectativa em relação às possibilidades de acordo durante a conferência. “As chances de acordo sobre medidas concretas são remotíssimas. O mais provável é que concordem em continuar discutindo [...] o que já é muito bom”** (SD21).

O conflito é a tônica do discurso, em que a oposição de ricos e pobres se encontra baseada em duas questões fundamentais que se relacionam: a mudança de modelo econômico e o pagamento desta conta.

SD22: Resumidamente, a Rio+20, como todas as reuniões de peso sobre meio ambiente antes dela (a Eco 92, por exemplo), **contrapõe dois blocos — países ricos de um lado, emergentes e pobres do outro — com visões opostas sobre as duas questões básicas do desenvolvimento sustentável: 1) como adaptar o modelo econômico para acomodar os princípios da sustentabilidade; e, mais sensível ainda 2) quem vai pagar a bilionária conta da mudança.**

O discurso traz a contradição em que tanto pobres quanto ricos não são totalmente satisfeitos. O sentido de que não há um ponto de diálogo, em que seja possível avançar. A conta da mudança é “milionária”. Os ricos são apresentados como arredios à mudança especialmente pelo seu custo (SD23). O descrédito é novamente trazido com “vaguíssima recomendação” de investimentos dos países ricos, “vindos não se sabe de onde”.

SD23: [...] E mais contundente que **a vaguíssima recomendação de investir 100 bilhões de dólares por ano, vindos não se sabe bem de onde, citada para se “ter em mente” no documento final da conferência de Copenhague, em 2009.** Seja com 30 bilhões, seja com 100 bilhões, falta, para que o projeto vire realidade, combinar com os países ricos que, justamente nesta Rio+20, estão menos ricos e mais **arredios ainda à ideia de arcar com o grosso do custo da mudança** para um desenvolvimento mais sustentável.

As contradições da economia verde são trazidas como uma ideia que não agrada economistas nem ecologistas. O uso do termo “camisa de força” traz o sentido de uma falta de liberdade à economia. Para os ecologistas, a sobrevivência do planeta fica mercantilizado pela economia (SD24).

SD24: Para as empresas, a obrigação de considerar, além da saúde financeira, seu impacto social e ambiental é uma **camisa de força** que pode enfraquecê-las — embora elas saibam ser esse um **caminho inescapável**. Para os ambientalistas, submeter a sustentabilidade à necessidade de lucro das empresas é **mercantilizar uma questão de sobrevivência do planeta**.

A economia verde é condicionada pela geração de riqueza com “menor depreciação”. Ou seja, o impacto social e ambiental é apenas uma variável, sensivelmente abaixo das variáveis da geração de lucro (SD25).

SD25: Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) [...] aponta dez temas-chave a ser enfrentados para que se faça a transição para o desenvolvimento sustentável. Calcula-se que essa **transição custaria, anualmente, 2% de toda a riqueza produzida no mundo**; E não bastaria. “É preciso elevar a produtividade a novos patamares, de

modo a gerar mais riqueza **depredando menos o ambiente**” diz o economista americano e prêmio Nobel Thomas Heller. “Só assim é possível olhar para a economia e o verde simultaneamente”.

A marca discursiva mais forte da SD26 é a definição das propostas como “tábua de salvação para que a Rio+20 não naufrague em discursos vazios”. A criação de Metas do Desenvolvimento Sustentável (MDS), de um indicador de riqueza inclusiva (TRT) e de uma agência mais forte, desvinculada da ONU. O que sobressai é que estas tentativas ainda são preocupações, pois são difíceis de serem tomadas e acertadas por todos os governos. Por isso, a ideia de que o planeta vai sobreviver (SD26).

SD26: Três propostas encaminhadas nas reuniões preparatórias que ocorreram ao longo dos últimos dois anos na sede da ONU, em Nova York, podem ser a tábua de salvação para que a Rio+20 não **naufrague em discursos vazios**. São sugestões novas, com alguma chance de, mais para a frente, se viabilizarem. [...] “Quando falamos em destruição do planeta, usamos o termo errado. O planeta encontrará meios de se recuperar, a longo prazo, como sempre fez. O problema está no futuro que nós, humanos, teremos se não agirmos logo” diz o economista Sérgio Besserman, chefe da comissão carioca na Rio+20.

O consumo consciente é trazido como a grande mudança em relação à consciência ambiental. A revista traz que muitas questões ambientais não foram resolvidas, mas que as pessoas exigem mais do poder público (SD27).

SD27: Felizmente para a saúde planetária, outros protagonistas vêm fazendo o dever de casa. No mundo todo, **empresas se preocupam em entregar produtos menos agressivos ao ambiente, forçadas por consumidores conscientes e exigentes**. Temas do cotidiano que tinham sido subtraídos das grandes plenárias como a imundície dos rios que atravessam as metrópoles, a sujeira nos oceanos, a pesca predatória e o descabro com o lixo urbano não sumiram de vez das discussões porque a sociedade se movimentou. **Exige cada vez mais e, por exigir, atrai também o poder público**.

O mérito da Rio92 quando “apenas ratificou o acordo de redução dos gases que provocavam o problema do buraco na camada de ozônio” foi o despertar deste ciclo virtuoso (SD28).

SD28: O despertar desse ciclo virtuoso talvez tenha sido o grande mérito da **Eco 92, que de concreto, num plano mais global, apenas ratificou o acordo de redução dos gases que provocavam o problema do buraco na camada de ozônio, hoje definitivamente resolvido.**

O sucesso da Rio92 é contraposto à expectativa de fracasso da Rio+20. Mas traz um deslizamento de que as discussões e pressões pela sustentabilidade continuarão e por isso irá se impor “indelevelmente, nas decisões sobre o futuro do planeta” (SD29).

SD29: Agora, da Rio+20, com os grupos políticos antagônicos muito bem definidos **difícilmente despontarão grandes avanços.** Mas de discussão em discussão, de esclarecimento em esclarecimento, de pressão em pressão, a sustentabilidade caminha para se impor, **indelevelmente, nas decisões sobre o futuro do planeta.**

O futuro do planeta que, como sabemos, é em verdade o debate sobre o futuro da humanidade, diante da crise ambiental sem precedentes. Porém, o enquadramento discursivo de *Veja* pode ser resumido da seguinte forma: prioridade às necessidades humanas, somos e podemos utilizar a natureza da forma mais conveniente, com produtos “verdes” para o consumo de todos.

Quadro 3 – Eixos do Discurso *Veja*

Rio+20	Empresários/Economia	Aquecimento global
Esqueceu as pessoas do nosso tempo	Empresas se preocupam em entregar produtos menos agressivos ao ambiente	Não é como apocalipse do IPCC
Não terá resultados para economia limpa	Forçadas por consumidores conscientes e exigentes Pressão do consumo sustentável	Questionam a ação humana no aumento das temperaturas Forças mais poderosas do que a ação humana influenciam o clima
Quem financiará uma economia mais limpa	Como o mundo capitalista fará para crescer	Não há como negar a contribuição do ceticismo para a elucidação da questão climática
Países ricos de um lado, emergentes e pobres do outro		
Descrédito à política	Crédito à ação individual e de mercado	Descrédito à ciência

Observando o *Quadro 3*, identificamos a FD predominante como Instrumentalista, com o interdiscurso ecotecnocrático (conforme sistematização de CAPO-RAL & COSTABEBER, 2000).

4.2 ISTO É: A QUEM VAMOS SALVAR?

O quadro de paráfrases foi organizado em torno de três temas principais do enquadramento da revista *Isto É*. O primeiro grupo trata de referências aos objetivos e às expectativas da Rio+20, para os quais o discurso aponta tanto as potencialidades quanto a descrença em documentos e lideranças mundiais. No segundo tópico, estão as paráfrases que demonstram a construção de “lideranças” emergentes, especialmente empresários e prefeitos. No terceiro grupo, estão as referências às “ações ambientais do governo” especificamente sobre o programa Bolsa Verde, como um esforço do governo federal de mostrar ao mundo, como anfitrião do evento, a necessidade de ampliar o conceito de desenvolvimento sustentável a partir de ações de inclusão social.

Quadro de Paráfrases *Isto É*

Desafios da Rio+20
o desafio é encontrar propostas conjuntas
preservação ambiental a partir da inclusão social
líderes delineiam futuro do planeta
compromissos para que a economia global continue crescendo
garantia que futuras gerações tenham um planeta para explorar
expectativas, ambições e responsabilidades estão bem maiores
erradicação da pobreza
produção de formas de energia mais limpas
preservação das florestas e oceanos
quem pagará a conta
consenso de que o desenvolvimento sustentável e o único caminho
sacramentar documentos de cooperação mútua — que ninguém sabe se serão cumpridos
A Rio+20 não poderia ter ocorrido num momento mais difícil
os países tendem a relegar a questão ambiental a um segundo plano
Lideranças
liderados, os cidadãos comuns, os empresários e governantes locais, agora são seguidos por quem deveria liderar
projetos da iniciativa privada
companhias que reduzem suas contribuições para a poluição do ar
prefeitos que, organizados em rede
Pequenas ações, resultados enormes
Algumas empresas revêem suas estratégias para tornar possível a própria sobrevivência
Sem destruir a floresta, fornecem matéria-prima para as fábricas
Envolvem sua cadeia de colaboradores para tentar reduzir e compensar as emissões de gases do efeito estufa
Empreendedores pioneiros na produção de energia solar e eólica
empresas assumem os serviços que deveriam ser prestados pelo poder público
Ações ambientais do governo
Bolsa verde garante sobrevivência sem degradação; se comprometem a preservar a área em que vivem
produção de consumo local
experiências da iniciativa privada

preserva nascentes
evita a migração de pequenos produtores
cooperativismo é decisivo

As ações de governo são o destaque na reportagem “O que o Brasil vai levar para a Rio+20” (publicada em 13 de junho, a uma semana do início da Rio+20).

SD30: País irá apresentar ao mundo propostas que assegurem a preservação ambiental a partir da inclusão social. Carro-chefe será o Bolsa Verde

SD31: Há 20 anos, representantes de 170 países se reuniram no Rio de Janeiro para discutir o futuro do planeta. Na próxima semana, **embora sem a presença de líderes** como Barack Obama e Angela Merkel, o Brasil voltará a receber cerca de 100 chefes de Estado para tratar do tema. **A pauta continua a mesma:** promover o chamado desenvolvimento sustentável, unindo crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental. **O desafio do evento é encontrar propostas conjuntas que possam evitar que daqui a outros 20 anos se continue com a mesma agenda.** Desta vez, **ao invés de apresentar ambiciosas metas de redução na emissão de poluentes ou de proteção de florestas por decreto**, segundo documento obtido por *ISTOÉ*, o Brasil irá priorizar a exposição de propostas que assegurem **a preservação ambiental a partir da inclusão social**. O objetivo, de acordo com técnicos do governo que trabalham na finalização dos estudos, é mostrar ao mundo que é possível enfrentar os problemas do meio ambiente com o mesmo conceito colocado em prática nos últimos nove anos para superar os problemas econômicos. O texto ainda está em fase de conclusão no Ministério do Desenvolvimento Social.

Na SD31, o enquadramento trata a Rio+20 com descrédito pela falta de líderes políticos das grandes potências, em especial da Alemanha e dos EUA. A ideia de ser uma “pauta repetida” faz alusão ao próprio conceito de desenvolvimento sustentável, que surgiu com força em 1972 e na Rio92 e agora, novamente, reaparece na Rio+20. O tom do discurso é de descrença. Além disso, coloca-se sobre as ações do governo brasileiro o sentido de não serem ambiciosas, explicitando que partem do conceito de inclusão social combinada com a preservação, em especial pela apresentação do Bolsa Verde.

O Brasil é colocado como uma liderança nas questões ambientais, pois pretende que a prática do Bolsa Verde seja replicada em outros países em desenvolvimento. O Bolsa Verde é pago para famílias que vivem em reservas extrativistas e as fontes ouvidas pela revista afirmam que os incentivos financeiros são a principal forma de preservação ambiental, pois as famílias só recebem quando preservam a área em que vivem (SD32).

SD32: No Bolsa Família, que ajudou o Brasil a enfrentar a crise econômica criando novos consumidores, os beneficiários devem manter as crianças nas escolas para ter acesso aos recursos. No Bolsa Verde, as famílias **precisam preservar a área em que vivem para fazer jus ao benefício** [...]

SD33: Elas recebem R\$ 300 a cada três meses e se comprometem a preservar o meio ambiente nas áreas em que vivem. **Antes, precisavam recorrer ao extrativismo predatório para garantir a sobrevivência.**

O paralelo com o Bolsa Família também reforça a ideia de que as questões ambientais e a pobreza são fatos a serem enfrentados pelos governos de forma conjunta. No mesmo sentido, outras ações de incentivo à produção e ao consumo local são destacados como formas de diminuir os problemas ambientais. Antes do Bolsa Verde, as famílias faziam o “extrativismo predatório para sobreviver” (SD33). Cooperativismo e consumo local são alternativas traçadas conforme SD34.

SD34: Na mesma linha de defesa da preservação ambiental a partir da inclusão, a representação brasileira vai procurar fazer com que governos, principalmente da África e da Ásia, **se comprometam a apoiar projetos de cooperativismo em áreas de produção agrícola familiar.** O projeto prevê a criação de uma rede que vai da **produção ao consumo local**, visando assegurar mercado para quem produz e produtos de qualidade para quem consome. [...] De acordo com os responsáveis pela gestão do projeto, trata-se de uma ação que, se multiplicada em escala global, poderá **preservar nascentes de rios nos diversos continentes**, contribuindo para fazer frente à carência da água, uma das principais ameaças às novas gerações.

Exemplos de iniciativas privadas com apoio governamental são consideradas importantes para proteger a água do uso dos agrotóxicos. Ou, ainda, para evitar a migração de pequenos agricultores (SD35):

SD35: A Ecocitrus trabalha com frutas utilizando adubo orgânico. Assim, não polui os rios da região e ajuda a preservar as nascentes, normalmente afetadas pelo **uso irresponsável de agrotóxicos**.

A iniciativa do governo e de algumas cooperativas pode ser considerada uma nova forma de atuação frente à crise ambiental. Nesta reportagem, o enquadramento indica o potencial de políticas públicas, a partir de incentivos econômicos, para famílias “carentes” que do contrário “depredariam” a natureza. Reforça o papel das comunidades e de empresários, porém encobre que os maiores poluidores ou destruidores da natureza não estão entre as comunidades tradicionais, mas sim entre grandes latifúndios e empresas, algumas internacionais, que não fazem cerimônia na depredação do patrimônio natural do Brasil.

Além disso, o vazio na crítica e problematização dos investimentos governamentais expõem de fato uma espécie de acordo. A matéria deixa o silêncio falar, pois ao não problematizar, concorda com o governo brasileiro que propõe uma Bolsa Verde, mas pouco faz para evitar que os latifúndios destruam a natureza. Quando não é o próprio governo a destruir a natureza, por meio de obras para construção de hidrelétricas ou para autorizar empresas a fazerem mineração.

Na edição de 20 de junho, na Seção Sustentável, intitulada: “Rio+20/ Rio, capital da Terra” reforça o argumento econômico como ponto central dos debates na conferência. A versão da *IstoÉ* também é colocada pelo conflito de interesses entre países ricos e emergentes (SD36).

SD36: Duas décadas depois da Eco-92, cidade recebe líderes mundiais para delinear o futuro do planeta; **debates começam com confronto entre emergentes que querem fundos e ricos que evitam colocar a mão no bolso**

O ideário do Desenvolvimento Sustentável é exposto ao máximo no trecho “garantindo que as gerações futuras também tenham um planeta para explorar” (SD37).

SD37: Até a sexta-feira 22, o Riocentro está sob o domínio da Organização das Nações Unidas, responsável pela Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. É nesta “nação verde” que representantes de quase todos os países membros da ONU **tentarão firmar compromissos para que a economia global** continue crescendo, mas **garantindo que as gerações futuras também tenham um planeta para explorar**.

Chama a atenção também na SD37 é que a economia global e o paradigma do crescimento contínuo e infalível é colocado como único caminho viável pela sociedade. Trata-se de um enquadramento pronto, sem constar os questionamentos que se fazem ao “desenvolvimento sustentável”, ou a outras formas de organização social. A visão predominante é de exploração da natureza de forma contínua.

Na comparação com a Rio92, a revista lembra que o debate tem maior peso, em função dos desafios colocados atualmente. No entanto, aponta um descrédito de que técnicos e diplomatas reunidos na Rio+20 cheguem a compromissos sérios (SD38 e SD39).

SD38: E justamente pensando nelas [*gerações futuras*] que o principal — e mais aquecido — debate é intitulado “O futuro que queremos”. Técnicos e diplomatas quebram a cabeça e discutem a formulação de um documento que **pode ser abençoado ou repudiado pelos líderes e autoridades mundiais** que começam a chegar a capital na terra 19. Se fosse apenas um protocolo de intenções, seria mais fácil. Mas, passadas duas décadas desde a Eco 92, **as expectativas, ambições e responsabilidades estão bem maiores**. O tamanho do desafio também. No melhor dos mundos, o evento vai **amarrar compromissos** em questões como a erradicação da pobreza, produção de formas de energia mais limpas, preservação das florestas e oceanos e, principalmente, quem pagará a conta dos itens anteriores. **Tarefa nada fácil**.

SD39: **Para assinar — ou não — o documento**, são esperados 154 chefes de Estado ou de governo ou seus respectivos vices, segundo expectativa da ONU.

A favor da conciliação, está colocado o “desenvolvimento sustentável” como “único caminho para evitar um colapso futuro da produção mundial”. Assim, na SD40 temos um resumo do enquadramento desta reportagem apontando a falta

de opções e principalmente a falta de acordo em relação aos custos do “capitalismo mais consciente”.

SD40: Pelo menos, os formuladores do documento partem do consenso de que o **desenvolvimento sustentável e o único caminho para evitar um colapso futuro da produção mundial**. Mas, na hora em que e perguntado quem vai arcar com os investimentos iniciais desse **capitalismo mais consciente**, ninguém levanta a mão no pavilhão 4 do Riocentro. O bloco G77 — que reúne 130 países emergentes, entre os quais o Brasil — quer a criação de um fundo de US\$ 30 bilhões para projetos na área. **Nenhum país rico se predispôs a assinar essa fatura**. Há divergências menos re-luzentes, mas que dão uma ideia da **dificuldade de afinar o discurso** que levará ao documento final.

Neste enquadramento, a preocupação principal é com a “produção” e com o sucesso do “capitalismo”. Não cabe, neste discurso, nenhuma noção que questione a forma de produção e de consumo capitalista, que é o motor da crise ambiental.

A Rio+20 é colocada como um evento de muita expectativa, porém com sérios riscos de não chegar a lugar algum e de ter pouco empenho dos países para a responsabilidade com metas mais ambiciosas em relação à mudança climática.

SD41: **Tanto trabalho pode ir para o ralo caso os líderes não aprove-m o texto**. [...] O secretário-geral da Rio+20, o chinês Sha Zukang, comparou os dias de negociação que antecedem a reunião de cúpula a uma maratona. Diplomatas que acompanham a redação do documento “O Futuro que queremos” afirmam que **só há consenso em relação a 25% dos pontos discutidos**. Ele cobrou empenho dos países para que o Mundo não fique decepcionado. “Que ninguém se engane. **A Rio+20 deve inspirar todas as nações e todas as partes para agir aqui e agora**”, exortou o diplomata. O pragmatismo do chinês não encontra eco na **sociedade civil, que esperava compromissos mais ousados em relação a emissão de gases poluentes e as mudanças climáticas**.

Também podemos ver o deslocamento das questões centrais do encontro para a ênfase em pormenores da organização, curiosidades e fatos “interessantes” durante a narrativa. Como exemplo temos SD42, SD43 e SD44:

SD42: E o **“jeitinho” brasileiro deu o ar da graça**. Palco dos desfiles das escolas de samba cariocas, o Sambódromo virou dormitório para 10.200 pessoas, representantes indígenas entre elas. Lá foram instalados 200 banheiros químicos, contratados 50 agentes de segurança e ônibus para locomoção dos abrigados no local.

SD43: O burburinho está apenas começando. Já nos primeiros dias de conferência, **a cidade sentiu os efeitos no trânsito, que ficou mais engarrafado nas principais vias expressas**.

SD44: **Menos armamento pesado daria um clima mais ameno à cidade**. Mas o Comando Militar do Leste (CML), que coordena toda a operação, não quis **correr esse risco** e informou que tem amparo para atuar nas ruas como força de segurança pública no período da Rio+20 por força de medida tomada pela presidenta Dilma Rousseff, em janeiro deste ano. Segundo o CML, a excepcionalidade está amparada na Constituição.

Ao final, a reportagem utiliza certa ironia em relação ao aparato de segurança montado no Rio de Janeiro, aos problemas no trânsito e à infraestrutura como um todo, afirmando que os líderes mundiais podem vir para assinar um documento, apenas, pois 20 anos depois novamente fariam o mesmo percurso (SD45).

SD45: Tudo para que, em segurança, os líderes mundiais cheguem, se instalem, façam discursos, peguem suas canetas e voltem para casa com a certeza de ter participado de um momento histórico, no qual **20 anos depois as nações se reúnem para achar meios de esticar a vida útil da nossa casa**.

Com isso, fica bem caracterizado o enquadramento do descrédito em relação às cúpulas de líderes e os resultados práticos para atenuar a crise ambiental.

A revista *Isto É* é a única a produzir, semanalmente, a seção “Sustentável” com temas ambientais. Para a conferência, publicou o Especial/Rio+20, em 27 de junho. Na sua abertura, consta a seguinte manchete: “Está em nossas mãos”, seguida do texto: “Enquanto os líderes mundiais aprovam um documento de eficácia

questionada, prefeitos, empresários e a sociedade civil assumem o comando das soluções para salvar o planeta” (Figura 6).



Figura 6 – Isto É, Sustentável/Especial Rio+20

O enunciado é formado conjuntamente por uma grande fotografia que ocupa as duas páginas de abertura do caderno especial, sendo que a imagem tem ao centro um balão/globo terrestre, que está apoiado nas mãos erguidas de jovens, alguns com caras pintadas. Ao redor, mais pessoas, que portam faixas e cartazes. A legenda da foto diz: “Atlas/ Marcha da Cúpula dos Povos pelas ruas do Rio, em defesa do futuro do planeta”.

A manchete combina perfeitamente com a foto, produzindo o sentido de que a Terra estaria efetivamente “em nossas mãos”, porém “nossas”, neste caso, remete aos jovens que estão à frente de movimentos ambientais e sociais. A revista coloca-se, neste caso, junto a este discurso e em contraposição à outro, que estaria sendo questionado.

O discurso colocado em xeque neste enunciado é o oficial, que estaria embasando um documento de “eficácia questionada”. Os questionadores são a própria revista, que se assumiu como “nós”, ou “a sociedade civil”, que inclui os jovens manifestantes da imagem. Mas também inclui outros setores, que são os prefeitos

e empresários. O discurso é de que outros (e não os líderes mundiais), assumem o enfrentamento da crise ambiental. Desta forma, os líderes ficam desacreditados e o discurso oficial é desconstruído. O protagonismo da sociedade civil é destacado como prioritário na busca de “solução”.

O sentido do “futuro do planeta” traz a ideia de redenção, um discurso salvaçãoista que indica um equívoco primeiro, já que são as pessoas que correm o risco de não ter futuro, a Terra sobreviverá a nós. No entanto, este equívoco é o próprio interdiscurso que surge, pois remete a ideias já pronunciadas sobre a relação de domínio do homem sobre os demais seres. Demonstra, desta forma, uma relação homem-natureza de acordo com os paradigmas racionalistas cunhados da modernidade.

O futuro é também uma constante, pois a crise ambiental destacada desde os anos 1960 sempre evoca os cenários vindouros. Em relação à mudança climática ocorre o mesmo. Como exemplo, podemos citar que segundo o IV Relatório do IPCC, o CO₂ representou 77% das emissões antropogênicas globais de gases de efeito estufa. Como o tempo de permanência deste gás na atmosfera é estimado em, no mínimo, cem anos, pode-se dizer que os seus efeitos são de longa duração. As ações do homem são, portanto, dirigidas ao futuro e o impacto na mudança climática pode perdurar por centenas de anos.

Na cobertura da revista, foram feitas pequenas notas que fazem referência a “20 entraves para o desenvolvimento sustentável” e esboçam um deslocamento de sua FD predominante, Ecotecnocrática. Na SD46, percebemos como os problemas ambientais são colocados e aponta-se um deslizamento de sentido para as críticas de ambientalistas ao modelo de produção e consumo adotados globalmente.

SD46: Dependência de combustíveis fósseis, desperdício, consumismo, desrespeito a acordos e montanhas de lixo bloqueiam o caminho para um futuro mais verde

Em relação à mudança climática, o enquadramento é crítico em relação às incertezas científicas dos modelos que indicam o aquecimento global. Ao colocar a nota “chutes climáticos”, reforça-se a desconfiança em relação aos cientistas. (SD47)

SD47: Chutes climáticos — O catastrofista de ontem é o arrependido de hoje. Isso porque, segundo especialistas, o que sabemos sobre os regimes climáticos é tão pouco que toda previsão é válida, do derretimento das geleiras à desertificação da Amazônia.

Em outra reportagem “Quem tem o poder? O que líderes, prefeitos e empresários têm feito (ou não) pelo bem do planeta”, percebemos que há um deslocamento do foco para as ações de escala menor, pelos prefeitos e líderes empresariais, questionando a validade de líderes nacionais e da governança internacional que simplesmente assinam documentos que “ninguém sabe se serão cumpridos” (SD48). Surge então o sentido sobre as lideranças fora do eixo dos chefes de Estado, em que estão colocados com destaque maior os prefeitos e empresários e são citadas organizações civis. O enquadramento constrói, desta forma, um novo lugar de atuação em relação ao enfrentamento da crise ambiental.

SD48: Uma semana de Rio+20, a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), encerrada na sexta-feira 22, no Rio de Janeiro, serviu para sacramentar documentos de cooperação mútua — **que ninguém sabe se serão cumpridos** — e uma certeza: os chamados **liderados, os cidadãos comuns, os empresários e governantes locais, agora são seguidos por quem deveria liderar**, os chefes de Estado, no compromisso de preservar o planeta. Enquanto presidentes e membros da realeza atraíram *flashes* na capital, os espaços da Rio+20 foram ocupados por **projetos da iniciativa privada**, como companhias que reduzem suas contribuições para a poluição do ar, colocam metas duras de reciclagem e economia de energia. Ou de **prefeitos que, organizados em rede, anunciaram metas efetivas de redução na emissão de gases** que provocam o efeito estufa. Houve ainda espaço para **organizações civis** que defenderam maneiras efetivas de apoio à inclusão social.

A preservação do planeta para gerações futuras, um aspecto fundamental do conceito de desenvolvimento sustentável aparece na SD49. Neste deslizamento de sentidos, pode-se perceber um componente ético, embora seu enquadramento seja o econômico, bastante alinhado à noção de desenvolvimento sustentável.

SD49: O documento final da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente recebeu críticas e elogios. O secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, chegou a se contradizer. Na quarta-feira 20, disse que o texto ficou abaixo das expectativas. No dia seguinte, elogiou o **resultado ambicioso do evento**. “A era em que cada chefe de Estado pensava apenas em seu próprio país já se acabou. Nosso mundo está interconectado e nossos líderes precisam pensar como cidadãos globais”, disse ele, convocando governos, empresas, agricultores, cientistas, sociedade civil e consumidores a participar do **desafio de preservar o planeta para gerações futuras**.

Os prefeitos, ao contrário dos líderes mundiais, são apresentados como os políticos e agentes públicos mais bem entrosados e ativos nas questões ambientais, citando Porto Alegre, com o prefeito Fortunatti que terá “80% do esgoto sanitário tratado até o fim de 2013” ou Curitiba, que inspirou o transporte rápido conhecido como BRT (SD50):

SD50: **Problemão a ser resolvido entre os grandes líderes, a troca de tecnologia e ideias já é corriqueira entre prefeitos**. “A omissão dos governos nacionais abre espaço para as prefeituras aparecerem na vanguarda”, diz João³⁹ Fortunatti, prefeito de Porto Alegre, que terá 80% do esgoto sanitário tratado até o fim de 2013. O carioca Eduardo Paes dá exemplos concretos disso: “O Rio criou o BRT (transporte rápido por ônibus, na sigla em inglês) inspirado em Curitiba. [...] **“Os prefeitos têm feito sua parte, os governos federais, não”**, arremata.

As ações realizadas pelos prefeitos são emolduradas como de grande impacto na diminuição de emissões e contribuindo para outros benefícios ambientais. Os prefeitos buscam soluções para transportes, o recolhimento e manejo do lixo e até a gestão de edifícios (SD51):

SD51: O C-40, um grupo que reúne 59 das maiores cidades do mundo — que concentram mais de 500 milhões de pessoas — **se comprometeu a reduzir em 44% as emissões de poluentes da atmosfera até 2030**. Ao otimi-

39 Nome correto do prefeito de Porto Alegre é José Fortunatti.

zar os transportes, o manejo do lixo e a gestão dos edifícios, as prefeituras podem ajudar, e muito, a **evitar a desertificação e o aquecimento global, a miséria e a degradação dos mares. Pequenas ações, resultados enormes.**

Nas páginas de 126 a 129, a reportagem “A vez do povo” mostra alguns momentos em que as manifestações da população e as ações de empresas são consideradas de extrema importância e geradoras de impacto positivo diante da crise ambiental. Chama a atenção que apesar de o título da reportagem ser “A vez do povo”, aparece com mais forma a ação de empresas. No exemplo, conforme SD52, os empresários planejam os negócios para obter sobrevivência, pois dependem, e muito, da matéria-prima água, item que preocupa empresas como Coca-Cola Brasil e Ambev.

SD52: Fora do poder público e cientes de que o crescimento econômico não sustentável traz desastrosos efeitos colaterais, algumas empresas revêem suas estratégias para tornar possível a própria sobrevivência. A principal matéria-prima da indústria de bebidas é a água. E lideranças do setor lutam para preservá-la. A Coca-Cola Brasil se engajou em projetos de replantio de árvores, recuperação de rios, etc. A meta é reduzir em 21% o gasto de água por litro de bebida. A Ambev desenvolveu programa parecido e hoje utiliza 33% menos líquido para produzir a mesma quantidade de cervejas e refrigerantes que engarrafava há dez anos.

O poder político é desconsiderado ou, diminuído, para que os empresários entrem em cena. O discurso “empreendedor” da revista encobre várias questões importantes, por exemplo, em relação a subsídios para grandes empresas que utilizam água, a falta de fiscalização adequada do uso de bens naturais pelas empresas, mesmo quando colocam Brasil no nome, sabidamente são grandes multinacionais que, ao longo do tempo, colaboram mais para a depreação ambiental que para sua conservação.

O esquecimento histórico de questões políticas e da relação da política com a economia traz o tom da economia liberal, com a apresentação do Estado mínimo como condição, porém utiliza-se do poder econômico para saquear as riquezas das nações e do povo em geral. O discurso apresenta ainda “empresas responsáveis,

que não destroem as florestas”, citando a fabricante Natura e a Microsoft como bons exemplos (SD53):

SD53: Uma iniciativa elogiada pela ONU no Brasil é a da fabricante de cosméticos Natura, que apoia 26 comunidades de fornecedores na região Norte do País. Sem destruir a floresta, fornecem matéria-prima para as fábricas. [...] A gigante da tecnologia Microsoft também envolveu sua cadeia de colaboradores para tentar reduzir e compensar as emissões de gases do efeito estufa. [...]”Sabemos que o único jeito de atingir nossos objetivos é criando parcerias com nosso público”.

Novamente tem-se um discurso que aponta que há outros, os verdadeiros destruidores da natureza (seriam por acaso, os atuais beneficiários do Bolsa Verde?) e não estes empresários. As empresas são citadas como livre de “pecados”. Seguindo a mesma linha de raciocínio, a revista apresenta a ressalva da não-operatividade dos governos, apontada diretamente na questão do barateamento da energia eólica, só possível, segundo a revista, pela força pioneira de empresários (SD54):

SD54: Se dependessem apenas de investimentos governamentais, algumas tecnologias já implantadas ainda engatinhariam. **Nas mãos de alguns empresários**, não só evoluem como começam a baratear. **Empreendedores pioneiros** na produção de energia solar e eólica hoje já ajudam a baixar o custo dessas fontes.

Na mesma vertente liberal e econômica, a solução é o investimento em tecnologias, em negócios “verdes”, ou seja, dentro do ideário da Economia Verde como solução. O fornecimento de energia é inexistente para 1,3 bilhão de pessoas. Isso significa uma grande massa de “consumidores”, ou seja, um negócio negligenciado e que, portanto, é uma oportunidade de crescimento econômico.

SD55: Reid Detchon, vice-presidente de energia e clima da United Nations Foundation, ressalta que o preço dos painéis que captam os raios solares caiu 75% nos últimos três anos. “No mundo todo, 1,3 bilhão de pessoas vivem sem fornecimento de energia. É uma **enorme oportunidade de crescimento econômico que está sendo desperdiçada**, pois essas pessoas

acabam não se **integrando à economia mundial**. As energias renováveis poderiam ajudar a incluir essas pessoas”, avalia.

Efetivamente há muitos negócios a serem implantados a partir da lógica da Economia Verde, porém destituir o valor do poder político é uma forma de jogar as decisões do futuro que queremos para as mãos das poderosas companhias que dominam a economia. Pelo discurso da Economia Verde, poderão solucionar o problema ambiental mais rapidamente e de forma mais viável que o poder público. Assim, a SD56 aponta que:

SD56: A tomada da liderança na questão ambiental pela sociedade civil chega ao ponto em que **empresas assumem os serviços que deveriam ser prestados pelo poder público**. George McCarthy, diretor de oportunidades metropolitanas da Fundação Ford, **desenvolve projetos em cidades americanas, colaborando com melhorias de planejamento urbano e transporte em áreas periféricas**. [...] Se não houver investimentos em mobilidade, o transporte individual prevalecerá, **com prejuízo para a circulação de mercadorias e pessoas**. “**Haverá um colapso econômico. Não integrar essas áreas periféricas aumenta por outro lado o risco de desordem social**”, prevê McCarthy, cuja organização se instalou na Cúpula dos Povos, evento paralelo a Rio+20 realizado no Aterro do Flamengo, na zona sul do Rio.

O problema da concentração da população mundial nas cidades é trazido também como um tema econômico, com a argumentação do prejuízo para a circulação de mercadorias e pessoas. Desta forma, o risco social é encarado como risco econômico. Por este prisma, é que as empresas passam a tomar para si o fornecimento de serviços públicos (SD56). O discurso tem ainda o sentido de que o caos social pode desenvolver algum tipo de desordem, que deve ser evitada, pois traz o risco de que possa fomentar movimentos sociais contrários aos objetivos econômicos prioritários (que em verdade já existem, por exemplo, em grupos ambientalistas mais radicais). Ou seja, é preciso “integrar” os periféricos para que estes não questionem o “centro”.

No entanto, o discurso deixa de dizer e, por isso compromete-se com a ideologia liberal, de que há também outras formas de contar o avanço rumo às cidades.

E que a economia solidária, os coletivos de consumo e inúmeras outras iniciativas sociais poderiam ser incentivadas. A própria revista poderia mostrar essa outra realidade através de reportagens.

O envolvimento dos políticos, por fim, é tratado como um “mal necessário”. Para fechar a reportagem sobre as ações fora da política, a revista afirma que mesmo com tudo o que pode ser feito de forma isolada, uma solução para “salvar o planeta” depende do compromisso de governos, pois estes comandam “armas nucleares” (SD57):

SD57: Mas se muitas soluções independem dos políticos, por outro lado, sem o envolvimento dos governos fica mais complicado salvar o planeta. [...] Necessitamos de acordos, de medidas, de ações tão ousadas quanto os desafios que o planeta enfrenta. E isso só se consegue reunindo os povos.

O argumento de que armas nucleares possam ser usadas e acabar com o mundo antes dos poluentes está diretamente ligado ao pensamento dos negacionistas, os céticos, que pensam que há muita articulação política em relação ao aquecimento global, conforme detalhamos no subcapítulo 3.1 (GIDDENS, 2010).

Na reportagem “Na base da conversa”, que ocupou duas páginas, *Isto É* afirma que, apesar de citar a crise econômica, a Rio+20 é considerada um sucesso diplomático do Brasil (SD58). Interessante que, nas edições antecedentes, quando as expectativas eram colocadas, a revista havia descrito um cenário bastante desfavorável para um acordo. Desta vez, o discurso aponta uma vitória do governo e da diplomacia brasileira (SD59), pois o momento de crise mundial era considerado problemático para a construção de acordos.

SD58: Em um de seus maiores testes, a diplomacia brasileira costura acordo que contempla os interesses de 191 países

SD59: A Rio+20 não poderia ter ocorrido num momento mais difícil. Em plena crise econômica internacional, os países tendem a relegar a questão ambiental a um segundo plano. Lutar contra essa tendência foi o desafio que acabou se transformando em um dos maiores testes da diplomacia brasileira. Com muito esforço, conseguiu-se costurar um documento único capaz de contemplar os interesses de 191 países, como sintetizou

Dilma Rousseff ao reagir às críticas dos ambientalistas. **“Eu acredito que o documento da Rio+20 é um grande avanço e uma vitória, porque não conheço nenhuma outra reunião ambiental que tenha tido um documento prévio acordado entre as partes”**, afirmou a presidenta, no México, onde participou da reunião do G-20.

O desenvolvimento sustentável e o planejamento a longo prazo são destacados, assim como a atuação brasileira nas negociações em torno do documento da Rio+20:

SD60: Talvez a maior colaboração a diplomacia brasileira para o bem do planeta tenha sido, com sua intervenção na convenção, **ampliar o conceito de desenvolvimento sustentável**. Além disso, atraiu seguidores ao incorporar a seu discurso a necessidade de planejar a longo prazo, lutar pela erradicação da pobreza e pela igualdade de gênero. **Com a Rio+20, o Brasil tira a poeira do multilateralismo.**

Com a análise das reportagens de *Isto É*, propomos um enquadramento: os líderes mundiais estão desacreditados, porém a esperança está no protagonismo social e na busca de “soluções”. A revista propõe-se a pensar o “futuro do planeta” e desta forma traz um tom salvacionista.

Quadro 4 - Eixos do Discurso *Isto É*

Rio+20	Lideranças	Ações governo
Desafio é encontrar propostas conjuntas	Os cidadãos comuns, os empresários e governantes locais, agora são seguidos por quem deveria liderar	Bolsa verde garante sobrevivência sem degradação
Ao invés de apresentar ambiciosas metas, preservação ambiental a partir da inclusão social	Companhias que reduzem suas contribuições para a poluição do ar/ colocam metas duras de reciclagem e economia de energia	Comprometem a preservar a área em que vivem
Garantia que futuras gerações tenham um planeta para explorar	Prefeitos que, organizados em rede, anunciaram metas efetivas de redução na emissão de gases	Produção de consumo local
Quem pagará a conta	Organizações civis que defenderam maneiras efetivas de apoio a inclusão social	Experiências da iniciativa privada Preservação de nascentes
Consenso de que o desenvolvimento sustentável e o único caminho		Evita a migração de pequenos produtores Cooperativismo é decisivo
Crédito em relação aos líderes políticos	Ênfase às lideranças civis e empresariais	Apoio à iniciativas de políticas públicas

Observando-se o *Quadro 4*, podemos concluir que FD Ecotecocrática é predominante. Ao propor a salvação do planeta, esquece de que são os humanos que estão em risco. Esta noção de risco, à humanidade e não “ao planeta”, provavelmente contribuiria para que a relação homem-natureza predominante fosse questionada.

4.3 ÉPOCA: O FUTURO A QUEM PERTENCE?

Os enquadramentos apresentados nesta análise são relacionados entre si, em maior ou menor grau, ao quadro de paráfrases. As repetições encontradas na revista foram divididas em relação aos temas que foram a tônica da cobertura de

Época no período estudado: Rio+20: provável fiasco diplomático; Soluções e tecnologias; Economia/consumo; Ideologia do clima; Protagonismo de jovens.

Quadro de Paráfrases *Época*

Rio+20: provável fiasco diplomático
Oportuno x Inoportuno
Cientistas chegaram a conclusões aterradoras
Frustração
Há vários sinais de esvaziamento político
Missão de encontrar um indicador econômico
Provável fiasco diplomático
Soluções e tecnologias
Tecnologia suficiente para evitar catástrofe ambiental
Uso de fontes energéticas renováveis
Canalizar o metano e queimá-lo em geradores especiais
Reciclagem de latas de alumínio
Construção de sistemas de transporte coletivo limpos e eficazes, como o metrô
Energia eólica ou construções eficientes
Investimentos em tecnologias limpas dão mais retorno do que em indústrias sujas
“pense no futuro, aja no presente”.
Economia/consumo
Recursos planetários para não comprometer a economia
Custo da energia
Estados Unidos e Europa estão mergulhados na maior crise econômica
População de 7 bilhões não pode ter riqueza nos padrões e tecnologias atuais
Esgotamento futuro de recursos minerais e energia
Impossível crescimento econômico ilimitado sem considerar a oferta limitada de recursos naturais
Opções de menor impacto ambiental dão retorno financeiro imediato
Soluções lucrativas para os produtores e para a natureza
A crise econômica inibe investimentos uma economia mais limpa
Ardor ambientalista diminui
Aquecimento/Clima
A atividade humana está alterando o clima da Terra

Graças à emissão de gases poluentes
Aquecimento custaria 20% do PIB global por volta de 2050
Sete chuvas recordes no Brasil entre 2008 e 2011
O custo econômico da devastação ficou mais claro
Esquentando além do natural por causa de gases emitidos
Poluição do ar provocada pelos automóveis nas grandes cidades
Mudanças climáticas, derretimento das geleiras e extinção de espécies
Frequência de desastres climáticos e elevar o nível dos oceanos
Aumento dramático dos gases de efeito estufa devido à queima de combustíveis fósseis
A influência da ação humana no clima da Terra deixou de ser uma hipótese científica há algum tempo
A influência do homem no aquecimento global é consenso entre os principais cientistas.
Os céticos se agarram às poucas dúvidas que ainda restam
Protagonismo de jovens
Quanto cada um poluiu e quantas árvores poderia plantar para aliviar seu pecado
Carmas da geração nascida no auge do caos ambiental
Bombardeio não se restringe aos problemas que assolam a Terra
Sofrem uma chuva de cobranças
Passatempos frugais se transformaram numa chance de salvar o planeta
Os jovens de hoje assumiram um protagonismo inédito
Princípios éticos para o mundo sustentável são transmitidos dos filhos para os pais
As empresas detectaram o movimento verde no universo infantojuvenil.
As crianças geralmente não associam a produção ao consumo de água e energia elétrica

Começamos com a observação da capa da edição número 735 de *IstoÉ*, publicada em 18 de junho de 2012 (conforme *Figura 7*). A revista definiu como Edição Verde, na qual traz as expectativas sobre o tema ambiental e a realização da *Rio+20*. A capa é analisada como um conjunto entre imagem ilustrativa e sua manchete — *Rio+20: O futuro dele depende de nós/O desafio de garantir riquezas e recursos para as próximas gerações*. A ilustração é feita tendo como base uma fotografia da paisagem do Rio de Janeiro, onde aparecem apenas os sistemas naturais, características do relevo e da Mata Atlântida. Reforçando a questão do Rio de Janeiro, aparece o Cristo Redentor, monumento internacionalmente conhecido

e que é uma marca da cidade. Em primeiro plano, é inserida outra imagem, a de um bebê, em posição fetal e que dorme sob uma grande folhagem.



Figura 7 – Capa *Época*, Edição Verde

O que chama a atenção, como um ponto focal na construção discursiva da capa é o bebê que está em primeiro plano, na parte inferior da capa, mas que é destacado como elemento principal. É a partir de sua imagem que o discurso está sendo enunciado, em seu lugar. Isso porque, como humanos, sabemos da fragilidade do recém-nascido, que depende de cuidados constantes para sobreviver, receber alimento e proteção, condições para seu crescimento e desenvolvimento.

Ele dorme. O seu berço é formado por uma folhagem que o acolhe, como uma concha ou, uma grande mão. Ele é tranquilo, inocente⁴⁰. Ao lermos o título “O

40 A fotografia usada nesta composição é de Anne Geddes. A fotógrafa australiana cria imagens e produtos amados em todo o mundo. Já vendeu milhões de livros. Sua especialidade são as fotos de bebês, fofos, acomodados em folhas, flores, vegetais, em ninhos de pássaros, saindo de ovos, ou com suas mães, ainda em vasos e jardins, entre tantas outras produções diversas. Todas trazendo a marca de pureza e de uma harmonia total do bebê com seu ambiente. Uma de suas fotos mais vistas é composta por dois bebês sentados dentro de grandes repolhos, com chapeuzinhos de repolho inclusive, voltados um para o outro. O seu *site* é campeão de acessos: <http://www.annegeddes.com>

futuro dele depende de nós”, associa-se a dependência entre as gerações. O bebê está num lugar longe da cidade, local onde “nós” estamos definindo o seu futuro. A frase “O desafio de garantir riquezas e recursos para as próximas gerações” reforça a ideia de um compromisso de “nossa” geração com o futuro.

O discurso sobre o futuro está ligado diretamente ao uso de “recursos e riquezas”. O sentido mobiliza a ideia de que nós temos a chave para organizar e utilizar os recursos naturais; associa-se a ideia de que os recursos já estejam à nossa disposição. Ou seja, é um sentido de que somos proprietários destes recursos e podemos usufruí-los de várias maneiras.

Desta forma indicamos que o discurso de *Época* é voltado à ideia de um progresso incessante e contínuo, possível a partir de um uso racional dos recursos do planeta. Também indica que há uma supremacia do homem em relação à natureza, pois o futuro “está em nossas mãos”. Identifica-se, portanto, a FD Ecotecnocrática.

Se, de um lado, este discurso de *Época* implica a “propriedade da natureza”, por outro institui um mínimo de responsabilidade em relação ao futuro, pois indica que há um desafio, o de deixar um legado para as próximas gerações, para que continuem produzindo riquezas no futuro.

Época constrói, desta forma, um modo político de encaminhar as soluções para a crise ambiental, de forma a pensar uma saída a partir de elementos que estejam ao nosso alcance (de “nossa geração”) para a construção de um futuro que seja acolhedor (tal qual a imagem de Anne Geddes do bebê sob a grande folha verde).

Indica um caminho ético, como destacam Bartholo & Bursztyn (2001):

Nossa questão central não é a de uma ética futura, ou seja, uma ética a se configurar num ponto a ser ainda atingido no tempo, mas sim uma ética que **hoje** se preocupa com as consequências de nossos atos para com as gerações futuras. Uma ética que não se fundamenta num contrato *inter pares*, pois ela se refere a relações radicalmente assimétricas: as gerações futuras são vulneráveis a nossos atos, mas a recíproca não é verdadeira (BARTHOLO & BURSZTYN, 2001, p.172, grifos dos autores).

Assim, a constituição política do discurso se dá pela mobilização de um sentido de possibilidade, aquela voltada à ciência e à tecnologia, mas também relacionada a uma ética de responsabilidade.

A reportagem principal desta edição de *Época* chama-se “Quanto vale o futuro” e indica o caminho que será trilhado no texto, questionando o “saldo” da conta da depredação ambiental, mas também demonstrando o quanto a falta de investimentos está ligada à crise econômica mundial.

SD61: Quanto vale o futuro

SD62: A Rio+20 começa com uma certeza: **temos de investir hoje para que exista um amanhã**. E uma dúvida: como fazer isso em tempos de crise?

SD63: A conferência Rio+20 não poderia ocorrer num **momento mais oportuno** — e ao mesmo tempo mais inoportuno. Oportuno porque, nos 20 anos que se passaram desde a Rio 92, a última conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, duas certezas se sedimentaram. A primeira: **é necessário fazer algo urgente em relação aos recursos planetários** para que a atividade econômica do futuro não fique comprometida. A segunda: nos últimos anos, criou-se **tecnologia suficiente para evitar uma catástrofe ambiental**. As empresas têm instrumentos para tratar a água, diminuir a emissão de poluentes e reciclar materiais. Cresce no mundo todo o uso de fontes de energias renováveis, como solar ou eólica. Mas tudo isso custa dinheiro. Surge, aí, a pergunta: **quem pagará a conta?**

A necessidade de ação pelo futuro está ligada diretamente às questões econômicas. A natureza é coisificada como “recurso planetário”. Também há a ênfase ao uso das tecnologias para evitar a catástrofe. Na SD64 fica claro que o está em jogo no capitalismo é movimentar o próprio sistema (para que tudo permaneça igual) e por isso a principal dúvida é em relação à conta que esta mudança que se afirma necessária e ao debate sobre formas de financiamento desta “nova economia”.

SD64: É por isso que a Rio+20 — o novo encontro organizado pela ONU, que reúne líderes ou representantes de 180 países no Rio de Janeiro entre os dias 13 e 22 — não poderia ocorrer num momento mais **inoportuno**. Estados Unidos e Europa estão mergulhados na maior crise econômica desde os anos 1930. O tamanho das dívidas e a retração econômica geraram desemprego recorde nos EUA e ameaçam a própria sobrevivência da moeda europeia. Premidos por soluções imediatas para sair do buraco nes-

te ano, há **pouca disposição política para pensar em investimentos que melhorarão a vida das próximas gerações**. No ano passado, a população do planeta alcançou 7 bilhões de pessoas. Está cada vez mais **evidente que não é possível dar riqueza e conforto material para toda essa gente, nos padrões atuais de consumo e com as tecnologias correntes de produção**.

O inoportuno trazido pelo enquadramento da revista é justamente a crise econômica mundial. Esta crise que atinge os países mais ricos traria a falta de vontade política para a efetivação da mudança. O trecho em destaque mostra que o número de 7 bilhões de pessoas no mundo evidencia que não há como manter o mesmo padrão de consumo e as mesmas tecnologias de produção.

SD65: Nestes últimos 20 anos, **os cientistas que estudaram o tema chegaram a conclusões aterradoras**: Em 14 anos, dois terços da humanidade viverão em lugares com **carência de água**, segundo o Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma).

As conclusões dos cientistas são aterradoras (SD65). O que isso significa? Que as carências para a geração futura causam terror, apavoram pelo grande alcance mundial e pela profundidade da crise ambiental. Os cientistas são considerados legítimos informadores do futuro sombrio para as populações, como no trecho em que preveem que a carência de água irá atingir dois terços da humanidade.

SD66: A atividade humana está alterando o clima da Terra — sim, **apesar de alguns pseudocientistas insistirem em propagar bravatas**, é consenso entre todos os pesquisadores sérios que a temperatura média da Terra está subindo **graças à emissão de gases poluentes**. A persistir nesse ritmo, é possível que, no final deste século, ela tenha aumentado 4 graus Celsius. Tamanha alta bastaria para desmanchar a cadeia produtiva de alimentos, inundar cidades e agravar eventos como secas e inundações.

Interessante a postura da revista que enquadra os chamados céticos do clima como “pseudocientistas” que insistem em “propagar bravatas”. O aquecimento global é dado como certo e com consequências sobre a cadeia de alimentos,

a inundação de cidades e o agravamento de fenômenos climáticos como secas e inundações.

SD67: Num levantamento encomendado pelo governo britânico, o economista Nicholas Stern, da London School of Economics e da Universidade de Leeds, afirmou que o **aquecimento custaria 20% do PIB global por volta de 2050**, se nada fosse feito. Uma amostra disso seria a profusão de eventos semelhantes ao Furacão Katrina, que causou 1.836 mortos e prejuízos de US\$ 81 bilhões em 2005 nos EUA. Ou   sequência de **sete chuvas recordes no Brasil entre 2008 e 2011**, que culminou com a tragédia na região serrana do Rio, com centenas de mortos.

Porém, a questão econômica é logo trazida à baila, no instante em que o aquecimento custaria 20% do PIB global em 2050, caso nada seja feito para minimizar o ritmo do aquecimento. Os dados de catástrofes como furacões no EUA e as chuvas no Brasil entre 2008 e 2011 reforçam a ideia dos estragos do aquecimento.

SD68: Quem espera que os líderes e diplomatas reunidos no Riocentro **resolvam suas diferenças e salvem a humanidade** em dois dias — entre 20 e 22 de junho, acontece a reunião de alto nível da ONU — **ficará frustrado**. Há vários sinais de **esvaziamento político da Rio+20**. [...] **Será a Rio+20 um fracasso histórico?**

A ideia de salvação da humanidade é apropriada, porém o discurso aponta para uma frustração para quem teria esperança no sucesso da Rio+20. Produz o efeito de sentido da desesperança, pois indica “esvaziamento político” do evento. As autoridades proeminentes do mundo rico não estariam presentes, ao contrário da Rio92. Por isso, joga com a pergunta sobre o resultado da conferência, que poderia ser “um fracasso histórico” (SD68).

SD69: Depende da expectativa. Pelas negociações prévias, o principal produto da conferência oficial será um **conjunto de metas simbólicas**. Algo que substitua os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, um grupo de metas estabelecidas pela ONU — como colocar todas as crianças na escola, reduzir a mortalidade infantil e dar igualdade às mulheres — que expirará

em 2015. Também poderá surgir um grupo de trabalho com a missão de encontrar um **indicador econômico**, concorrente ao PIB, capaz de medir níveis de bem-estar e felicidade da população. Tudo isso coroado por alguma **declaração bonita e genérica**. “Ficarei surpreso se não houver alguma **carta de intenções**, mesmo que não diga muito além de que os governos devem continuar trabalhando para resolver os desafios sociais e ambientais do mundo”, diz o americano Robert Engelman, presidente do Instituto Worldwatch.

O simbolismo das metas da ONU que expiram em 2015 é trazido como um dos prováveis resultados (SD69). Além disso, a revista destaca que poderá surgir um grupo para encontrar um novo indicador econômico, visto que o PIB não é capaz de medir o bem estar da população. Mas o sentido do fracasso está também na ironia, como “coroado por alguma declaração bonita e genérica”. A ironia é uma forma de construção de sentidos muito atrativa e eficiente, em direção à desesperança.

SD70: Mas, apesar do provável **fiasco diplomático**, a Rio+20 é mais que um mero encontro de governantes. Ela poderá ser um evento histórico para quem a encara como uma **oportunidade para acordos no âmbito de ONGs e empresas**.

O fiasco diplomático é colocado como central e provável (SD70). Nesta SD temos, no entanto, um deslizamento de sentido para uma mobilização social em torno da conferência, com ONGs e empresas buscando protagonismo, o que será demonstrado pela revista inclusive com grande cobertura sobre as ações de empresas na área ambiental.

SD71: **A necessidade de mudar nossos rumos no mundo** começou a ficar clara nos anos 1970. Um grupo de pesquisadores reunidos pela academia de ciências italiana, o Clube de Roma, juntou todo o conhecimento disponível e lançou o relatório Limites do crescimento, em 1972. O estudo previa o **esgotamento futuro de recursos minerais e energia** — levantamentos atuais mostram que as previsões foram precisas. Ainda em 1972, em Estocolmo, a ONU promoveu a primeira conferência internacional de meio

ambiente e desenvolvimento, mãe da Rio-92 e avó da Rio+20. Foi a primeira vez que os governos começaram a levar a sério a ideia de que **não seria possível conseguir crescimento econômico ilimitado sem considerar a oferta limitada de recursos naturais.**

A ênfase é pela relação econômica e pelo uso de recursos naturais. Discurso mais repetido pelas sequências discursivas relacionadas à conferência, esta visão é predominante desde os documentos da própria ONU, inclusive citados pela revista, como o relatório Limites do Crescimento de 1972. A ideia chave é de que o crescimento não poderia ser considerado ilimitado pelos governos, já que os “recursos naturais” limitam este crescimento (SD71).

Na SD72 surge a questão do Produto Interno Bruto como medida incapaz de dar conta da destruição da natureza decorrente do crescimento econômico. O questionamento do PIB foi trazido por uma fonte do PNUMA, programa que também estava em discussão durante a Rio+20.

SD72: “Quando se **mede geração de riqueza apenas pelo PIB**, vemos ganhos enormes. Mas isso esconde o que perdemos em integridade dos ecossistemas, nosso patrimônio natural”, diz Moustapha Kama Gueye, do Pnuma. “Fizemos uma **economia que cresce exaurindo os recursos** de que ela precisa para continuar gerando riqueza no futuro”.

A fonte do PNUMA é utilizada para o sentido de que o PIB esconde a perda do patrimônio natural. Esta contradição está na base do sentido corrente de desenvolvimento sustentável, noção em si contraditória, pois sendo inerente a uma economia que busca crescer mais e mais, desde que este desenvolvimento não afete a sua própria continuidade nas próximas gerações. Embora o sentido seja de mesma base ecotecnocrática, indicamos que o enquadramento, ao apresentar estas contradições, mostra-se como um espaço de deslizamento de sentidos que podem, ao longo do tempo, colaborar para enquadramentos diferenciados.

SD73: **O custo econômico da devastação ficou mais claro com as crescentes evidências de que a atividade humana contribui para o aquecimento global.** Em 2007, o painel de cientistas reunidos pela ONU para estudar o clima, o IPCC, concluiu que o planeta **está esquentando além do natu-**

ral por causa de gases emitidos por atividades como desmatamento ou queima de combustíveis fósseis. Os mais pessimistas pintaram cenários no fim deste século que lembram cenas trágicas de ficção científica. É bem provável que haja exagero nesse catastrofismo, mas não há dúvida de que o descuido ambiental é oneroso. **Quanto custaria, então, dar uma guinada rumo a uma economia mais limpa?**

A tese do aquecimento global é colocada nos termos do IPCC. Isso destaca a atividade humana na emissão de gases, especialmente pelo desmatamento e queima de combustíveis fósseis. Os eventos mais catastróficos, no entanto, são minimizados, dizendo-se que pode haver exagero, porém o descuido ambiental é considerado oneroso. Ao final da SD73, o tema da economia verde é lançado, para questionar o custo para esta “guinada”.

SD74: **O mercado de carbono na Europa enfrenta a maior baixa** desde o início dos pregões, em 2005. Não há resposta simples. **Algumas opções de menor impacto ambiental dão retorno financeiro imediato. É o caso da reciclagem de latas de alumínio.** Ela reduz a necessidade de extração de matéria-prima (bauxita), emite 95% menos gases nocivos ao clima e consome 95% menos energia do que fazer uma lata nova. **“É lucrativo para os produtores e para a natureza”,** diz Mônica Messemberg, diretora de relações institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O enquadramento da “economia mais limpa” é o mercado, por isso a ideia de lucro tanto para produtores quanto para a natureza (SD74). O “retorno financeiro imediato” da reciclagem de alumínio é um exemplo. O discurso está direcionado em como fazer girar a roda da economia a partir de negócios “verdes” ou da chamada Economia Verde.

SD75: Outras iniciativas dependem da vontade, da capacidade e da oportunidade para pensar em **retorno a longo prazo.** Um exemplo é dado pelos **aterros sanitários.** A decomposição da matéria orgânica neles **exala gás metano.** É o que dá o cheiro ruim ao lixo. Lançado na atmosfera, ele tem um **poder 23 vezes superior ao do gás carbônico de agravar o aquecimento global.** A alternativa ecológica é **canalizar o metano e queimá-lo em**

geradores especiais. Além de beneficiar o ambiente, isso gera retorno com a venda da energia elétrica. A Estre Ambiental, que administra 15 aterros de lixo no país, pretende instalar seus primeiros geradores no aterro de Paulínia, interior de São Paulo. Ele recebe lixo de 6 milhões de pessoas dos 33 municípios da região. **A instalação custa cerca de R\$ 40 milhões — e pode levar oito anos para se pagar,** dependendo do preço recebido pela eletricidade gerada. É um **prazo longo para a capacidade de investimento da maioria das empresas.**

Como retornos a longo prazo, as iniciativas de aterros sanitários, que podem incluir a canalização de gás metano (um dos principais de efeito estufa) é considerada uma alternativa ecológica, porém, dentro da lógica de “mercado”, sendo indicada para aqueles que pensam em “retorno a longo prazo”. A oportunidade não é pelo aspecto ambiental, mas pelo foco do negócio, pela geração de lucro (SD75).

Neste cenário de investimentos a longo prazo, surge então o apelo ao papel dos governos como parceiros da iniciativa privada (SD76). O principal exemplo é o investimento em transportes coletivos limpos, como o metrô, que diminui a poluição dos automóveis individuais nas grandes cidades.

SD76: Muitos investimentos com prazos maiores de maturação exigem ações do governo em parceria com a iniciativa privada — seja no papel de regulador do mercado, seja assumindo parte do risco. Tome o exemplo da **poluição do ar provocada pelos automóveis nas grandes cidades.** Só em São Paulo, ela mata 7 mil pessoas por ano, segundo o pesquisador Paulo Saldiva, da Universidade de São Paulo (USP). **Sem falar na perda de produtividade causada pelos congestionamentos.** Nada disso será resolvido sem a **construção de sistemas de transporte coletivo limpos e eficazes, como o metrô,** que exige o envolvimento do poder público.

A SD76 aponta uma solução ecologicamente correta, de investimento no transporte coletivo e, junto a isso, reforça as questões econômicas, pois o trânsito engarrafado gera “perda de produtividade”. Isso demonstra o enquadramento tendendo ao fechamento de sentido na formação discursiva. Mesmo percebendo alguns deslizamentos, vemos que a narrativa sempre tenta prendê-los, organizando-os dentro do seu aspecto ideológico principal.

A crise financeira da Europa derrubou o mercado de carbono (SD74) e desestimula os empreendimentos neste sentido. Porém, a revista aponta novamente que as ações de longo prazo são tomadas também a partir de momentos de crise — e apesar da crise, como vemos na SD77. Decorrente disso, os investimentos que geram mais empregos estariam dentro da plataforma do desenvolvimento sustentável:

SD77: Tempos de crise exigem medidas de visão. Em 2008, no início do abalo econômico, os governos anunciaram que injetariam dinheiro em obras de infraestrutura que gerassem desenvolvimento sustentável econômica e ecologicamente, em áreas **como energia eólica ou construções eficientes**. Os resultados desses investimentos serão avaliados agora na Rio+20. Um estudo feito pela Universidade de Massachusetts, nos EUA, mostra que **os mesmos dólares que geram 3,7 empregos na indústria petroquímica criam nove na energia solar ou 15 em transportes de massa, como trem ou metrô**.

Como o enquadramento é pelo valor movimentado em termos financeiros e os empregos gerados nas iniciativas da economia verde, a revista coloca um impasse em que a solução e o problema estão num mesmo patamar: a economia. Desta forma, o alinhamento discursivo é dado pela Formação Discursiva Ecotecnocrática, porém percebemos deslizamentos para a Formação Discursiva Ecosocial enfatizando novas formas de consciência ambiental, com destaque dado às novas gerações (SD78):

SD78: Alguns céticos argumentam que só é possível investir em economia verde num período de prosperidade”, diz Camila, do IIED. “Mas outros insistem que só teremos enriquecimento duradouro se reconstruirmos nossas economias em bases mais sustentáveis.” O tradicional slogan verde era “pense globalmente, aja localmente”. Sua nova versão é “pense no futuro, aja no presente.

Com a crise instalada, o meio ambiente pode ser a solução para gerar uma economia mais duradoura, embora muitos céticos apontem que só há investimentos em tempos de prosperidade. Agir localmente e pensar globalmente, *slogan*

ecológico bastante disseminado, tem uma nova versão segundo a revista. É pensar no futuro e agir no presente. Esta SD traz o componente de esperança sobre o que é possível fazer ainda hoje para melhorar o ambiente para as próximas gerações.

Dentro desta construção discursiva, a revista apresenta personagens, crianças e jovens, que passam a ser o centro da reportagem, conforme o exemplo da SD79:

SD79: O paulistano Pedro Sartori, de 13 anos, passou as férias de janeiro com o pai, a mãe e as três irmãs nos Estados Unidos [...]. Em outros tempos, **seria uma viagem inocente**. Em época de mudanças climáticas, derretimento das geleiras e extinção de espécies, um simples passeio pode vir embutido de um **sentimento de culpa**. [...] Pedro estimou na aula de ciência quanto ele e a família emitiram de gases do efeito estufa, uma das causas do aquecimento global, na ida aos EUA. [...] Pedro precisa plantar 38 mudas no solo para **pagar sua conta**.

O discurso aponta uma pressão sobre os jovens que precisam avaliar tudo o que consomem, o que fazem, inclusive no lazer. Mostra uma mudança de comportamento de jovens e crianças, porém a ênfase é também uma amarra, pois não há uma outra saída para as gerações que recebem a crise ambiental no ponto em que se encontra. A revista chama de “carma” (SD80):

SD80: Esse é um dos **carmas da geração** de Pedro, nascida no auge do **caos ambiental**. Ela **precisa agora assumir a responsabilidade pelo passivo de seus antecessores**. O **prelúdio da catástrofe** está em toda parte. [...] O **bombardeio** não se restringe aos problemas que assolam a Terra. **Essas crianças e jovens** — que vieram ao mundo entre a Rio 92, quando a discussão das mazelas ganhou fôlego, e a Rio+20 — **sofrem uma chuva de cobranças**.

Palavras que exprimem esta dependência à crise são colocadas como carma, chuva de cobranças, bombardeios dos problemas ambientais. Sentimento de culpa do que seria uma viagem inocente ou uma brincadeira de criança. Para esta geração, dizem, “nada mais é inconsequente” (SD81, SD82, SD83).

SD81: **Nada mais é inconsequente.** Até mesmo os passatempos frugais se transformaram numa chance de salvar o planeta. A tradicional brincadeira de plantar um grãozinho de feijão no copo de iogurte, e esperar despretensiosamente que o broto desponte do algodão ensopado, agora ganhou **contornos mais nobres.** A Danone lançou uma edição especial de Danoninho que vem com sementes nativas da Mata Atlântica. [...] Até os **super-heróis do cinema vestiram a capa verde.** Em O Lorax: em busca da trífula perdida, o menino Ted descobre que o sonho de sua amada é ver uma árvore de verdade, em extinção no mundo criado pelos autores do filme, onde tudo — da flor à parede das casas — é de plástico.

SD82: A tradicional brincadeira de plantar feijão no copo de iogurte agora **virou salvamento da mata atlântica**

SD83: A parte que lhe cabe para **salvar a Terra do colapso anunciado,** Pedro está fazendo. Antes de saber qual seria sua dívida para este ano, já plantara cerca de 50 árvores num sítio da família no interior de São Paulo. Tem, portanto, um **crédito verde.**

As brincadeiras agora têm contornos nobres, como salvar a Mata Atlântica. O mercado, como em todas as reportagens, também é trazido como uma forma de mudança, pois o argumento é que livros, super-heróis entre outras iniciativas são vendidas para este “consumidor mirim consciente”. As crianças buscam obter crédito verde. Ou seja, a lógica do mercado entra junto com uma concepção de consciência ambiental. É uma geração mais de consumidores do que de cidadãos.

O discurso traz ainda a ideia da incerteza em relação à herança que será deixada para as futuras gerações, especialmente em relação ao aquecimento global que ameaça a biodiversidade e induz aos eventos climáticos extremos (SD84):

SD84: **A despeito do exagero,** são jovens como Pedro que estarão por aqui nas próximas décadas, convivendo num mundo que **nem os cientistas sabem ao certo como será.** O recém-divulgado Panorama Ambiental Global, das Nações Unidas, afirma que 38% dos recifes de corais sofreram redução desde 1980 e 20% das espécies vertebradas estão ameaçadas. O **encolhimento da biodiversidade** diminui as chances de os cientistas descobrirem novos remédios. Sem falar no **possível aquecimento de até 4 graus até o**

fim do século, suficiente para aumentar a frequência de desastres climáticos e elevar o nível dos oceanos.

O enquadramento é voltado à importância da inovação, destacando que a “sociedade sempre resolveu suas grandes questões com inovação, atuação política e individual.” Como exemplo de atuação individual, destacam a mobilização capitaneada por jovens que impedem obras que poluem (SD83):

SD83: **A visão catastrofista é imobilizadora.** É preciso mostrar a esses jovens que a sociedade sempre resolveu suas grandes questões com inovação, atuação política e individual. A geração de hoje **dispõe de ferramentas para convencer** quem está a sua volta a sair do sofá e **brigar por uma causa.** O fluminense Mateus Ferreira da Silva, de 13 anos, usa as redes sociais para convocar os moradores de Búzios, no Rio de Janeiro, a preservar o Mangue de Pedra, um ecossistema raro no mundo. O manguezal sofre com o lixo jogado de forma irregular pela população. E, mais recentemente, com a possível construção de um empreendimento imobiliário. [...] Mateus abraçou a luta há três anos. [...] A pressão local fez com que o Ministério Público embargasse a construção.

A atuação política é então colocada a partir das ações individuais, como descrito que os princípios éticos do mundo sustentável, segundo a revista, são passados de filhos para pais por conta deste protagonismo jovem desenvolvido em vários exemplos, como vemos nas SD84 e SD85:

SD84: Em geral, os valores morais, como o senso de justiça e a importância de fazer o bem ao próximo, são passados de pais para filhos. Mas **alguns princípios éticos para um mundo mais sustentável seguem o fluxo contrário.** São transmitidos dos filhos para os pais.

SD85: Na casa da mineira Olívia Blanc, de 11 anos, que vive em Belo Horizonte, é ela quem cuida do comportamento dos pais quando se trata das ações diante de sua amiga Terra. Vigiava os pais durante o banho para ver se **desligavam o chuveiro** enquanto se esfregavam com a bucha. Depois que aprendeu a escrever, passou a colar bilhetes nas pias da casa com os dizeres: “Favor **fechar a torneira** ao ensaboar as mãos”.

Ações individuais e mudanças no cotidiano são incentivadas pelas crianças, que vigiam os hábitos dos familiares. Também são destacados projetos que formam agentes ambientais mirins. Na SD86, a revista afirma que esta “consciência” chegou também nas casas dos mais pobres, bem como indica que as atitudes dos jovens ocorrem em várias partes do mundo. Dos exemplos da classe média, que viaja para Disney, chega a bairros pobres e internacionaliza o tema com estudos de perfil de consumidores (SD87).

SD86: Os pedidos pelo fechamento das torneiras ou por um **destino correto para os resíduos** chegaram às casas dos bairros pobres. A paulistana Ana Livia Lopes de Queiroz, de 11 anos, vive na Brasilândia, um distrito de 280 mil habitantes da Zona Norte de São Paulo, com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da capital. [...] Foi num projeto socioambiental da prefeitura, o Saci, que Ana Livia ouviu falar em conceitos como **energias renováveis, mudanças do clima** e contaminação das águas.

SD87: **Essas atitudes não são exclusivas da juventude brasileira.** As crianças de outros países **parecem até mais conscientes.** Segundo uma pesquisa do canal infantil Nickelodeon com 16 mil crianças entre 6 e 11 anos de sete países latino-americanos, os brasileiros são os menos preocupados com o meio ambiente.

A grande questão, do ponto de vista econômico, é a criação de um mercado “ecológico” que leva em consideração os futuros consumidores. A revista afirma que este “movimento verde” já foi detectado pelas empresas, que passam a investir na “construção de marca ecológica” (SD88). Além disso, as grandes mídias e produtoras de conteúdos para televisão mostram iniciativas que aproveitam esta “oportunidade de negócios” junto ao público infantil e juvenil (SD89):

SD88: **As empresas detectaram o movimento verde no universo infanto-juvenil.** Guiada por pesquisas, a Danone criou o Danoninho Para Plantar (aquele das sementes da Mata Atlântica no potinho). [...] “Tivemos um resultado rápido em termos de **construção de marca ecológica**”, afirma

Mariana Rodrigues, gerente de produto de Danoninho. A estratégia deu tão certo que foi exportada para México, França e Espanha.

SD89: A TV paga voltada para esse mesmo público também enxergou uma oportunidade de negócios. O **canal Discovery Kids tem hoje três séries voltadas essencialmente à ecologia**. [...] O Canal Futura tem o programa **Um pé de quê?**, que usa as árvores nativas do Brasil como ponto de partida para ensinar cultura e história do país. Os **canais da Disney contam com uma plataforma on-line onde os jovens podem assumir compromissos com o planeta, o Amigos Transformando o Mundo**.

Com o mercado demonstrando sintonia com os aspectos “verdes” da economia, a revista traz um contraponto importante, de um especialista em educação ambiental afirmando que ainda há muito que avançar em profundidade quando se trata de buscar maior conscientização ambiental (SD90).

SD90: [...] “Há uma limitação financeira e de formação dos profissionais”, afirma Pedro Roberto Jacobi, professor da Universidade São Paulo (USP) e especialista em educação e meio ambiente. As escolas, diz ele, **precisam ir além da hortinha e dos ensinamentos sobre coleta seletiva**. Devem abordar as **políticas públicas**, o papel do governo e de cada indivíduo na busca de soluções eficientes para as questões ambientais.

As políticas públicas são apenas citadas pela fonte, e por isso acabam não redirecionando a reportagem para uma discussão mais aprofundada, ou seja, a própria narrativa da revista incorre no erro das escolas, apontado pelo entrevistado, pois destaca muito as ações individuais sem a devida contextualização.

Após outros exemplos de crianças “conscientes” e ativistas, a revista dedica um pequeno espaço para retomar, por outro viés, a questão do consumo (SD91):

SD91: Embora tenham uma **consciência ambiental surpreendente**, as crianças geralmente **não associam a produção** de um carrinho, uma boneca ou uma camiseta ao **consumo de água e energia elétrica, à emissão de gases poluentes ou à produção de lixo tóxico**. “A relação entre o consumo e o meio ambiente não é direta”, afirma Helio Mattar, presidente do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente. [...]

A relação entre meio ambiente e consumo não é direta, pois o custo ambiental na produção de bens é considerado pela economia capitalista como uma externalidade que somente nos últimos anos começa a ser estudada para compor preços, por exemplo. No entanto, como afirma a fonte da revista, o lado do consumo super incentivado pelo próprio sistema capitalista dificulta que crianças e jovens entendam as reais consequências deste consumo, mesmo que seja chamado de “consciente”.

A revista *Época* mistura sonhos infantis e seus desejos de consumo, com as questões ambientais, que passam especialmente pela produção de lixo e o depósito correto do que é descartado. Porém a lógica do consumo permanece. O enquadramento da revista desloca-se em direção à extrema responsabilidade individual. Crianças e jovens são bombardeadas sim, mas muito mais pelo capitalismo e seu consumo do planeta, em ritmo ainda irracional, do que pela educação ambiental.

As decisões e rumos do planeta são, no entanto, questões mais coletivas e de todas as gerações, não apenas “as futuras” que herdarão a maior crise ambiental.

O enquadramento sugere que as futuras gerações possam ter mais sucesso, porém ainda é preciso modificar ações institucionais no presente, com maior envolvimento de governos. No caso das empresas, fica claro que elas estão conectadas na questão ambiental especialmente porque veem um nicho de mercado, uma oportunidade de negócios e lucros já com as crianças e jovens, que são grandes influenciadoras do consumo das famílias atualmente.

O tema da mudança climática foi abordado na reportagem “A ideologia do clima/ A ofensiva dos céticos que negam a influência humana na mudança climática tem um pouco de ciência e muito de política”.

SD92: O nível de dióxido de carbono na atmosfera, medido desde 1959, bateu seu recorde em 2011. Esse é um dos principais indicadores do **aumento dramático dos gases de efeito estufa** devido à queima de combustíveis fósseis. Ao mesmo tempo, a camada de gelo do Ártico perde 100.000 quilômetros quadrados por ano, e o **nível do mar subiu 10 centímetros no último século**, numa velocidade tão inesperada quanto perigosa para o futuro do planeta. **A influência da ação humana no clima da Terra deixou de ser uma hipótese científica há algum tempo**. No entanto, **a questão climática parece ter perdido a urgência que tinha há alguns anos**. O tímido

documento aprovado ao final da Rio+20 e a **ausência de muitos líderes importantes na conferência** — o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, o mais destacado entre todos — são apenas os sinais mais eloquentes e recentes da perda de **fôlego político do movimento para conter o aquecimento global**.

A revista ratifica que há consenso científico em relação à influência da atividade humana para o aquecimento global. No entanto, o discurso repete que a Rio+20 teve um resultado tímido e pouca repercussão em função da ausência do presidente estadunidense, sendo, portanto, reforçado o argumento da revista de que o movimento para conter o aquecimento perdeu fôlego por questões ideológicas (SD92).

SD93: Depois de ser eleito em 2008 com uma agenda ambiciosa de transformação dos EUA numa economia verde, Obama preferiu, em vez de se deslocar até o Rio de Janeiro, cuidar da campanha pela reeleição. Obama enfrenta uma dura disputa com o **Partido Republicano, que aglutina os principais porta-vozes do movimento de negação da interferência humana nas mudanças climáticas. No Brasil, o movimento dos céticos do clima é pequeno e representado por minorias de estudiosos, em geral de pouca projeção**. No mês passado, às vésperas da Rio+20, 18 deles enviaram uma carta manifesto à presidente Dilma, em que contestam a responsabilidade humana pelo aquecimento da Terra. A repercussão do documento ficou limitada às redes sociais. Nos EUA, porém, o **ceticismo climático ganhou visibilidade** a ponto de patrocinar propagandas em outdoors, organizar passeatas antiambientalistas e virar tema de debates políticos na TV.

A visibilidade dos céticos no cenário político norte-americano é decorrente da oposição ao presidente Obama, que fora eleito a partir de uma plataforma ambiental ambiciosa em relação à mudança climática. No Brasil, apesar deste movimento negacionista ser minoritário, aproveitaram-se da Rio+20 para ganhar alguma visibilidade, enviando à presidente Dilma uma carta negando a responsabilidade humana para o aquecimento global (SD93).

A revista faz então uma contextualização, buscando explicações para o crescimento do movimento dos “céticos do clima”, em que pontos políticos e econômicos são destacados, conforme a SD94:

SD94: Quais são as razões da ofensiva dos céticos? A primeira razão está relacionada à **crise econômica que atinge os EUA e a Europa desde o crash financeiro de 2008**. Num momento em que **as pessoas estão preocupadas com o pagamento de suas dívidas ou com a perspectiva de desemprego, o aumento do nível dos mares deixa de parecer uma questão tão perturbadora, e o ardor ambientalista diminui**. No Reino Unido, **em 2007**, logo depois da divulgação de um estudo encomendado pelo governo britânico ao economista Nicholas Stern com previsões sobre os efeitos das mudanças climáticas na economia global, **19% das pessoas diziam que o aquecimento do planeta era um dos assuntos mais urgentes para o país. Em 2011, apenas 4% diziam o mesmo**. “A questão climática está sendo relegada a segundo plano”, diz o economista Manish Bapna, do World Resources Institute (WRI).

O tema recuou nos EUA e, segundo a revista, no Reino Unido o efeito foi semelhante. Em 2007 quase 20% das pessoas consideravam um dos assuntos prioritários para o país e, em 2011, apenas 4% apontaram isso. A crise econômica teria forçado este efeito, colocando assim a questão ambiental em segundo plano diante das necessidades mais urgentes em relação a empregos por exemplo. Nesta SD94 fica evidente a construção discursiva de justificativas para a falta de ação de alguns dos países mais ricos do planeta em relação às medidas de mitigação da mudança climática, incluindo planejamento de energias menos poluidoras. Neste período, por exemplo, os EUA passou a utilizar a exploração do gás de xisto como base para uma retomada econômica e para a geração de empregos, maior preocupação diante da crise daquele país.

SD95: Outro motivo para o **fortalecimento do ceticismo climático é o alarde exagerado que se fez em torno do aquecimento global**, há cerca de dez anos. Alguns acadêmicos cunharam a expressão “climagate” — uma alusão irônica ao escândalo de Watergate — para criticar o estrépito criado. “O bombardeio de anúncios apocalípticos, que inicialmente **seria positivo**

para chamar a atenção da população, acabou gerando superexposição e insensibilidade nas pessoas”, afirma o cientista britânico Martin Parry, professor do Centro de Política Ambiental do Imperial College London e membro do IPCC (iniciais em inglês para o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). **Diante de cenários tão catastróficos, parte da população, segundo Parry, desconfiou que algo poderia estar errado.** Recentemente, um dos patriarcas da questão climática, o cientista inglês James Lovelock, reconheceu que errara em várias de suas previsões sobre o planeta. Lovelock apenas adotou **um tom mais moderado sobre o aquecimento**, mas seu mea-culpa serviu para dar mais alento aos céticos.

A SD95 trabalha a questão do efeito midiático, atribuindo às divulgações alarmistas do início dos anos 2000, atrelando a elas a banalidade dos efeitos catastróficos previstos pelo aquecimento global. O erro em algumas previsões e o já famoso episódio do *Climagate* são outras causas da “descrença” no IPCC. O recuo de Lovelock é citado como um fermento para os negacionistas, na medida em que ele era um dos principais porta-vozes midiáticos para o alerta do aquecimento global. Desta forma, a revista produz o sentido de uma incompetência política que parte da ciência, que tem como aliada a própria mídia tradicional que deu grande repercussão aos alertas globais do IPCC.

O debate sobre o clima está em um novo estágio, descrito na SD96, em que o que importa agora são as questões econômicas e políticas, por isso os cientistas deixaram de ter preponderância na definição da agenda:

SD96: Uma terceira razão para o avanço dos céticos é o próprio **estágio do debate sobre o clima.** Hoje, **a influência do homem no aquecimento global é consenso entre os principais cientistas.** Os céticos se agarram às poucas dúvidas que ainda restam, como uma possível atenuação do efeito estufa pelo comportamento das nuvens. Richard Lindzen, professor de meteorologia do Massachusetts Institute of Technology (MIT), é o principal formulador da teoria. Ele diz que, num planeta em aquecimento, uma menor cobertura por nuvens altas nos trópicos permitirá que mais calor escape para o espaço. **“Hoje, a discussão principal é sobre o que deve ser feito para minimizar os efeitos do aquecimento global, uma questão política e econômica”**, diz o economista Bapna. Nesse estágio, questões como **o grau de intervenção do Estado, a regulação das atividades econômicas**

e a **distribuição dos recursos interferem no debate**. Os lobbies também mobilizam suas forças para influenciar a opinião pública e as negociações diplomáticas.

Os lobistas são fortes para a diminuição da força dos argumentos científicos que foram os grandes responsáveis para que o tema da mudança do clima tivesse a visibilidade e fosse tratado como uma questão importante no cenário mundial. No entanto, o enquadramento de que agora o que vale são as questões de Estado e, especialmente de regulação econômica, tem o efeito de distanciamento maior do problema para esferas não totalmente abertas ou controladas e acessíveis ao todo da sociedade. Este discurso é apaziguador de inquietações, desmobilizador, pois insinua estarmos de mãos atadas em relação ao problema.

Desta forma, a reportagem fecha a questão, retirando a pauta da ciência e colocando para a política e a ideologia as sérias definições que devem surgir globalmente:

SD97: Um exemplo da **contaminação política do debate sobre o clima se dá nos EUA**. Lá, em geral, **os céticos são pessoas mais refratárias a mudanças** e se alinham com o Partido Republicano. Os ambientalistas se identificam com o Partido Democrata. Essa polarização é corroborada por várias pesquisas.

SD98: Aaron McCright, da Universidade Estadual de Michigan, e Riley Dunlap, da Universidade Estadual de Oklahoma, descobriram que o grupo dos céticos é composto majoritariamente de homens brancos, conservadores, com mais de 40 anos, que se autodeclaram confiantes — perfil dos eleitores republicanos. Num estudo divulgado pela revista científica *Climatic Change*, o psicólogo britânico Adam Corner, pesquisador da Universidade Cardiff, sustenta que a opinião de alguém sobre as mudanças climáticas depende mais de sua visão de mundo que da capacidade de entender o fenômeno cientificamente. **“É a ideologia que torna o sujeito cético — e não a ciência”**, afirma Corner. Mesmo nas controvérsias regidas pela ciência, é a política que determina o rumo do debate.

O perfil político dos estadunidenses é utilizado para definir quem apoia ou não as questões do clima e então aqui a ciência é acionada como principal

articulação para essa definição, pois a polarização é “corroborada por pesquisas”. Segundo a revista, as pesquisas provam que a “ideologia é que torna o sujeito cético”, e diante disso, não caberia apelar para as inúmeras evidências científicas que são utilizadas pelo IPCC, ou para simplesmente observar os eventos extremos que já fazem parte da paisagem do planeta. Por este enquadramento, bastaria que o presidente Obama tivesse mais apoio, ampliando-se, portanto a massa de pessoas orientadas ideologicamente a apoiar as mudanças para um mundo mais sustentável. Embora o argumento seja válido, e propriamente possa ser verificado por pesquisas, há também nestas SD97 e SD98 uma percepção de que os Estados Unidos são uma amostra fidedigna do que ocorre no restante do mundo. Será que o impacto da mudança climática não continua sendo a principal preocupação de países pequenos, ilhas do Pacífico, comunidades de florestas e outros?

Após a análise da cobertura da Rio+20 na Revista *Época*, resumimos o seu enquadramento discursivo da seguinte forma: Nós temos a chave para organizar e dispor dos recursos naturais. Somos proprietários e dependentes.

Quadro 5 – Eixos do Discurso *Época*

Rio+20 fiasco	Soluções e Tecnologias	Economia/ Consumo	Aquecimento/ Clima	Protagonismo Jovem
Oportuno x Inoportuno	Tecnologia suficiente para evitar catástrofe ambiental	Recursos planetários para não comprometer a economia	A atividade humana está alterando o clima da Terra	Sofrem uma chuva de cobranças
Cientistas chegaram a conclusões aterradoras	Uso de fontes energéticas renováveis	Impossível crescimento econômico ilimitado sem considerar a oferta limitada de recursos naturais	Nos EUA, ceticismo climático ganhou visibilidade a ponto de patrocinar propagandas	Passatempos frugais se transformaram numa chance de salvar o planeta

Rio+20 fiasco	Soluções e Tecnologias	Economia/ Consumo	Aquecimento/ Clima	Protagonismo Jovem
Frustração Há vários sinais de esvaziamento político	Canalizar o metano e queimá-lo em geradores especiais Reciclagem de latas de alumínio Construção de sistemas de transporte coletivo limpos e eficazes, como o metrô	Quanto custaria, então, dar uma guinada rumo a uma economia mais limpa?	Fortalecimento do ceticismo climático pelo alarde exagerado que se fez em torno do aquecimento global	Convivendo num mundo que nem os cientistas sabem ao certo como será
Principal produto será um conjunto de metas simbólicas	Energia eólica ou construções eficientes	Opções de menor impacto ambiental dão retorno financeiro imediato	Diante de cenários catastróficos, população desconfiou que algo poderia estar errado	Os jovens de hoje assumiram um protagonismo inédito
Missão de encontrar um indicador econômico	Investimentos em tecnologias limpas dão mais retorno do que em indústrias sujas	A crise econômica inibe investimentos numa economia mais limpa	A influência do homem no aquecimento global é consenso entre os principais cientistas.	Geração dispõe de ferramentas para convencer brigar por uma causa
Tudo isso coroado por alguma declaração bonita e genérica	“pense no futuro, aja no presente”.	Ausência de muitos líderes importantes Perda de fôlego político para conter o aquecimento global	Os céticos se agarram às poucas dúvidas que ainda restam	Princípios éticos para o mundo sustentável são transmitidos dos filhos para os pais

Rio+20 fiasco	Soluções e Tecnologias	Economia/ Consumo	Aquecimento/ Clima	Protagonismo Jovem
Carta de intenções Provável fiasco diplomático		As pessoas estão preocupadas com o pagamento de suas dívidas	Discussão principal é minimizar os efeitos do aquecimento global	As empresas detectaram o movimento verde no universo infantojuvenil.
		O aumento do nível dos mares deixa de parecer uma questão tão perturbadora Ardor ambientalista diminui	Uma questão política e econômica	As crianças geralmente não associam a produção ao consumo de água e energia elétrica

Observando-se os eixos do discurso de *Época* (*Quadro 5*) também podemos afirmar que há deslizamento do sentido para uma ética com o futuro (novas gerações). Ou seja, a revista aponta o protagonismo de jovens e as soluções tecnológicas e econômicas para conter a crise ambiental, no entanto a perspectiva é da iniciativa privada, do mercado e da economia. Em alguns momentos é possível ver espaços rápidos para um sentimento de que temos, em nossas mãos, a responsabilidade com a vida, com as futuras gerações. Identificamos a FD predominante Ecotecnocrática, como leve atravessamento da FD Ecosocial.

4.4 CARTA CAPITAL: UMA GOTA DE EXPECTATIVA?

As paráfrases encontradas nas reportagens de *Carta Capital* foram agrupadas em quatro temas principais: Rio+20: ausência de governança global; Economia verde polêmica; Problemas ambientais urgentes; Tecnologia e esperança.

Quadro de Paráfrases *Carta Capital*

Rio+20
Consensos globais
Agenda para contemplar interesses
Governança global
Diminuição papel do Estado
Instrumentos novos
Declaração de intenções
Bússula
Inexistência de acordo
Diálogos com ONGs, empresas e movimentos
rumos para o desenvolvimento sustentável
urgência imposta pelas crises
barreiras que impedem consenso
declaração final prolixa, vaga e sem foco
ONGs envergonhadas de assinar
falta de temas urgentes
fundo para guinada ecológica foi rejeitado pelos ricos
Economia verde
Polêmica
Reduzir emissões
Criação empregos
Inclusão social
Maquiagem - Reforma superficial
Quem vai pagar a conta?
Expectativa para mudar padrões de consumo de ricos
Promessa de ajuda ao desenvolvimento
Sonhada mudança estrutural da economia global gera mais empregos
proposta de substituir PIB
limites de um planeta finito e as possibilidades de superação
revoluções tecnológicas não resolvem o problema da equidade
Problemas ambientais
nenhuma meta de 1992 foi cumprida

o tema sustentabilidade ganhou espaço
eventos climáticos extremos
saneamento básico no BR
Política Nacional de Resíduos Sólidos
metas ambiciosas em relação às mudanças climáticas
senso comum de que o planeta ficou pequeno
excessos na exploração de recursos naturais
desperdício de recursos
perda na cadeia de alimentos
relatório de sustentabilidade em empresas
é preciso agir mais rápido
Tecnologia e esperança
visão de mundo mais focada em redução de desigualdades
construção de uma economia menos predatória
inclusão social, baixas emissões de carbono e de governança avançada
energia limpa
dessalinização da água de aquíferos
eficiência no uso de energia e matérias-primas

A maior parte dos textos foi publicada no especial Carta Verde, encartado em sua edição, com a manchete “Rio+20: o que esperar da Conferência das Nações Unidas”. A revista demonstra pouco otimismo em relação à conferência. A imagem de uma folha verde, em que um gota d’água se desprende é bastante significativa (*Figura 8*).



Figura 8 – Capa *Carta Capital* Rio+20

A folha verde traz o sentido da vida em si, pois biologicamente é a parte da planta responsável pela vitalidade, pela respiração. No entanto, ao ilustrar a manchete sobre a expectativa em relação à Conferência com uma única folha, traz o sentido de urgência, ou de solidão, desamparo e desilusão. Há nesta imagem a urgência para tomar as ações humanas na direção da sustentabilidade. O verde também simboliza a esperança. Na narrativa bíblica sobre o grande dilúvio, por exemplo, a pomba branca trouxe uma folha verde para mostrar a Noé que já havia terra à vista.

Por outro lado, podemos destacar a gota d'água que se desprende ou, está prestes a cair. A água é o principal elemento da vida humana e de todos os seres vivos. A crise ambiental aponta grande risco de desabastecimento (o que já ocorre em vários locais do mundo) bem como da escassez e da falta de qualidade da água disponível. É considerado um grande desafio a ser vencido, ainda mais com os conhecidos e intensos interesses econômicos em função de ser a captação, a distribuição e a venda de água um negócio de bilhões no mundo todo, sendo alvo de corporações multinacionais de peso.

O discurso sobre “o que esperar” é colocado de forma a parecer “neutro”, porém junto à imagem forma um sentido de desencanto ou pessimismo em relação à Rio+20, conforme podemos ver no texto da reportagem principal (SD99):

SD99: **Em tese**, a conferência Rio+20 deveria servir como **mais um passo para definir a face do futuro da humanidade. Há alguns consensos globais em relação à degradação ambiental e à necessidade de redução das desigualdades. Concordâncias no atacado, mas muitas dúvidas no varejo.** Desde que a conferência foi proposta pelo ex-presidente Lula, durante a abertura da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2007, iniciou-se uma **infundável série de consultas para fechar uma agenda capaz de contemplar os interesses de quase duas centenas de países participantes.** Dois eixos foram definidos pela ONU para os debates no Rio de Janeiro: “A Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza” e “Governança Global para o Desenvolvimento Sustentável”.

Alguns consensos indicam justamente que há ressalvas em relação aos problemas políticos, dificultando o fechamento de uma agenda que contemple todos os países (SD99). O texto começa com a expressão “Em tese”, que indica que algo pode não ser aquilo que deveria ser, ou “parece ser” o que não é. No caso, questiona-se se a Rio+20 é um passo importante para definir os rumos da humanidade na questão ambiental.

SD100: A chamada economia verde é alvo de polêmica, enquanto propõe **aplicar tecnologias para reduzir as emissões de carbono** com a criação de empregos decentes e inclusão social, **o conceito poderia servir como maquiagem** para uma reforma superficial do atual modelo econômico, sem alterar substancialmente as atuais regras de mercado, sujeitas a crises periódicas e que perpetuam desigualdades.

Na SD100, a noção de Economia Verde é colocada como polêmica e definida como aplicação da tecnologia para diminuição de gases de efeito estufa e para geração de empregos decentes, porém é alvo de crítica por ser utilizada como maquiagem para empresas que tendem apenas a servir ao atual modelo econômico, “sem alterar substancialmente as regras de mercado”.

SD101: No outro vértice está a **governança global**, que, diferentemente do que acontecia em 1992, encontra um campo mais fértil nos governos que

atuam fortemente para superar **crises originadas pelo excesso de desregulamentação dos mercados e diminuição do papel do Estado.**

Outro ponto temático da Rio+20 foi a governança global, sendo que *Carta Capital* indica que esta discussão ganha fôlego com a crise originada pela desregulamentação do mercado e a diminuição do papel do Estado. Ou seja, a governança global é entendida como a chave para a costura de acordos e a plena realização dos planos da economia verde.

SD102: A Rio+20 conta com **instrumentos novos para o debate e implantação de modelos de gestão para as mudanças de rumo necessárias, tanto na economia quanto na governança.** O principal documento a ser publicado ao final da conferência, sob o expressivo título O Futuro Que Queremos, **será uma declaração de intenções de quase duas centenas de chefes de Estado e de governos.** Não será um tratado global com força de lei, mas uma **nova bússola para o desenvolvimento da economia e da governança global.** A novidade é que o documento estará na internet, em dezenas de idiomas e sendo discutido, criticado e apoiado por bilhões de seres humanos. Algo impensável em 1992.

A SD102 destaca que o documento final da Rio+20, “O futuro que queremos” será uma declaração de intenções sem força de lei. A diferença em relação a 1992 é a ampla participação e debate do mesmo, pois este ficaria disponível na internet. O documento seria um instrumento novo para as mudanças que são prioritárias, conforme *Carta Capital*: na economia e na governança.

SD103: **A inexistência de um acordo forte não autoriza uma avaliação antecipada que aponte o fracasso da Rio+20.** Secretário (com status de ministro) do Meio Ambiente durante a Rio 92, o professor José Goldemberg lembra que naquela conferência foi feito um grande esforço para adotar medidas mandatórias. “Um ponto muito bom foi a adoção da Agenda 21, que tem caráter parecido com o da Rio+20. É um conjunto de exortações e de propostas. Não tem metas, simplesmente delinea caminhos. **A Agenda 21 não foi aprovada em 1992,** os governos não votaram. Ela **tornou-se um compromisso voluntário,** mas curiosamente milhares de prefeitos, em

todo o mundo, acabaram adotando muitas daquelas medidas e avançaram em direção à sustentabilidade”, lembra o ex-ministro.

O discurso, apesar de não ser otimista, também não é de todo pessimista. Coloca-se, na SD103, que em 1992 também não houve documentos mandatários e, mesmo assim, a Agenda 21 é considerada um marco na relação das cidades com o meio ambiente. Ou seja, o fracasso não pode ser apontado de antemão (SD103).

Outra novidade implantada pelo governo na conferência é o chamamento à participação de organizações, empresas e movimentos sociais para discutir propostas em várias frentes e temas complexos. Com isso, o evento que era direcionado aos chefes de Estado, ganha uma face de maior participação social, ratificado pela declaração da ministra do Meio Ambiente (SD104 e SD105):

SD104: Uma **inovação do governo brasileiro foi a criação de quatro dias de “Diálogos”**, que devem atrair ao Riocentro até 50 mil participantes — de **organizações não governamentais, empresas e movimentos sociais do mundo todo** — para “gerar propostas de como a sustentabilidade pode ser aplicada a uma série de questões”, de segurança alimentar a migrações, passando pelo complexo tema da produção e do consumo sustentáveis.

SD105: **“Pela primeira vez estamos promovendo um diálogo da sociedade civil com os chefes de governo e de Estado a partir de uma pauta específica”**, comemora a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. “Antes você ficava com o chefe de Estado num mundo à parte, encastelado. Agora não. Estamos colocando no cenário político o setor produtivo e a sociedade civil, mulheres, negros, todos os movimentos sociais, para debater temas estratégicos da agenda mundial.

O discurso torna-se mais sombrio, no entanto, quando o assunto é economia. Na SD106, também são apontados os contrastes entre as opiniões, criando inclusive a expressão “céticos da economia verde”, uma alusão aos chamados “céticos do clima” (que desconsideram a atividade humana para o aquecimento global iminente).

SD106: A mais espessa das **nuvens de interesses que separa os dois mundos, sociedade e governos**, resume-se a uma questão simples para os céticos.

cos da economia verde: **Quem vai pagar a conta?** Ao fim da rodada extra de negociações, que ocorreu de 29 de maio a 2 de junho, em Nova York, para refinar a declaração dos governantes, o secretário-geral da Rio+20, Sha Zukang, disse existir a expectativa de que os países desenvolvidos “avancem mais rapidamente para mudar os padrões de consumo insustentáveis” e “cumpram a promessa de ajuda ao desenvolvimento”.

A expressão “quem vai pagar a conta” é repetida em vários momentos da cobertura da imprensa em relação à proposta de mudanças econômicas em direção à aclamada economia verde e se repete em *Carta Capital*. Além disso, as nações mais ricas assumiram compromissos de ajudar no desenvolvimento dos mais pobres, incentivando a sustentabilidade, porém não cumpriram com suas metas. Com isso, paira no ar a desconfiança de que um acordo seja praticamente impossível (SD106). No entanto, conforme a SD107, também existe no horizonte a pretensão de colocar, mesmo diante da crise global, um rumo com objetivos de médio e longo prazo:

SD107: A avaliação de Zukang indica que a Rio+20 é, em essência, uma conferência que pretende estabelecer rumos para o desenvolvimento sustentável no médio e longo prazo, a despeito da urgência imposta pela confluência de crises, a ambiental, a financeira e a social.

Os emergentes são colocados como a principal esperança da diplomacia brasileira, já que as estrelas da política, especialmente Obama e Merkel, não confirmaram presença na Rio+20 (SD108):

SD108: A diplomacia brasileira aposta que a anunciada ausência do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e a da chanceler alemã, Angela Merkel, será amplamente compensada pela presença maciça dos **emergentes — o grupo de países que mais cresceram e transformaram a economia global nas duas décadas recentes**. Em consequência dessa transformação, o Brasil teria 7% dos empregos formais gerados por empreendimentos “verdes”, de acordo com estudo publicado recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em colabo-

ração com a Organização Internacional do Trabalho. **O estudo defende que uma economia mais verde gera mais empregos.**

O Brasil é um dos emergentes e, como anfitrião, faz um esforço para mostrar seus melhores índices na área ambiental, como no caso da geração de empregos, em alta na década de 2002-2012, sendo que 7% destes são considerados de economia “mais verde”, sem destacar exatamente o que entraria dentro desta noção (SD108).

SD109: Uma forma de facilitar o **engajamento da sociedade global nos esforços para construir uma economia verde** pode ser a adoção de uma proposta tomada pelo governo da Colômbia, o estabelecimento dos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que, a exemplo dos Objetivos do Milênio, seriam compromissos com metas, prazos e resultados definidos. Mas a crise financeira global e a diversidade de estágios das economias nacionais são barreiras** que impedem os representantes de mais de 190 países **chegar a um consenso**, a desgastante fórmula de negociação de tratados internacionais adotada pelas Nações Unidas. O que se espera agora, mais modestamente, é uma **declaração de princípios, com prazo para negociação de metas até 2015.**

Há muitas dificuldades no caminho do engajamento da sociedade global, conforme vemos na SD109. Este enquadramento demonstra descrença de que os objetivos de desenvolvimento sustentável sejam viáveis naquele momento em que a crise global apertava o cinto da maioria dos países. A falta de um consenso apontava uma meta mais tímida, como uma “declaração de princípios”.

SD110: Seja qual for o **nível de ambição dos consensos pactuados para a implantação da economia verde com inclusão social, a governança global para o desenvolvimento sustentável também passará por uma revisão.** Uma das opções em estudo, considerada modesta, mas apoiada abertamente pelo governo brasileiro, é **melhorar o status do Pnuma**, que hoje funciona à mercê das doações (às vezes “carimbadas” para financiar atividades específicas) de um grupo reduzido de 58 países. O programa

seria transformado numa agência com mandato semelhante ao da Organização Mundial do Comércio para negociar políticas e impor sanções.

SD11: Com tantas implicações políticas e econômicas de gravidade extrema, é mais provável que surja na conferência uma proposta de criação de um Conselho do Desenvolvimento Sustentável, com suporte político da Assembleia Geral das Nações Unidas, com autonomia na **formulação de diretrizes para a economia verde.**

Entre as opções, diante das barreiras para o consenso, está a proposta brasileira de transformar o PNUMA em agência da ONU, com o mesmo *status* da OMC, ampliando seu poder de fazer política e aplicar sanções na área ambiental. A outra proposta é a criação de um conselho que faria a formulação de diretrizes para a economia verde. O enquadramento revela um clima de negociação em que o peso do ambiente está em jogo, se seria maior ou menor, diante da governança dos países e pactuado dali para diante.

SD112: Outro tema que **desperta paixões** e vai emergir na Rio+20 é a substituição do conceito de Produto Interno Bruto (PIB) para medir a atividade econômica. **“Você destrói uma floresta inteira, mas como existe atividade e um produto gerado, isso vai aumentar o PIB. Isso é certo?”**, pergunta o ex-ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, ao defender o estabelecimento de uma nova métrica. **“É fundamental substituir o PIB por um indicador de desenvolvimento sustentável, que além do crescimento econômico tenha indicadores de redução da pobreza e outros que sirvam para quantificar o passivo ambiental que você acaba produzindo no curso do desenvolvimento.** Outro defensor da tese de que o PIB não pode mais ser um indicador de sucesso é o economista Ladislau Dowbor, que faz uma conta simples: [...] Para ele, **a medida do sucesso deveria ser justamente a capacidade de se oferecer condições dignas e qualidade de vida para todos os habitantes da Terra.** E lembra: “Essa conta foi feita para os atuais 7 bilhões de seres humanos, mas em 2050 devemos ser 9 bilhões”.

A definição de um novo índice para medir o desenvolvimento no mundo é colocada como um tema que “desperta paixões”. Questiona-se, por exemplo, se a destruição da floresta na geração de produtos que rodam a economia pode ser

contada como “desenvolvimento” sendo, portanto lançada a ideia de um indicador em que a redução da pobreza ou a qualidade de vida seja contabilizada. O enquadramento da economia verde e da discussão de um “novo PIB” traz a dimensão de quanto é preciso modificar nossa maneira de pensar e de se relacionar com o ambiente, com todas as culturas que existem no mundo. Em várias, a felicidade já é um índice que, nem sempre medido ou quantificado, é levado em conta para a vida em comunidade.

SD114: Por trás de todo o debate às vésperas da Rio+20, na fronteira do **conceito de economia verde** encontra-se o **paradoxo entre os limites de um planeta finito e as possibilidades de superação das crises que a inovação tecnológica proporciona**. “Até hoje, todas as previsões de catástrofes iminentes ou quase iminentes foram superadas por revoluções tecnológicas”, pondera Goldemberg. “Um dos problemas mais agudos, o do suprimento de energia limpa, seguramente tem solução porque há uma fonte inesgotável, o Sol. Nós a estamos usando apenas parcialmente, com a eólica e as células fotovoltaicas, que são energias solares”.

O debate econômico é colocado pela revista como a resolução de um paradoxo entre a finitude de alguns recursos do planeta e o uso da tecnologia na resolução e superação de crises. Os dois lados podem ser equacionados, conforme a fonte utilizada pela reportagem, desde que se use a tecnologia adequada, como por exemplo, para suprir o mundo com energia limpa, lançar mão da energia solar. Este enquadramento é direcionado ao conceito de economia verde, para a qual é necessário continuar gerando desenvolvimento, a partir da tecnologia “limpa”. Encontra-se, portanto, dentro da perspectiva ecotecnocrática predominante (SD114).

SD115: Goldemberg alerta, no entanto: “**As revoluções tecnológicas não resolvem o problema da equidade**, o problema de atender às necessidades dos mais pobres sem provocar a reação adversa dos mais ricos”. Talvez seja esse o sintoma mais agudo de **decadência de um sistema**, que o também físico **Fritjof Capra identificou como ponto de mutação para uma nova ordem na sociedade humana**.

No entanto, o alerta de que as revoluções tecnológicas não resolvem os problemas de desequilíbrios já existentes na sociedade, por exemplo, em relação às diferentes necessidades de ricos e pobres. A reportagem utiliza da proposta de Capra, colocando-se a questão do ponto de vista civilizatório, não apenas econômico. Na SD115, percebe-se este deslizamento de sentido, já que o enfoque econômico e científico é dominante no enquadramento da *Carta Capital*.

SD116: Praticamente, **nenhuma das metas ambientais acertadas nestes 20 anos foi cumprida**. O tema sustentabilidade ganhou, porém, espaços mais nobres na mídia e nas empresas. O **furacão Katrina**, que devastou New Orleans, nos Estados Unidos, em 2005, ganhou manchetes como o **mais caro da história do mercado segurador** mundial. As indenizações passaram dos 40 bilhões de dólares. O segundo lugar nesse ranking é ocupado pelo **tsunami de Fukushima, em 2011**, que redundou no pagamento de prêmios de 35 bilhões de dólares. Em março de 2004, o Brasil registrou o primeiro furacão da história no Hemisfério Sul, o **Catarina**, que deixou 11 mortos e prejuízos de 830 milhões de reais em Santa Catarina. E os eventos climáticos extremos aumentaram em frequência e intensidade, como a **seca que atingiu a Amazônia** em 2005, uma das mais severas registradas na região.

A SD116 faz um histórico desde a Eco92, afirmando que as metas ambientais não foram cumpridas e que, além disso, os eventos climáticos extremos tiveram aumento de força e frequência em várias partes do mundo. A análise leva em conta o impacto destes no mercado de seguradoras e os prejuízos econômicos e humanos decorrentes. O sentido de urgência e de gravidade dos efeitos da falta de ação fica claro e o enquadramento sobre os riscos e os custos relacionados às alterações climáticas também.

SD118: Diante desse **mosaico de transformações no mundo e na economia, as questões ambientais entraram definitivamente na agenda dos governos, das empresas e da sociedade em geral**. O Brasil que abre a Rio+20 se **arrasta em temas relevantes como saneamento básico**, que ainda passa ao largo de mais da metade dos domicílios, ou cerca de 25 milhões de lares, que não possuem sequer ligação com a rede coletora de esgoto e tem 80% dos dejetos lançados diretamente nos rios sem nenhum tipo de

tratamento. O País avança, porém, ao criar uma **moderna Política Nacional de Resíduos Sólidos**, que propõe uma avançada cadeia de valor por meio da logística reversa de materiais.

SD119: Também conta com **metas ambiciosas em relação às mudanças climáticas, apresentadas pelo governo em 2009, durante a COP15**, Conferência das Partes sobre Clima de Copenhague, que depois foram consolidadas em uma Política Nacional de Mudanças Climáticas. A mesma COP que não conseguiu um novo acordo global para substituir as metas do Protocolo de Kyoto, que desde 1997 tem sido empurrado com a barriga pelos Estados Unidos e não conseguiu impor ao mundo suas metas de redução de emissões de CO₂.

As transformações ambientais destacadas, bem como a crise econômica mundial, trazem o tema ambiental para o centro das atenções e a realização da Rio+20 enseja o questionamento sobre o que está sendo feito no país sede. Assim, a SD118 aponta as carências de saneamento em contraste com a moderna lei que pretende acabar com os lixões no Brasil. Já a SD119 enfatiza as propostas para redução de gases de efeito estufa, apresentadas pelo país em 2009 na COP15. Ou seja, o sentido de que há algumas medidas importantes enquanto existem problemas históricos a serem enfrentados.

SD120: Mesmo sem grandes acordos, a Rio 92 deixou heranças importantes, entre elas o senso comum de que o **planeta ficou pequeno**, deixou de ser um aglomerado de nações para se tornar uma **sociedade global**, com dilemas e desafios que transcendem as fronteiras humanas.

O balanço inclui o legado da Eco92 que é considerada um marco mundial e para a revista um dos principais é o senso disseminado de que o planeta é pequeno e que os desafios são globais, dependem portanto de acertos entre todas as nações (SD120). Este enquadramento valoriza o evento da Rio+20, pois indica a necessidade da busca de acordo, um dos objetivos da conferência.

SD121: Desde os anos 1980, o sistema **ONU alertava para os riscos da mudança climática**. Em 1987, a Comissão Brundtland, liderada pela médica e ex-primeira-ministra da Noruega Gro Brundtland, divulgou o relatório

Nosso Futuro Comum, encomendado pelas Nações Unidas, com dados sobre os **excessos na exploração de recursos naturais**. É dela a definição que aponta o “desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

SD122: Nessa linha, um dos principais problemas é o **desperdício de recursos, principalmente nas cadeias de produção de alimentos**. Segundo a FAO (organização da ONU sobre agricultura), quase 50% do que se planta não chega às mesas, com perdas em quase todos os elos da cadeia de produção, venda e consumo.

O conceito de desenvolvimento sustentável e os alertas sobre os riscos da mudança climática são colocados como centrais no debate ambiental. Além disso, o desperdício de alimentos é um problema gigantesco, tanto quanto o número de pessoas a serem alimentadas no planeta (SD121). O enfoque, aqui, direciona-se em função do uso exagerado dos recursos, uma das primeiras percepções da crise ambiental planetária, que coloca os limites para esta exploração a partir do legado a ser deixado para as futuras gerações (SD122).

SD123: O **principal documento da Rio 92 é a Agenda 21**, que mesmo sem força legal apontou rumos para o planejamento do desenvolvimento sustentável em todos os níveis de gestão. Ela **orienta os países e governos locais** a atuarem no combate à pobreza, proteção à atmosfera, planejamento do uso do solo, combate ao desmatamento e à desertificação, cuidado com os recursos hídricos e proteção à biodiversidade, tratamento e destinação responsável de resíduos urbanos e industriais e educação ambiental.

SD124: Do ponto de vista das empresas, os avanços se deram nos **processos de gestão, com a criação de índices de sustentabilidade nas principais Bolsas de Valores** do mundo, como o Dow Jones Sustainability, em Nova York, e o ISE na BM&FBovespa em São Paulo. Além disso, um componente novo entrou no cenário: o **relatório de sustentabilidade**. Ainda que não tenha se tornado uma peça legítima de transparência corporativa, é um avanço diante da completa ausência de informações que vigorava no século XX.

SD125: Ao final da Cúpula da Terra do Rio de 1992, a **mídia se apressou em anunciar o fracasso da conferência**. Passados 20 anos, alguns dados

apontam que o desenvolvimento sustentável avançou ao menos em um ponto: no consenso global sobre os conceitos e princípios fundamentais da sustentabilidade, nos mecanismos e ferramentas para a sua implantação e no arcabouço legal para uma governança ambiental do planeta.

Outros dois pontos referentes à Rio92 aparecem como essenciais e são considerados avanços: o direcionamento para governos locais e nacionais a partir da Agenda 21; e a incorporação de índices de sustentabilidade nas bolsas de valores e nos princípios da gestão das empresas (mesmo que os tais relatórios de sustentabilidade não sejam sempre legítimos). O desenvolvimento sustentável tornou-se central no debate ambiental, bem como os mecanismos para implantar uma governança global pela sustentabilidade (SD123, SD124 e SD125).

Chama a atenção, na SD125, a crítica apressada da mídia, que taxou a Rio92 como um fracasso, o mesmo que ocorre em relação à Rio+20, considerada um fiasco por outras revistas semanais já estudadas neste trabalho e pela própria *CartaCapital*, porém após os resultados divulgados.

SD126: A nova conferência, que começa na quarta-feira 13, vai debater como aplicar esses conhecimentos em uma governança global pela sustentabilidade e na implementação de uma **economia verde, focada na inclusão e na distribuição mais equitativa dos recursos do planeta**. Com uma diferença: **é preciso agir mais rápido. O mundo não pode esperar mais 20 anos por mudanças efetivas**.

A urgência aparece novamente no discurso de *Carta Capital*, pois se após 20 anos da Rio92 poucas metas foram implementadas, a ação deve ser mais rápida partir de agora. O enquadramento da economia verde é tomado como fundamental e conceituada dentro da ideia da inclusão e da equidade, trazendo, portanto, um deslizamento de sentido em relação ao que é normalmente associado ao termo economia verde, geralmente pressionada prioritariamente pelo mercado de produtos e tecnologias limpas, para a continuidade do desenvolvimento e do crescimento econômico (SD126).

SD127: Não é que o mundo tenha deixado de ser governado pelo poder econômico e militar, mas existem outros valores em emersão neste início de

século e a Rio+20 pode ser uma oportunidade para a consolidação de uma **visão de mundo mais focada em redução de desigualdades e construção de uma economia menos predatória.**

SD128: Nos últimos anos, o Brasil tem se esforçado para ocupar uma posição de protagonismo nesse cenário e em algumas áreas tem avançado de forma importante. Existem setores em evidência e que formam parte de um modelo econômico de inclusão social, baixas emissões de carbono e de governança avançada. Alguns destaques ficam para a **geração de energia limpa**, um setor no qual o País já sai com um handicap favorável, com quase 50% da produção baseada em hidrelétricas, uma das fontes mais sustentáveis à disposição.

Valores novos são trazidos pela revista, ao tratar dos desafios da Rio+20, entre eles a redução da desigualdade e a economia “menos predatória” (SD127), com destaque à atuação do Brasil, que tem um modelo de inclusão social, baixas emissões de carbono e de governança avançada (SD128).

SD129: O Estado **regula e estimula a geração de energia, mas empresas têm assumido a vanguarda não apenas em investimentos, mas em pesquisas para a inovação.** Mesmo em áreas tradicionais como a produção de cana-de-açúcar e álcool, um biocombustível com escala nacional, os avanços vão além do setor automotivo. A cogeração de eletricidade com o uso do bagaço da cana recebe investimentos respeitáveis do BNDES.

As empresas que investem em inovação são destacadas neste novo cenário econômico. Neste enquadramento, sobressai a ideia de que o Estado é incentivador, mas as empresas são a vanguarda de investimentos e pesquisa.

SD130: A **economia inclusiva depende da criatividade** na resolução de alguns problemas que se arrastam há décadas, como a coleta e tratamento de esgotos. Atualmente, 80% dos esgotos domésticos em todo o Brasil são despejados in natura no meio ambiente, o que é um enorme desperdício de recursos, uma vez que esse mesmo dejetos pode ser utilizado para a geração de eletricidade.

A SD130 defende o uso da criatividade para enfrentar velhos problemas, como o esgoto doméstico no Brasil, que é considerado um desperdício de recurso, pois poderia gerar eletricidade. O enquadramento do uso de tecnologia disponível para a economia, uma versão importante da linha da economia verde.

SD131: No Nordeste há projetos para a dessalinização da água de aquíferos para ampliar a oferta do recurso, assim como programas de implantação de cacimbas, que armazenam a chuva. A Fundação Banco do Brasil (FBB), que financia projetos de tecnologia social, atua na busca de soluções para amenizar o impacto da seca na região do Semiárido. “Nosso objetivo é **viabilizar estratégias de desenvolvimento local por meio de tecnologias** que consigam estabelecer uma base para a qualidade de vida e o empreendedorismo”, diz Claiton Mello, gerente de educação e tecnologias inclusivas da FBB.

A visão da tecnologia resolvendo grande parte dos problemas ambientais é reforçada também na SD131.

SD132: Da mesma forma, outras empresas, o Walmart Brasil entre elas, atuam no desenvolvimento de tecnologias e processos com potencial de transformar as relações econômicas pela eficiência no uso de energia e matérias-primas. Um trabalho realizado com fornecedores de diversos tipos de produtos da rede de supermercados buscou mais eficiência em toda a cadeia produtiva, de forma a tornar cada item menos impactante sob o ponto de vista ambiental. “Conseguimos números impressionantes de economia em quase todos os tipos de matérias-primas, água e energia”, explica Daniela de Fiori, vice-presidente de sustentabilidade.

O papel do setor privado, empresarial, na gestão mais eficiente de recursos e na implantação de projetos de sustentabilidade surge como um contraponto ao poder público que muitas vezes parece imóvel diante da crise.

SD133: E o mais importante: quando grandes empresas atuam para melhorar o desempenho de seus produtos ou investem em inovação, a atitude provoca um efeito cascata sobre a economia. “O impacto é muito maior,

porque cada elo da cadeia de valor cobra mudanças de seus fornecedores”, explica o consultor Homero Santos, que atua em projetos de qualificação no Centro Sebrae de Sustentabilidade, criado para preparar as micro e pequenas empresas para os desafios da nova economia.

Após a conferência, o tom de *Carta Capital* foi incisivo: “Rio+20, mais caos e mais enrolação”.

SD134: O QUE FICOU DA Rio+20 até agora? Era o que se perguntavam os milhares de manifestantes que tomaram as ruas do Rio de Janeiro para protestar durante a abertura da cúpula de chefes de Estado, na quarta-feira 20. A conferência sobre desenvolvimento sustentável, que deveria **teoricamente ditar os rumos da vida na Terra pelos próximos 20 anos**, acabou com uma **declaração final prolixa, vaga e sem foco**, cujos 283 tópicos versaram sobre tudo e conquistaram nada em termos concretos. Enquanto o **texto da conferência serviu pouco para avançar** nas discussões sobre meio ambiente, a própria organização do evento não foi mais feliz.

A SD134 faz uma avaliação negativa da Rio+20, indicando que a teoria de que haveria avanços significativos falhou. O enquadramento é de fracasso, indicado pela crítica de que a declaração final não chegou a acordos concretos. Além do texto, a própria organização do evento é criticada.

SD135: As ONGs chegaram a pedir que a menção “sociedade civil” fosse retirada do texto final, envergonhadas de assinar uma declaração que sintetizou a ausência de governança global, comprometimento concreto dos países ricos e qualquer proposta além da retórica diplomática de cúpulas dessa magnitude. Nas ruas, mulheres protestaram contra a aquiescência ao Vaticano que extirpou o termo “direitos reprodutivos” do texto final em prol de “saúde reprodutiva”, o que foi visto como a taxa de desemprego de maio no Brasil. Segundo o IBGE, a maior para o mês desde o início da série-histórica pelas militantes como um retrocesso na discussão sobre o aborto. Entidades diversas também protestaram contra o silêncio do texto sobre a biodiversidade marinha, sobre o código florestal brasileiro aprovado no mês passado e sobre a falta de propostas concretas ao fim de dias de discussão. Para onde foram os 30 bilhões de dólares anuais que

financiariam a economia verde? A proposta dos países emergentes de criar um **fundo para fomentar uma guinada ecológica na economia mundial foi rejeitada pelos ricos**, imersos na crise econômica recente. O próprio secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse que a conclusão do maior evento da ecologia mundial foi “tímida”.

Com a cobertura de *Carta Capital*, destacamos seu enquadramento: A crise ambiental é grave e urgente, é necessário agir rápido, com tecnologias limpas e criativas, pois pode ser a última chance.

Quadro 6 – Eixos do discurso *Carta Capital*

Rio+20: ausência de governança global	Economia verde polêmica	Problemas ambientais urgentes	Tecnologia e Esperança
Consensos globais	Polêmica Reduzir emissões Criação empregos Inclusão social	Nenhuma meta de 1992 foi cumprida	Consolidação de uma visão de mundo focada em redução de desigualdades
Agenda para contemplar interesses	Maquiagem Reforma superficial	O tema sustentabilidade ganhou espaço Indenizações - eventos climáticos extremos	Construção de uma economia menos predatória Inclusão social
Governança global Diminuição papel do Estado	Quem vai pagar a conta? Expectativa para mudar padrões de consumo de ricos Promessa de ajuda ao desenvolvimento	Saneamento básico no BR Política Nacional de Resíduos Sólidos	Baixas emissões de carbono Governança avançada

Rio+20: ausência de governança global	Economia verde polêmica	Problemas ambientais urgentes	Tecnologia e Esperança
Instrumentos novos Declaração de intenções Bússola Inexistência de acordo	Sonhada mudança estrutural da economia global Gera mais empregos Proposta substituir PIB	Metas ambiciosas em relação às mudanças climáticas	Energia limpa
Diálogos com ONGs, empresas e movimentos Rumos para o desenvolvimento sustentável	Limites de um planeta finito e as possibilidades de superação	Senso comum de que o planeta ficou pequeno	Dessalinização da água de aquíferos
Urgência imposta pelas crises Barreiras que impedem consenso	Revoluções tecnológicas não resolvem o problema da equidade	Sociedade global Excessos na exploração de recursos naturais Desperdício de recursos Perda na cadeia de alimentos	Eficiência no uso de energia e matérias-primas
Declaração final prolixa, vaga e sem foco Conquistaram nada em termos concretos ONGs envergonhadas de assinar Ausência de governança global Falta de temas urgentes		Relatório de sustentabilidade em empresas	
Fundo para guinada ecológica foi rejeitado pelos ricos		É preciso agir mais rápido	

Este enquadramento é crítico, porém não totalmente pessimista (veja detalhes no *Quadro 6*). A capa ilustrada com a última gota d'água traz urgência e gravidade à crise ambiental. Encontramos o sentido da falta de tempo, indicando “última chance”, por isso acionando uma memória pessimista e alarmista. O deslizamento ocorre em algumas críticas ao conceito de economia verde. Apresenta, ainda, o postulado de que seria preciso trabalhar mais as questões da desigualdade, colocando que as tecnologias limpas, embora estejam associadas às soluções para a crise ambiental, não podem resolver questões de cunho político e social. Desta forma, identificamos que *Carta Capital* está alinhada à FD Ecotecnocrática, com forte atravessamento da FD Ecosocial.

UM NOVO LUGAR PARA AS NOTÍCIAS

A mudança climática é um tema especialmente complexo. Envolve tantas nuances e questões correlatas que permitiu, em nossa pesquisa, optarmos por abranger os discursos que são relacionados à crise ambiental global, mesmo que não citem os termos aquecimento global ou mudança do clima, explicitamente. Não fizemos contagem de palavras ou termos. Isso porque importa à perspectiva da Análise do Discurso a questão de “como” o texto produz efeitos de sentido.

Ao analisarmos os discursos sobre mudança climática (e seus tons econômicos), percebemos que, desde a seleção dos temas, das fontes utilizadas, do enfoque da reportagem, há uma visão específica de cada publicação na direção do que analisamos como seu “enquadramento discursivo”. Desta forma, pelo discurso, a revista constrói o conhecimento e colabora para a percepção pública do assunto.

O lugar discursivo das revistas afirma-se então em relação ao lugar legitimado socialmente para o Jornalismo, considerado autorizado para a enunciação a respeito das questões públicas.

A perspectiva discursiva é de uma análise qualitativa e, para atingir nosso objetivo, fizemos a identificação dos enquadramentos das revistas. O enquadramento discursivo, é a forma como as situações são apresentadas dentro de um quadro interpretativo, ancorado em Formações Discursivas, que encaminham os efeitos de sentido. Respondem basicamente a questão sobre “o que está acontecendo aqui”, direcionando seus leitores para determinados sentidos, inscritos ideologicamente na relação entre os sujeitos e o mundo.

O enquadramento é fruto ainda de relações entre o Jornalismo e outros campos, que se materializam no seu discurso. A noção de lugar discursivo tem um valor social de legitimação do Jornalismo como lugar para o relato do

acontecimento e, com isso, o Jornalismo estabelece com a sociedade também uma relação imaginária.

O enquadramento discursivo, enfim, se caracteriza pela relação entre condições de produção, formações discursivas e interdiscurso, que abarcam, em nossa concepção, as decisões dos jornalistas quanto ao reconhecimento dos fatos notáveis e seus relatos, a partir das noções de agendamento, noticiabilidade e enquadramento.

Assim, apresentamos, nesta conclusão, as sínteses dos enquadramentos discursivos, bem como as relações entre o discurso (sentido principal) e as formações discursivas encontradas.

Enquadramento discursivo *VEJA*

Somos donos do planeta, temos que consumir e continuar a girar a economia. Os políticos são ineficientes, os cientistas erram e a economia salva.

Sentido: negação da mudança climática

→ FD Instrumentalista

Enquadramento discursivo *ISTO É*

Líderes mundiais não conseguem acordo, mas precisamos salvar o planeta para garantir a exploração pelas futuras gerações. O consumo consciente salva. Alguma inclusão social é necessária.

Sentido: salvar para explorar

→ FD Ecotecnocrática

Enquadramento discursivo *ÉPOCA*

A Rio+20 é um fiasco e não traz acordos globais. Existem inovações tecnológicas, mas a crise econômica inviabiliza investimentos. O aquecimento global já é realidade e a solução está nas mãos da consciência da próxima geração no consumo e na mudança de hábitos.

Sentido: solução via tecnologia e consciência ambiental → FD Ecotecnocrática com LEVE
atravessamento FD Ecosocial

Enquadramento discursivo *Carta Capital*

A Rio+20 não teve governança global. Os problemas são urgentes e as soluções passam pela transição a uma economia de uso eficiente de recursos e com mais igualdade social.

Sentido: Transição para a economia verde com
igualdade social

→FD Ecotecnocrática com
FORTE atravessamento da FD
Ecosocial

Como contribuição teórica deste livro, desenvolvemos a noção de enquadramento discursivo como dispositivo de análise, que pode ser utilizado em pesquisas posteriores. A noção surge a partir das dimensões interpretativas do agendamento e da noticiabilidade, consideradas condições de produção do Jornalismo enquanto prática discursiva. Com aporte da AD, dizemos que o enquadramento discursivo é bastante adequado para a análise de revistas, na medida em que permite analisar não apenas o enquadramento jornalístico, mas os sentidos construídos em relação à determinada formação discursiva, evidenciando as marcas de seleção, ângulo e ênfase de cada revista, a partir do lugar social e discursivo do Jornalismo que o autoriza a ver/selecionar/dizer sobre “o que está acontecendo aqui”.

Assim, com os enquadramentos delineados, buscamos o sentido geral dos discursos, e neste movimento, encontramos a transição das questões e problemas ambientais para uma ideia única de solução: a Economia Verde.

A questão é: qual o sentido da Economia Verde? Enrique Leff (2013) responde que é a racionalidade moderna, de crescimento sem limites, que adiciona ao termo a centralidade do debate ambiental contemporâneo. Assim, pensamos que as análises nos trouxeram a esta conclusão, de que a ideologia da Economia Verde trata-se exatamente de uma reação mundial à crise climática (para a qual os padrões de consumo são cada vez mais insustentáveis). Porém, o foco na economia é imediato, é a busca da solução de uma mudança sem uma real transformação.

Daí porque temos os chamados “recursos comuns” ou, bens comuns⁴¹ que estão sendo codificados e precificados, para que possam eles também gerar lucros. Concordamos com Leff (2013) que indica ser a Economia Verde o resultado da ideologia da codificação econômica para todos os bens: ar, água, carbono: “A economia é ecologizável até o ponto que possa ser rentável”⁴².

Desta forma, identificamos esta geração de conceitos novos nos discursos das revistas. Trata-se de uma estratégia de poder que começou ainda na Rio92. Hoje,

41 Ver BOFF, Leonardo; ESCOTO, Miguel de. Declaração Universal do Bem Comum da Terra e da Humanidade. Disponível em: <https://mbecovilas.files.wordpress.com/2011/06/declarac3a7c3a3o-universal-do-bem-comum-da-terra-e-da-humanidade-leonardo-boff-e-miguel-de-escoto.pdf> Acesso em: 10 /07/2013.

42 Anotações da palestra de Enrique Leff, “Sustentabilidade Ambiental: Racionalidades em Conflito”, no V Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, 18/10/2013.

a gestão da mudança climática é um discurso da gestão econômica, ou seja, a eficiência no uso de recursos.

Como hipótese, apresentamos a ideia de que o discurso das revistas seria derivado de uma formação hegemônica, e isso foi confirmado, pois a economia se mostrou a construção discursiva dominante, como motor fundamental e, muitas vezes, a única porta de entrada ou saída para as soluções relacionadas à crise climática. Ao longo do trabalho, mostramos que este discurso está também ancorado nas perspectivas relacionadas ao pensamento da modernização ecológica, do desenvolvimento sustentável e também em relação à percepção do risco e da incerteza da humanidade sobre seu futuro.

Os debates midiáticos sobre a crise ambiental recorrem a interdiscursos que se relacionam à disputa em torno do conceito de Desenvolvimento Sustentável. As concepções discursivas se colocam como resposta ao problema e na maioria das vezes estão mais ancoradas na visão trazida pela ciência, a economia e a política, desconsiderando outros movimentos vinculados à justiça social e ambiental.

Identificamos uma racionalidade dominante — econômica, que vai buscar sempre encobrir a complexidade ambiental. Isso significa que os enquadramentos das revistas em geral negam que existam outros limites para o homem, além do limite econômico, que se traduz diante de expressões como “o uso de recursos”, “quem vai pagar a conta”, “quais setores terão lucro”, “quais países gastariam mais” e assim por diante. Isso tudo com o interdiscurso do modo de vida ocidental, baseado no consumo e no individualismo.

Assim, dizemos que quando um discurso aponta apenas os limites econômicos, apenas as vontades políticas ou, apenas os limites das áreas dominadas pelo homem, como ciência e tecnologia, se exclui principalmente as questões ambientais e a probabilidade da entropia do sistema. Ou seja, seguindo o modo de exploração da natureza tal qual o capitalismo indica, não será possível a existência da vida humana, tampouco do seu modo de vida — especialmente e culturalmente marcado pelo modelo de civilização ocidental, com o consumo crescente de bens naturais. Existe, portanto, neste discurso dominante, um encobrimento de causas e consequências das atividades econômicas.

Este discurso pode encobrir a “dimensão ambiental”, no entanto isso por si só não fará com que a crise se resolva, não irá diminuir a entropia do sistema. Ou seja, a própria insustentabilidade da produção/consumo que é silenciada

discursivamente vem à tona, em razão de conflitos e embates sociais, e de questionamentos de comunidades e outros atores, como os ambientalistas.

Os movimentos ambientalistas que estudamos mostram ainda que justamente, no fundo e no princípio, estaria colocado este combate ferrenho a um modo de produção equivocada. Essa ideia é traduzida, retrabalhada e refinada conceitualmente pela racionalidade dominante ou econômica, sendo conhecida ao longo do tempo de várias formas: da revolução verde ao fim da fome no mundo; do desenvolvimento sustentável à salvação da biodiversidade; da economia verde ao combate à mudança do clima.

Assumimos como uma questão de fundo para nossa análise discursiva que, na medida em que a crise ambiental se estabelece, ela começa a gerar um movimento de fazer repensar, refletir sobre a complexidade ambiental. Então, entendemos, apoiados em Leff (2010b), que existe uma complexidade do ser, do pensamento, da razão, da sensibilidade e da inteligibilidade e a partir daí é preciso abrir novos caminhos do saber e novos sentidos existenciais para a compreensão do mundo e a reapropriação do ser-natureza.

Para nosso próximo bloco de conclusões, tecemos comentários sobre a questão dos enquadramentos discursivos enquanto categoria de análise construída ao longo do livro. Convém retomar aqui nossa hipótese inicial:

*Os discursos sobre mudança climática nas revistas semanais brasileiras são oriundos de uma formação discursiva hegemônica, de viés econômico, enquanto que o **enquadramento discursivo** é um ponto de diferenciação entre as publicações e pode indicar deslizamentos de sentidos emergentes, de viés ambiental.*

A segunda parte de nossa hipótese descrevia uma possibilidade para pensar a noção de “enquadramento discursivo.” Dissemos que, mesmo que os discursos sejam oriundos de uma mesma formação discursiva, *hegemônica como já descrevemos*, os enquadramentos são pontos de diferenciação editorial das revistas.

Confirmamos nas análises que, embora operem no mesmo patamar, considerado elitizado, em função do perfil do negócio e de seus leitores, as revistas buscam afirmações levemente diferenciadas em relação aos enquadramentos sobre o tema. E, por conta disso, pudemos observar que há deslizamentos de sentidos, que chamamos “emergentes”, pois são vinculados a uma Formação Discursiva Ecosocial.

Estes sentidos “novos” são revelados por deslizamentos, por brechas que percebemos na relação com o conceito de racionalidade ambiental, no qual esta traz um novo

saber. O saber ambiental está ligado à percepção de que existe a incerteza, o caos e o risco como condição intrínseca do ser (LEFF, 2010b).

Identificamos enquadramentos em que há um lampejo desse sentido ambiental, do deslocamento do lugar do homem como centro do universo, ou da ciência destronada, por exemplo.

Nesta mesma linha, percebemos que mesmo dentro da FD dominante Eco-tecnocrática (nos casos de *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*), há momentos de deslizamento de sentidos, oriundos, por exemplo, das falas de fontes trazidas nas reportagens, em que são destacadas a preocupação com a continuidade de vida no planeta, com as mazelas sociais que podem ser resultado de algumas ações políticas ou econômicas, ou com maior participação das pessoas nas decisões. Ou seja, são aspectos que abrem deslizamentos em direção a uma polissemia, para se pensar outro mundo possível.

Nossa postura pode ser derivada de uma utopia? Sim. Porém, há um movimento da sociedade e um movimento das práticas discursivas — que são também heterogêneos — em que podemos observar que, em alguns momentos, a racionalidade e a complexidade ambiental afloram, mesmo que não totalmente ou dentro de uma epistemologia nova ou novo modelo de mundo, ideal e que abarcaria de modo mais adequado as questões ambientais.

Nestes momentos, em que a racionalidade ambiental faz parte do discurso, identificamos que há, no interdiscurso, algum fio de esperança. Além disso, como propôs Pêcheux, o discurso é o instrumento da prática política, “ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (PÊCHEUX & FUCHS, 1997, p.24).

Diz um provérbio chinês que “se o vento soprar de uma única direção, a árvore crescerá inclinada”. Trazendo para nossa interpretação dos discursos das revistas semanais brasileiras, percebemos que os sentidos ofertados são como um vento que vem diretamente das leis do mercado e da economia. No entanto, há brisas leves que sopram dos movimentos pela sustentabilidade da vida, indicando que existe uma inquietação e um questionamento no ar.

Pensar o Jornalismo a partir dos enquadramentos discursivos das quatro revistas é pensar que temos as questões ambientais apresentadas a partir das lógicas do Jornalismo tradicional, estando alinhadas à racionalidade econômica. Para pensar o Jornalismo e a notícia como espaço de reorganização do pensamento e

produção de conhecimento, de construção da realidade, temos que fazer a ligação com o saber ambiental.

Indicamos, ainda, que as discussões em torno do Jornalismo Ambiental são úteis para a compreensão do Jornalismo tal qual se pratica na grande imprensa, com seus limites e desafios. A principal delas é a valorização do papel social do Jornalismo, de incentivar o debate, de intervir de forma responsável para o bem da sociedade. Ou seja, aspectos éticos que são desenvolvidos a partir de uma visão abrangente da vida nos dias de hoje.

Buscando-se uma concepção de um Jornalismo “envolvido” nas questões ambientais, passamos a questionar: Por que as notícias não são diferentes?⁴³ (mudando-se a questão clássica colocada pelos teóricos do Jornalismo — por que as notícias são como são). Os argumentos são de que as notícias são desta forma porque respondem a uma série de constrangimentos, pressões, rituais etc. Todas as teorias trazem explicações para o comportamento das notícias.

Pode parecer que essa simples mudança não traria nada significativo na resposta. No entanto, ao mudar o tipo de pergunta para “Por que as notícias não são diferentes?”, mudamos também o tipo de resposta que esperamos encontrar. Mudamos o ponto de observação e com isso fazemos a própria crítica daquilo que as pesquisas fazem no campo do Jornalismo, muitas vezes buscando-se apenas explicar o tipo de Jornalismo hegemônico, confirmando, de certa forma, a impossibilidade de uma mudança estrutural.

A mudança de foco da pergunta é pertinente exatamente porque pensamos que é sim possível um outro tipo de Jornalismo. Porque é possível ter outra sociedade. Esta afirmação é ancorada no que acreditamos ser a base de uma perspectiva construcionista, em que vemos aproximação com a Análise do Discurso.

Sendo a realidade uma construção social, ela é passível de mudanças. Sendo o discurso uma construção simbólica, é possível a polissemia e o deslizamento de sentidos. Sendo o social permeado por disputas em torno de questões públicas, o ambientalismo é também uma construção que busca sua legitimação.

Com a assinatura do Acordo de Paris, em 2015, passamos a ter esperança de que as ações contra a mudança do clima sejam priorizadas em todo o mundo. A

43 Inspiramo-nos pelo debate ocorrido durante o II ENPIA, especialmente no questionamento da professora Sonia Aguiar, da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (LICA).

mudança é urgente. Para este futuro próximo, podemos pensar sobre as pautas que serão abordadas pelo Jornalismo. Haverá o tom de alerta, da incerteza, do risco? Apontarão as soluções e inovações tecnológicas? Como os desastres ambientais serão tratados, estarão contextualizados pelo tema do aquecimento global? Será o Acordo de Paris um acontecimento discursivo?

No discurso jornalístico, temos a confluência de poderes, circunstâncias e construções interativas que explicam porque as notícias são como são. Porém, o funcionamento da prática discursiva tem a potencialidade e a possibilidade de pensarmos porque as notícias não são diferentes, outras, plurais. Ao propor este novo lugar para as notícias, vemos a contribuição essencial dos pressupostos do Jornalismo Ambiental, que pode ser resumida no firme compromisso com a cidadania e com o saber ambiental.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo: um estudo preliminar. **Anais XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999. pp. 33-55.

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ÂNGELO, Fabrício Fonseca. **O jornalismo ambiental como ferramenta para a sustentabilidade**. 2008, 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ARTAXO NETTO, Ana Paula Freire. **O futuro da terra: discursos inconvenientes**. 2013, 313f. Tese (doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BACCHETTA, Vitor. El periodismo de la sustentabilidad. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges (org.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, pp.84-88.

BARRY, John. **Environmental and Social Theory**. Oxon/EUA: Routledge, 1999.

BARTHOLO JR, Roberto. A mais moderna das esfinges: notas sobre ética e desenvolvimento. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. RJ: Garamond, 2001, pp.27-40.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U; GIDDENS, A. e LASH, S. (Orgs.). **Modernização reflexiva**. São Paulo, Ed. da Unesp, 1997. pp. 11-72; 207-218.

BENETTI, Marcia. A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*. **Líbero**. Ano X. Nº 20. São Paulo: Casper Líbero, 2007, pp. 37-46.

_____. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In LAGO, Cláudia & BENETTI, Márcia (org.). 2. ed. **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008a, pp. 107-122.

_____. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia** (PUCSP), v.8, n.15, p.13-28, 2008b. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/1492/964>>. Acesso em: 10 ago 2010.

_____. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, pp.143-164.

_____. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello B; SCHWAAB, Reges (org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, pp: 44-57.

_____; JACKS, Nilda Aparecida. O discurso jornalístico. In: X Compós - Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2001, Brasília. **Anais do X Encontro Anual da Compós**, 2001. v. 1. p. 280-290. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2001/machado_jacks2001.rtf> Acesso em: 10 ago 2010.

BERGER, Christa. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 29. ed. Petrópolis: Vozes, [1966] 2008.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert W. Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. RJ: Jorge Zahar, 1997, pp.65-67.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara, 2007.

BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. RJ: Garamond, 2001.

BUTTEL, Frederick H. A Sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à Ecologia Humana. **Perspectivas**, São Paulo. 1992. v.15, pp. 69-94.

_____. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, S. **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Ed. UFF, 2000. pp. 29-47.

CAMPOS, Mariana Alves. O meio ambiente na revista *Veja*: mudanças ocorridas em duas décadas de análise. **Contemporânea**. n.7. 2006.2.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 1999.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, pp.16-37, jan./mar. 2000.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, [1982] 2006.

CARNEIRO, Carolina Maria Zoccoli. “**Caos no clima**”? sensacionalismo, comunicação da ciência e a narrativa de *O Globo* sobre o aquecimento global. 2008. 171 fl. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Rio de Janeiro, 2008.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

- CARTA CAPITAL (site). **Mídia Kit 2014: Carta Capital**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/anuncie/media-kit/copy4_of_MIDIAKITCARTACAPITAL2014.pdf> Acesso em: 10 nov. 2014
- CARVALHO, Anabela. (org). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Grácio Editor, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- CHIARETTI, Daniela. Valor Econômico. Países ricos agora querem acordo híbrido e flexível para o clima. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/3535904/paises-ricos-agora-querem-acordo-hibrido-e-flexivel-para-o-clima#ixzz30qkYUxLK>>. Acesso em 07 nov. 2014.
- CIVITA, Roberto. **Veja**. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 20 de nov. 2014.
- CORREIA, João Carlos. **Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas**. Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- _____. **Teoria e crítica do discurso noticioso: Notas sobre Jornalismo e representações sociais**. Covilhã: UBI, 2009.
- _____. *A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada*. In: CUNHA, Isabel F.; CABRERA, ANA; SOUSA, Jorge P. (Orgs). **Pesquisa em Media e Jornalismo: homenagem a Nelson Traquina**. Covilhã: Labcom, 2012. pp.79-106.
- COSTA, Alexandre. **Os Negadores das Mudanças Climáticas encontram uma Radical à Altura: a Natureza!** artigo de Alexandre Costa. 04 dez 2012. Disponível em: <<http://oquevocefariasesoubesse.blogspot.com.br/2012/12/os-negadores-das-mudancas-climaticas.html>> Acesso 20 mar 2013.
- COSTA, Luciana; CUNHA, Karina Menezes; SILVA, Keila Andreane C. **A utilização das fontes na construção da notícia: uma análise do discurso das revistas Veja e Carta Capital na construção da notícia**. In: 1º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA), 11, Aracaju. Anais. Aracaju, UFS: 2011.
- DECÁLOGO sobre la comunicación del cambio climático. Aprobado nas Jornadas Internacionales de Medios de Comunicación y Cambio Climático, celebradas en Sevilla entre 22 e 23 de novembro de 2012. In: FERNANDEZ, Rogelio (dir.) **Medios de comunicación y cambio climático**.1 ed. Sevilla: Fénix Editora, 2013.
- DIAS, Paulo Rocha. *Preâmbulo do tradutor*. In: PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. I Nº 2 - 2º Semestre de 2004.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, [1994] 2001.
- DORNELLES, Beatriz Correa P. *O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental*. In: GIRARDI; Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (org.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.
- _____; GRIMBERG, Daniela. *Jornalismo Ambiental: análise dos critérios de noticiabilidade na web*. **Vozes & Diálogo**. Itajaí, v. 11, n.1, jan./jun. 2012.
- DRAGO, Tiago. **Existe consenso, agora é a vez dos governantes**. Instituto Ethos. 21 nov 2007. Disponível em:

<<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3715>&Lang=pt-BR&Alias=Ethos&itemEvenID=4013">HYPERLINK "http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3715&Lang=pt-BR&Alias=Ethos&itemEvenID=4013">HYPERLINK<. Acesso em: 20 fev 2012.

ECHEGARAT, Fabián. **Educação do consumidor**. 18-7-2013. Disponível em: <<http://www.ideiasustentavel.com.br/2013/07/apelos-ambientais-e-educacao-do-consumidor/>>. Acesso em: 25 nov 2013.

EDITORA TRÊS. Mídia Kit Isto É. Disponível em <http://editora3.terra.com.br/downloads/midiakit_istoe.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

FERNANDEZ, Rogelio. *La sostenibilidad: una nueva etapa en el periodismo ambiental y en el periodismo en general*. DELOS, Vol 3, Nº 8. (2010a) Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/delos/08/rfr.pdf>> Acesso: 25 fev 2013.

FERNANDEZ, Rogelio. *Irrupción mediática y representación ideológica del cambio climático en España. Contribuciones a las Ciencias Sociales*, octubre 2010, (2010b). Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/10/rfr.pdf>>. Acesso: 25 fev 2013.

FILHO, Haroldo Machado. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e o Protocolo de Kyoto. In: CLINK, Carlos (org.). **Quanto mais quente, melhor?** Desafiando a sociedade civil a entender as mudanças climáticas. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB, 2007.

FLORIT, L.F. Teoria social e relação sociedade - natureza a partir da obra de Anthony Giddens, **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, Pós-Graduação em Sociologia - IFCH/UFRGS, n.10, 1998. pp. 61-86.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. *O acontecimento como notícia: do conceito à prática profissional*. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010, pp.167-185.

FRANÇA, Renné Oliveira. Revista e referente: a pensata na construção do mundo de cada publicação. In: TAVARES, Frederico de Mello B; SCHWAAB, Reges (org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, pp. 93-106.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**. Aracaju: UFS, 2005.

FURTADO, Thaís Helena. **As lacunas de sentido no discurso jornalístico: do repórter ao editor da Revista Veja**. Porto Alegre, 2000, 132f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

GALTUNG, Johann; RUGE, Mari Holmboe. *A estrutura do noticiário estrangeiro*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

GAVIRATI, Pablo. *Mediatizar el ambiente; ambientalizar los medios*. Tensiones en torno al discurso periodístico sobre el cambio climático. In: **Medios de comunicación y cambio climático**. 1 ed. Sevilla: Fénix Editora, 2013, pp. 217-232.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

- GOFFMAN, Erwin. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed.Unesp, 1991.
- _____. “A vida em uma sociedade pós-tradicional”, In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. (orgs). *Modernização reflexiva*. São Paulo: Ed.Unesp, 1997. pp. 73-133.
- _____. *Mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2007.
- GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Trad. Pedrinho Guareschi. 7. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.
- GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges Toni. Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da sustentabilidade. *UNirevista* - Vol. 1, nº 3 : (julho 2006).
- GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges (org.). *Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões*. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.
- _____; CAMANA; MASSIERER, Carine; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa B.; NEULS, Gisele; GERTZ, Laura. “*Discursos e vozes por trás das COP-15 e COP-16*”, *Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*. (2011).
- _____; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa Beling; SCHWAAB, Reges. *Jornalismo Ambiental: caminhos e descaminhos*. *C&S, São Bernardo do Campo*, v. 34, n. 1, pp. 131-152, jul./dez. 2012a
- _____; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; NEULS, Gisele; CAMANA, Angela; GERTZ, Laura. O olhar do jornalismo sobre a Economia Verde: estudo a partir da cobertura da Rio+20 pelos portais G1,Terra e UOL. *Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, PUCPR, Curitiba, PR, Brasil*. 2012b.
- _____; MORAES, C. H., LOOSE, E.B. Bases do Jornalismo Ambiental e os desafios para a cobertura da Rio+20. *Razón y Palabra*, v.1, p.p1 - 29, 2012c.
- _____; MORAES, C. H. *Jornalismo e mudanças climáticas: reflexões a partir da ótica do jornalismo ambiental* In: *Medios de comunicación y cambio climático*.1 ed. Sevilla: Fénix Editora, 2013, pp. 45-58.
- GITLIN, Todd. *The Whole World is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1980.
- GOIDANICH, Maria Elisabeth. Os discursos sobre consumo consciente/critico/político: divergências na academia e na sociedade civil. *Anais Congresso Internacional Comunicação e Consumo Comunicon 2014*. PPGCOM ESPM São Paulo, 8 a 10 out 2014. Disponível em: <http://www.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gtdois/GT02_Goidanich.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- GOLDBLATT, D. *Teoria social e ambiente*. Lisboa, Ed. Piaget, 1998. p. 227-269.

GRUPO ABRIL. **Circulação Veja**. 2014. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>> Acesso em 20 nov. 2014.

GRUPO ABRIL. **Mídia Kit Veja**. 2014. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/4/download-media-kit>>. Acesso em 20 nov. 2014.

GUATTARI, Félix. Ecologia e movimento operário. In: **Movimento sindical e defesa do meio ambiente: o debate internacional**. Rio de Janeiro: IBASE, 2000. pp.13-22. Série Sindicalismo e Justiça Ambiental.

GUIVANT, J.S. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo F. de S.; FREITAS, Carlos M. de (orgs.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói, Ed. UFF, 2000. pp. 281-303.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o “mugging” nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

HAJER, M.A. Ecological modernization as cultural politics. In: LASH,S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, B. **Risk, Environment & Modernity: towards a new ecology**. London: Sage, 1996. pp. 246-268.

HANNIGAN, John A. **A Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

HARRABIN, Roger. BBC News /BBC Brasil, publicada pelo EcoDebate, 10/12/2012. Disponível em <<http://www.ecodebate.com.br/2012/12/10/cop18-estende-protocolo-de-quioto-ate-2020-mas-nao-teve-avancos-concretos-em-cortes-de-emissoes-de-gases/>>. Acesso em: 15 mar 2013.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso (1971). In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Paulo: Pedro & João Editores, 2007.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

_____. O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas. In: **Gragoatá**, Niterói, n. 5, pp. 111-120, 2. sem. 1998.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1995] 2008.

IPCC - PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA, versão em português. **Mudança do Clima 2007: A Base das Ciências Físicas Contribuição do Grupo de Trabalho I ao Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima**. Ecolatina: 2007. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/pdf/reports-nonUN-translations/portuguese/ar4-wg1-spm.pdf>>. Acesso em: 10 jul 2007.

KARAM, Francisco José. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

KUNCZIK, Michael. Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: manual de Comunicação. Trad. Rafael Varela Jr. 2. ed. São Paulo: Edusp, [1997] 2002. 415 p.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 7.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, [2001] 2008.

LEAL, Bruno Souza; VAZ, Paulo Bernardo; ANTUNES, Elton; ALTIVO, Bárbara Regina; SILVA, Júlio Márcio Oliveira; CARDOSO JR, Vicente de Souza. Agendamento, enquadramento e noticiabilidade. In: BENETTI,

- Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, pp.187-220.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. Trad. Gloria Maria Vargas. Rio de Janeiro: Garamond. [2004] 2009.
- _____. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez Ed. [2000] 2010a.
- _____. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez Ed, 2010b.
- LEÓN, Bienvenido. *La representación del cambio climático en los medios españoles*. In: LEÓN, Bienvenido. (org). **El pediodismo ante el cambio climático**: nuevas perspectivas y retos. Barcelona, Editorial UOC, 2013.
- MARCONDES, Adalberto. **Pedido de informações** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <dalmarcondes@envolverde.com.br> em 14 set. 2013.
- MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. A era glacial do jornalismo. V. 1. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2006.
- MASSIERER, Carine; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. **O peso da organização jornalística na construção das matérias de meio ambiente no Brasil**. IX Congreso Latinoamericano de Investigación de La Comunicación. 2008. Disponível em: <http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Tecnologia/ponencias/GT18_%204%20Massierer%20Tourinho.pdf>. Acesso em: 10 out 2008.
- McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. *A função do agendamento dos media*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **O poder do jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus Editorial, 1988.
- MEDITSCH, Eduardo. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, pp.19-42.
- MESQUITA, Flávio Agnelli. **As fontes jornalísticas no Caso Dossiê** – uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital. FAAC, 2008 (mimeo).
- MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova** [online]. 2002, n.55-56, pp. 155-184.
- MINC, Carlos. **Ecologia e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1997.
- MIRANDA, Clarissa Mazon. **Fontes jornalísticas em Veja**: enquadramento como estratégia de noticiabilidade em pautas de clima e meio ambiente. Dissertação de Mestrado. PPG em Comunicação. Santa Maria/RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2012.
- MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o campo da comunicação**: por uma teoria da comunicação praxiológica. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

MCKIBBEN, Bill. **O fim da natureza**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MOL, A. A modernização e a mudança dos modelos de controle de poluição industrial: a Teoria da Modernização Ecológica. In: HERCULANO, S, PORTO, M., FREITAS, C. **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Ed. UFF, 2000. pp. 267-280.

MORAES, Cláudia H. de. **Correio do Povo: estratégias de uma credibilidade**. Dissertação de mestrado. PPG em Ciências da Comunicação. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2001. [mimeo]

_____.; CORRÊA, Aline M. F. *Entre o susto e o esquecimento: Jornalismo Ambiental na lógica da indústria da informação* In: **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. 1 ed. Porto Alegre : Dom Quixote, 2008, pp. 210-227.

_____. O impacto, o significado e a repercussão na prática do jornalismo ambiental. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal. **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2008.

_____. *Acontecimento inesperado: um ordem de discurso*. In: **8º Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, 2010, São Luiz.

_____.; GIRARDI, I. M. T. . As cheias de 2010 na Revista Veja: a narração jornalística diante do “inesperado”. **Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. Curitiba, v. 1, pp. 1-25, 2012.

_____.; GIRARDI, Ilza. Legitimação do campo econômico no discurso jornalístico sobre alterações climáticas. In: **II Congresso Internacional de Comunicação Cognição Media - Discurso político e econômico**. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2012. v.1. pp.134 – 135.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1990] 2005.

_____. *Por um pensamento ecologizado*. In: CASTRO, Edna e PINTON, Françoise. **Faces do trópico úmido**. Belém, UFPA/NAEA, 1997. pp. 53-77.

MOTTA, Camila Pelegrini. Jornalismo Ambiental em rede e a Biodiversidade no foco da mídia. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Anais XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

MOURA, Dione O. **Do campo científico ao jornalismo científico: o discurso sobre o valor da floresta amazônica**. Tese (Doutorado em Ciências da Informação). Brasília, Universidade de Brasília, 2001.

NELSON, Peter. **Dez Dicas Práticas para Reportagem sobre o Meio ambiente**. WWF-Brasil, 1994.

NIXON, C.R. El desarrollo sostenible. Un espejismo y una trampa peligrosa. **El socialismo del futuro**. Lugo/Espanha, n. 2, 1993. pp. 53-64.

OLIVIERI, Alejandro Gabriel. **A teoria da modernização ecológica: uma avaliação crítica dos fundamentos teóricos**. Brasília. Tese, 2009, UNB, Departamento de Sociologia.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9. ed. Campinas: Pontes, [1990] 2010.

_____. **Interpretação: autoridade, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5 ed. Campinas: Pontes, [1996] 2007.

- PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. v.2. POA: Sulina, 2008.
- PEARCE, Fred. **Aquecimento global: causas e efeitos de um mundo mais quente**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Orlandi. Campinas/SP: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. Trad. Bethânia Mariani et al. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- _____; FUCHS, Catherine. *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)*. Trad. Bethânia Mariani et al. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Contexto: 2005.
- PEREIRA, Ivan Elizeu Bomfim. **O interesse nacional nas revistas CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja: Eles y nosotros**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. 153 p.
- PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**. Linhas de análise do discurso jornalístico. 1 ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Jornalismo e realidade: da necessidade social de notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, pp. 44-55, dez. 2009.
- PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- REDCLIFT, M.R. Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, n. 1, 2002. pp. 124-136.
- RIBEIRO, Daiane Bertasso. **Jornalismo de revista e ethos discursivo: as imagens de si nas capas e nos editoriais de Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2014.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *O acontecimento*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.
- RODRIGUES, Allan Soljenitsin Barreto. **Jornalismo e Meio Ambiente na Amazônia: a cobertura de eventos ambientais extremos pela imprensa escrita de Manaus**. Tese de doutorado. PPG em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2013.
- RUBIN, Anaqueli. **Da previsão do tempo às catástrofes: os valores-notícia dos acontecimentos climáticos em Zero Hora (RS)**. Dissertação de Mestrado. PPG em Comunicação. Santa Maria/RS: Universidade Federal de

Santa Maria, 2011.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHMIDT, Luísa. **Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência**. **Análise Social**. Lisboa, vol. XXXIV (150), 1999, pp.175-210.

SHWAAB, Reges. Edições Verdes da revista *Época*: gramáticas ecológicas no Jornalismo contemporâneo. **In-texto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 23, pp. 202- 219, julho/dezembro 2010.

_____. **Uma ecologia do jornalismo: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2011.

_____. O lugar das revistas brasileiras no discurso sobre o verde. **Razón y Palabra**. Cidade do México, v. 79, pp. 1-15, 2012.

_____; ZAMIN, Angela. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. **Vozes & Diálogo**. Itajaí, v. 13, n. 01, jan./jun. 2014, pp.49-62.

SILVA, Maria Cristina Viñas Gomes da. **Estudo um estudo comparado do enquadramento e do discurso jornalístico sobre a Amazônia nas revistas, Time e The Economist**. Tese doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Porto Alegre, 2005.

SILVEIRINHA, Maria João. **O Lançamento da Moeda Europeia e os seus Enquadramentos na Imprensa**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

SOARES, André Geraldo. **A natureza, a cultura e eu: ambientalismo e transformação social**. Blumenau: Edifurb; Itajaí: Ed.Univali, 2003.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SORHUET, Hernán. *Periodismo ambiental, una de las claves para afrontar el cambio climático*. In: **Medios de comunicación y cambio climático**. 1 ed. Sevilla: Fénix Editora, 2013, pp. 135-146.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1999. Ebook.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Porto: BOCC, 2001. Ebook.

TARGINO, Mari a das Graças. Informação ambiental - uma prioridade nacional? **Inf. & Soc.**:Est, João Pessoa, v.4, n.1, p.38-61, jan./dez. 1994. pp. 38-61.

TAVARES, Frederico de Mello B; SCHWAAB, Reges. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. In: TAVARES, Frederico de Mello B; SCHWAAB, Reges (org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, pp.27-43.

- TEIXEIRA, Danielle Tavares. *Representações de meio ambiente no programa Globo Repórter*. ANAIS ENPJA, 2014, pp.264-282. Disponível em: <<http://www.enpja.com.br>>. Acesso em: dez 2014.
- TONINI, Jamile Caroline; SELIGMAN, Laura. “O meio ambiente na primeira página: análise sobre os critérios de noticiabilidade que levaram o tema ambiental às capas da revista Veja”. 1º Encontro de Jovens Pesquisadores. In: *Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. (2011).
- TRAQUINA, Nelson. *As notícias*. In TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.
- _____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.
- _____. **Teorias do Jornalismo: Por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005a.
- _____. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística — uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005b.
- TRIGUEIRO, André. *Mídia: Meio ambiente na idade mídia*. In: TRIGUEIRO, André (coord.). 4. ed. **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Campinas/SP: Armazém do Ipê, 2008, pp. 75-89.
- TUCHMAN, Gaye. *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas [1978]*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.
- VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- VIOLA, Eduardo. *Relações Internacionais*. In: TRIGUEIRO, André (coord.). 4. ed. **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Campinas/SP: Armazém do Ipê, 2008, pp. 183-198.
- VILLAR, R. **Jornalismo Ambiental: evolução e perspectivas**. Laboratório Ambiental de Jornalismo, Agir Azul. Campo Grande, MT: UFMT. Out. 1997. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>> Acesso em 27 mar 2012.
- VIVARTA, V. (coord.) **Mudanças climáticas na imprensa brasileira: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007- julho de 2007 a dezembro de 2008 (Relatório de Pesquisa/2010)**. Brasília, DF, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi). Recuperado em 08 dez, 2012 de <<http://www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/page/andi-e-as-mudancas-climaticas>>
- VOGEL, Daisi. Revista e contemporaneidade: imagens, montagens e suas anacronias. In: TAVARES, Frederico de Mello B; SCHWAAB, Reges (org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, pp.17-26.
- WHITE, David Manning. *O gatekeeper: uma análise de case na seleção de notícias*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Vega, 1993.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

Sobre o livro

Formato 15,5 x 23 cm

Tipologia Minion Pro (texto)
Raleway (títulos)

Papel Pólen 80g/m² (miolo)
Supremo 250g/m² (capa)

Projeto Gráfico Canal 6 Editora
www.canal6.com.br

Capa e Diagramação Erika Woelke

Quais foram os enquadramentos discursivos sobre o tema da mudança climática na cobertura da Rio+20, nas revistas *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*? Com apoio das Teorias do Jornalismo e sob a perspectiva teórica-metodológica da Análise do Discurso de linha francesa, a obra analisa as regularidades e diferenças do discurso jornalístico.

Cada publicação faz a seleção dos temas, das fontes, do enfoque da reportagem e com isso mostra uma visão específica dos acontecimentos relatados, chamado então de "enquadramento discursivo", um lugar do movimento discursivo do acontecimento jornalístico, e que responde basicamente a questão: "o que está acontecendo aqui?".

A análise organiza estes enquadres, mostrando que o viés econômico é dominante na cobertura das revistas, esmiuçando a racionalidade econômica hegemônica que não considera os demais saberes, e busca encobrir a complexidade ambiental. No entanto, alguns deslizamentos de sentido são apontados, demonstrando que há uma disputa de sentidos na leitura do mundo contemporâneo, que ainda está em aberto: Entre o clima e a economia, qual caminho seguir?

No discurso jornalístico, há a confluência de poderes, circunstâncias e construções que explicam porque as notícias são como são. Como o discurso é um processo dinâmico com sentidos em disputa, abre-se a possibilidade de pensarmos por que as notícias não são diferentes, outras, plurais? Ao propor um novo lugar para as notícias, evidencia-se a contribuição essencial dos pressupostos do Jornalismo Ambiental, seu papel questionador dos caminhos possíveis em relação ao meio ambiente, seu compromisso com o saber ambiental e com a construção da cidadania.

CLÁUDIA HERTE DE MORAES

Jornalista, mestre em Ciências da Comunicação (Unisinos) e doutora em Comunicação e Informação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS). Com atuação na área desde os anos 1990, a autora é professora na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, no campus Frederico Westphalen.

Líder do Grupo de Pesquisa Mídiação - Educomunicação e Meio Ambiente (CNPq-UFSM) e Membro do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq-UFRGS)

canal6 editora

ISBN 978-85-7917-359-2



9 78 85 79 17 35 92